



DESTAQUES

Ações e Programas do Governo Federal

NOVEMBRO 2008

Secretaria de
Comunicação



DESTAQUES

Ações e Programas do Governo Federal

NOVEMBRO 2008

DESTAQUES

Ações e Programas do Governo Federal

ATUALIZADO MENSALMENTE

Calendário de divulgação deste caderno (2008):

MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ
05	09	07	04	09	06	10	15	12	10

Versão eletrônica:



www.presidencia.gov.br ou www.brasil.gov.br

APRESENTAÇÃO

As recentes medidas para proteger o Brasil da crise financeira internacional e o pronunciamento do Excelentíssimo Senhor Presidente da República na reunião do G-20, realizada no dia 8 de novembro em São Paulo, são apresentados aqui, às páginas 47 e 64.

Ao lado da síntese do 5º Balanço do PAC, esta edição atualiza, como de costume, as ações do governo e introduz dois temas relevantes: Meio Ambiente e Mobilização Social.

Dois estudos do Ipea sobre a realidade brasileira baseiam-se em dados da PNAD 2007: artigo sobre gênero – a mulher como chefe de domicílios – e análise sobre raça e redução da desigualdade de renda entre negros e brancos.

Críticas e sugestões dos leitores, sempre bem-vindas, são essenciais para aperfeiçoar este caderno e podem ser enviadas para o e-mail destaques.secom@planalto.gov.br Todo o conteúdo aqui veiculado pode ser livremente reproduzido mediante citação da fonte.

Boa leitura!

As informações aqui divulgadas, sem menção à fonte, são obtidas diretamente de ministérios e instituições da Administração Federal.

Informações de origem diversa são veiculadas mediante citação da fonte.

Críticas e sugestões são bem-vindas e podem ser enviadas para
destaques.secom@planalto.gov.br

É permitida a reprodução, total ou parcial, mediante citação da fonte.

É livre a utilização de links para DESTAQUES em sítios web.

Edições anteriores podem ser obtidas no seguinte endereço:

http://www.presidencia.gov.br/estrutura_presidencia/Subsecretaria/publicacoes/destaques/

SUMÁRIO

Apresentação	3
Sumário	5

Parte 1	
Brasil hoje	7
Retrato Social	8
Retrato Econômico	10
Biocombustíveis	12
Política Externa	14
Democracia	15

Parte 2	
Programas 2007 e 2008	17
PAC	18
Cidadania e Inclusão Social	20
Bolsa Família	21
PDE	22
Plano Nacional de Turismo – PNT	24
Pronasci	25
ProJovem	26
PAC Funasa	27
Povos Indígenas	28
Pessoas com Deficiência	29
Mais Cultura	30
Criança e Adolescente	31
PAC Ciência e Tecnologia	32
Quilombolas	33
Mais Saúde	34
Registro Civil e Documentação Básica	35
Territórios da Cidadania	36
Reforma Tributária	38
Mulheres	39
PAC Embrapa	40
Amazônia Sustentável – PAS	41
Desenvolvimento Produtivo – PDP	42
Mais Alimentos	43
Mais Pesca e Aqüicultura	44

Parte 3	
Temas setoriais e atualidades	45
Mobilização Social	46
O Brasil e a Crise Financeira	47
Portos	48
Meio Ambiente	49
Emprego	50
Previdência Social	51
Exportações	52
Combustíveis	54
Energia Elétrica	55
Reforma Agrária	56
Mudança no Campo	57
Vigilância Sanitária	58
Agricultura e Pecuária	59
Habitação	60
Esportes	61

Parte 4 – Biblioteca: estudos, artigos, pesquisas e anexos	63
Pronunciamento do Excelentíssimo Senhor Presidente no G-20 em SP	64
PNAD 2007	68
PNAD 2007– Raça	69
PNAD 2007– Relações de gênero	70
Resultados das eleições municipais	72
IBAS – Índia, Brasil e África do Sul	73
Ambiente de Negócios	74
Conselhos e Conferências	78

Índice remissivo	
Edições anteriores	81

Versão eletrônica:



www.presidencia.gov.br ou www.brasil.gov.br

Para receber DESTAQUES por correio eletrônico, mande uma mensagem para: destaques.secom@planalto.gov.br escrevendo “incluir” no campo assunto.

1 – BRASIL HOJE

Índice

Tema	Página
Retrato Social	8
Retrato Econômico	10
Biocombustíveis	12
Política Externa	14
Democracia	15

2008
11 nov

Discurso do Excelentíssimo Senhor Presidente da República
Seminário da Confederação Italiana dos Sindicatos dos Trabalhadores
sobre o tema “Nova economia, nova democracia”. Roma, Itália.

“Temos pela frente desafios cuja solução não pode ser deixada nas mãos de tecnocratas, menos ainda dos aventureiros que transformaram a economia mundial em um grande cassino. (...) A pobreza e a exclusão que atingem centenas de milhões de homens e mulheres em todos os continentes não são só um problema econômico e social. São também uma questão política, ética e moral. Elas ameaçam a paz no mundo e ferem profundamente nossas consciências. Sabemos que não se podem solucionar esses grandes problemas sem uma reorganização profunda dos mecanismos de governança global. (...) Ao contrário do que afirmavam os neoconservadores dos anos 90, crescimento, estabilidade econômica e distribuição de renda são plenamente compatíveis. (...) Mas sabemos que nenhum país pode proteger-se da crise sozinho. (...) Vamos precisar de um enorme esforço de coordenação internacional, centrado em foros mais democráticos e representativos.”

RETRATO SOCIAL

Melhora de indicadores sociais e de padrão de vida das famílias é resultado de avanços econômicos e de eficácia das políticas sociais

Redução da pobreza e das desigualdades de renda e de raça

- Desigualdade de renda cai sucessivamente de 2001 a 2007: queda mais duradoura em 30 anos.
- Coeficiente de Gini¹ da renda familiar per capita passou de 0,593 para 0,552 (-7%). Embora ainda elevado, vem caindo há anos.
- Razão de renda entre brancos e negros caiu de 2,38 em 1999 para 2,06 em 2007².
- País já ultrapassou meta de reduzir à metade extrema pobreza até 2015 (ODM³).
- Número de pobres caiu de 64,6 milhões em 2002 para 50,6 milhões em 2007: queda de 38,2% para 28% da população⁴.

Aumento da ocupação, da renda e da mobilidade social

- Aumento contínuo do número de empregos, da formalização e da renda.
 - De 2002 a 2007: 11,8 milhões de novas ocupações⁵.
 - Proporção de contribuintes da previdência social ultrapassa 50% pela primeira vez: de 45% (2002) para 51% (2007).
 - Rendimento médio real dos trabalhadores (2007) foi de R\$ 960: aumento real de 7% em relação a 2002 e maior nível desde 1999.
 - Salário mínimo com reajuste real de 50,9% (jan/03-out/08).
 - Aumento do rendimento do trabalho foi maior nas regiões N e NE.
- Mobilidade social: 13,8 milhões de pessoas subiram de faixa social (2001-2007)³.
- Classe média é maioria da população em seis regiões metropolitanas: passou de 44,2% em 2002, para 51,9% em 2008, segundo a Fundação Getúlio Vargas.

Educação, grande desafio

- Prossegue tendência de aumento da escolarização e queda do analfabetismo.
 - Número médio de anos de estudo de pessoas de 10 anos ou mais passou de 6,3 anos (2002) para 7 anos (2007).
 - Crianças de 7 a 14 anos: 97,7% freqüentam escola (2007). Mas uma parte (8,4%) não sabe ler nem escrever.
 - Analfabetismo (maiores de 15 anos): de 11,8% (2002) para 9,9% (2007).

Melhoria dos domicílios

- Mais famílias com acesso a bens duráveis; cresceu cobertura de serviços básicos, mas saneamento ainda requer muita atenção.
 - Energia elétrica: 98%. Abastecimento de água: 84%. Rede de esgoto: 52%. Telefone: 77%. Celular: 32%. Computador: 27%. Internet: 20%. TV: 95%. Máquina de lavar: 40%.

Dados demográficos

- Taxa de fecundidade: de 5,8 crianças por mulher (1970) para 1,95 (2007).
- Esperança de vida: de 70,4 anos (2000) para 72,7 (2007).

1 Coeficiente de Gini é uma medida de desigualdade que varia de 0 (igualdade absoluta) a 1 (desigualdade absoluta).

2 Fonte: Ipea. PNAD 2007: primeiras análises, outubro de 2008. Ver pág. 69 (PNAD - raça).

3 Objetivos do Milênio. Fonte: Terceiro relatório de acompanhamento dos ODM, set/07, coordenado por Ipea e SPI/MP.

4 Fonte: Ipea. PNAD 2007: primeiras análises, setembro de 2008.

5 Se somados aos 2,1 milhões de postos formais criados até set/08, levantados pelo Caged, tem-se 13,9 milhões de ocupações.

RETRATO SOCIAL – COMPARATIVO

Comparativo 2002 e 2007 de indicadores sociais selecionados da PNAD¹

Indicador	2002	2007 ²	Variação (%)
Abastecimento de água (% domicílios)	82,0	84,3	+3
Esgotamento sanitário (% domicílios)	46,5	52,0	+12
Lixo coletado (% domicílios)	84,8	88,4	+4
Iluminação elétrica (% domicílios)	96,7	98,5	+2
Telefone (% domicílios)	61,7	77,7	+26
Máquina de lavar roupa (% domicílios)	34,0	40,0	+18
Televisor (% domicílios)	90,0	94,8	+5
Microcomputador (% domicílios)	14,2	27,0	+90
Microcomputador com acesso a internet (% domicílios)	10,3	20,4	+98
Taxa de fecundidade (filhos nascidos vivos por mulher)	2,26	1,95	-14
Taxa de escolarização – pessoas de 7 a 14 anos (% população)	96,9	97,7	+1
Taxa de analfabetismo – maiores de 15 anos (% população)	11,8	9,9	-16
Número médio de anos de estudo – pessoas de 10 anos ou mais (% população)	6,3	7,0	+11
Taxa de desocupação (% população)	9,2	8,2	-11
Contribuintes da previdência social (% população ocupada)	45,0	51,1	+14
Trabalho infantil (% pessoas ocupadas na população de 5 a 17 anos)	12,6	10,6	-16
Rendimento médio real dos trabalhadores (R\$)	899	960	+7

1 Pesquisa Nacional de Amostragem por Domicílio – IBGE.

2 Dados harmonizados com 2002 (exclui região Norte rural) para permitir comparação.

RETRATO ECONÔMICO

Fundamentos sólidos da economia brasileira contribuem para resistir à crise financeira internacional

Políticas monetária e fiscal mantêm a inflação sob controle

- IPCA (out/08): 0,45% (+0,19 p.p. ante set/08). Últimos 12 meses: 6,41%.
- Superávit primário: 5,59% do PIB (jan-set/08).

Grau de investimento e elevado nível de reservas

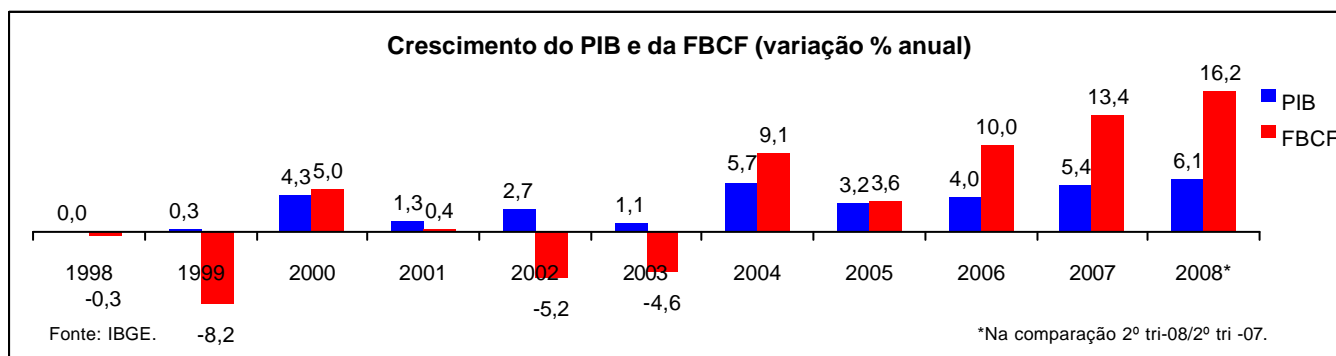
- País obteve classificação de grau de investimento por cinco agências de risco¹.
- Reservas internacionais: US\$ 203,2 bi (31out/08).
- Pela primeira vez, Brasil é credor externo.

Crescimento da demanda doméstica

- Consumo: cresceu 6,7% (2ºtri/07-2º tri/08). Aumenta há 19 trimestres consecutivos. R\$ 1,6 tri em 2007 (+6,5% frente 2006).
- Comércio varejista (vendas): +9,8% em relação a mesmo mês do ano anterior (ago/08).
- Emprego: 13,9 milhões de ocupações criadas, sendo 11 milhões formais (jan/03-set/08). Ver página 50.
- Mercado de crédito continua em expansão: volume de crédito do sistema financeiro atingiu R\$ 1,1 tri (set/08) ou 39,1% do PIB.

Firme expansão do investimento, da produção e das exportações

- PIB: aumento de 6,1% (2º tri/07-2º tri/08). Cresce há 26 trimestres consecutivos. Nos últimos 4 trimestres, variou 6%: maior expansão desde 1996. R\$ 2,6 tri em 2007 (+5,4% frente 2006).
- FBCF²: +16,2% (2º tri/07-2º tri/08). Aumenta há 18 trimestres consecutivos. Somou R\$ 450 bi em 2007 (+13,4% frente 2006): maior taxa histórica.
- Investimentos estrangeiros diretos: US\$ 34,6 bi em 2007 (quase dobrou em relação a 2006), US\$ 30,8 bi já acumulados em 2008 (jan-set/08) e US\$ 6,3 bi em set/08.
- Investimentos diretos de brasileiros no exterior: US\$ 7 bi (2007), US\$ 15,4 bi (jan-set/08) e US\$ 3 bi (set/08).
- Produção industrial: +9,8% em relação ao mesmo mês do ano anterior (set/08).
- Veículos: recordes históricos de produção (3 milhões) e venda (2,5 milhões) em 2007.
- Agricultura: 133,1 milhões de ton de grãos na safra 2007 (IBGE). Recorde histórico.
- Exportações: US\$ 197,7 bi acumulados em 12 meses (out/08). Recorde histórico.



1 Concederam grau de investimento ("investment grade") a títulos emitidos pelo Brasil as seguintes agências de risco: JCR (13jun/07), R&I (22abr/08), Standard & Poor's (30abr/08), DBRS (28mai/08) e Fitch Ratings (29mai/08).

2 Formação Bruta de Capital Fixo (rubrica que indica investimento nas Contas Nacionais).

RETRATO ECONÔMICO – COMPARATIVO

Comparativo 2003 e 2008 de indicadores econômicos selecionados

Indicador	jan/03	set/08	Variação (%)
PIB – Produto Interno Bruto (R\$ bilhões de 2007)	2.121 ¹	2.559 ²	+21
Balanco de pagamentos (saldo mensal - US\$ milhões)	713	473	-34
Balança comercial (saldo mensal - US\$ milhões)	1.155	1.207 ³	+5
Superávit primário (% do PIB acumulado em 12 meses)	3,71	4,60	+24
Reservas internacionais (US\$ milhões)	37.652	203.179 ³	+440
Investimento estrangeiro direto (US\$ milhões)	905	6.258	+591
Investimento brasileiro no exterior (US\$ milhões)	181	3.033	+1.576
Risco-Brasil (pontos-base)	1.439	449 ³	-69
Juros Selic⁴ (% a.a.)	25,00	13,75 ³	-45
Crédito total (% do PIB)	21,8	39,1	+74
Dólar comercial (R\$)	3,44	2,17 ³	-37
Inflação IPCA⁵ (% a.m.)	2,25	0,45 ³	-80
Cesta básica (R\$)	202 ⁶	207 ³	+2
Emprego (milhões de postos formais)	28,7	38,9	+36
Taxa de desocupação - regiões metropolitanas (%)	11,2	7,6	-32
Salário mínimo real⁷ (R\$)	275	415 ³	+51
Produção industrial (Índice de Base Fixa: 2002 = 100)	92,22	136,36	+48
Safra de grãos (milhões ton/ano)	97,678 ⁸	133,1 ⁹	+36
Vendas do comércio (Índice de Base Fixa: 2003 = 100)	93,38	146,40 ¹⁰	+57

1 PIB 2002.

2 PIB 2007.

3 Out/08.

4 Sistema Especial de Liquidação e Custódia – Taxa do Banco Central.

5 Índice de Preços ao Consumidor Amplo – IBGE.

6 Valor médio da cesta básica do Dieese corrigido pelo IPCA a preços de out/08.

7 Deflaciou-se o salário mínimo nominal pelo INPC do IBGE. Base: out/08. Fonte: Ipeadata.

8 Safra 2002.

9 Safra 2007.

10 Ago/08.

BIOCOMBUSTÍVEIS

Etanol e biodiesel brasileiros contribuem para transformação econômica e social e produzem energia limpa e renovável

Composição da matriz energética brasileira (2007)

- Energia gerada da cana-de-açúcar supera a produzida por hidrelétricas¹.
- Fontes renováveis respondem por 70% do aumento nas fontes produtoras (total de 13,5 milhões de toneladas). Participação: 44,9% em 2006; 46,4% em 2007.

Leilões de biodiesel²

- Fornecimento no 1ºtrim/09: 330 milhões de litros a serem leiloados em nov/08.
- 80% daquele volume (264 milhões de litros) serão destinados, exclusivamente, a produtores detentores do Selo Combustível Social³.

Etanol – crescimento consistente do mercado

- Setor revê estimativa de exportação: de 3,9 bilhões para 4,2 bilhões de litros⁴.
- Exportados 3,8 bilhões de litros entre jan-set/08: +38% ante igual período de 2007.
- Veículos *flex-fuel*: 6,6 milhões vendidos entre 2003 e set/08.

Petrobras Biocombustíveis

- Criada em mar/08, estima investir R\$ 2,4 bi entre 2008 e 2012, com objetivo de alcançar liderança na produção de biodiesel e ampliar participação na de etanol.
- Três usinas de biodiesel da Petrobras no semi-árido com capacidade total de 170 milhões de litros/ano: Candeias (BA), inaugurada em 29jul/08, Quixadá (CE), inaugurada em 20ago/08⁵ e Montes Claros (MG)⁶.

Atos normativos

- Lei 11.727/08 (álcool): nova sistemática de tributação desestimula a fraude e sonegação; mais equilíbrio na repartição da carga entre produtores e distribuidores.
- Decreto 6.573/08 (álcool): reduz Pis/Pasep e Cofins sobre venda de álcool. Créditos podem ser descontados na aquisição de álcool anidro para adição à gasolina.
- **Decreto 6.606/08 (biodiesel): reduz Pis/Pasep e Cofins sobre importação e receita bruta com a venda de biodiesel no mercado interno.**
- Decreto 6.458/08 (biodiesel): reduz a zero alíquotas de Pis/Pasep e Cofins para biodiesel de qualquer oleaginosa cultivada por agricultores familiares nas regiões N, NE e semi-árido (anteriormente, benefício era somente para mamona e palma).

Perspectivas 2008

- Zoneamento Agroecológico da cana-de-açúcar em fase de conclusão.
- Conferência Internacional sobre Biocombustíveis (nov/08), em São Paulo.
- Diálogo prossegue entre trabalhadores e empresários sobre condições de trabalho.

Mais informações: <http://www.anp.gov.br/biocombustiveis/biocombustiveis.asp>

1 Fonte: Empresa de Pesquisa Energética (EPE).

2 Mistura B3 (3% de biodiesel no diesel) em vigor desde 1ºjul/08.

3 Concedido pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA aos produtores que obedeçam a determinados critérios de contratação e compra de matéria-prima da agricultura familiar. Com o selo, o produtor terá acesso a alíquotas de Pis/Pasep e Cofins e condições de financiamentos diferenciadas. Ver Decreto nº 5.297/04.

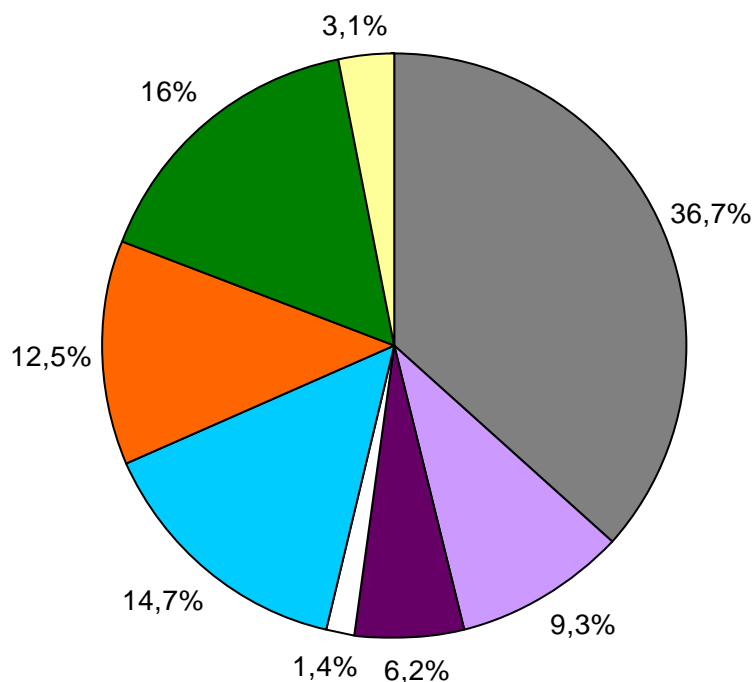
4 Para a safra 2008/2009.

5 Usinas em operação, fornecendo combustível vendido em leilões para o abastecimento no 4ºtrim/08.

6 Concluída. Obteve, em out/08, as licenças necessárias para entrar em operação comercial: autorização da ANP e registro especial da Receita Federal do Brasil.

BIOCOMBUSTÍVEIS

Matriz Energética Brasileira - 2007

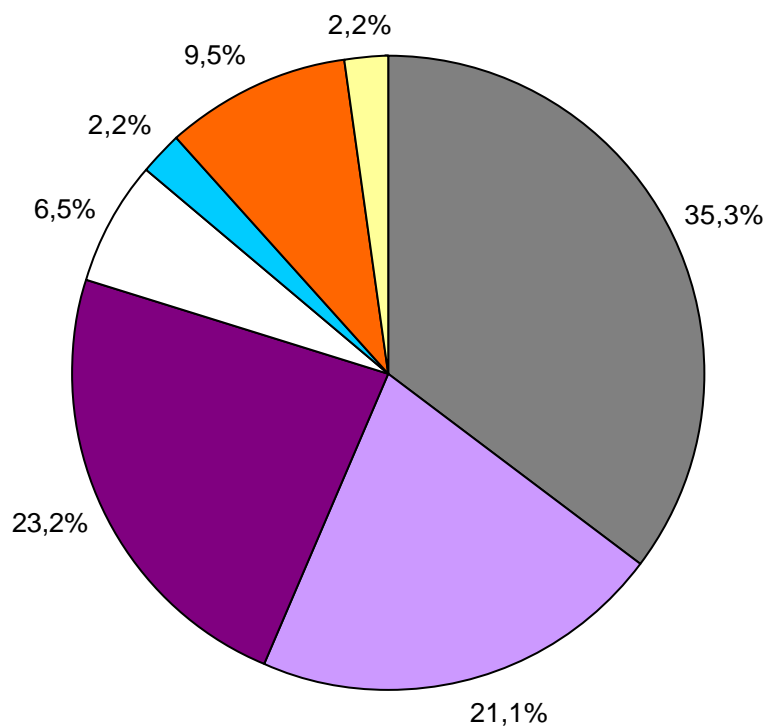


Hidráulica e Elétrica 14,7%
 Lenha e Carvão Veg. 12,5%
 Cana-de-açúcar 16,0%
 Outros renováveis 3,1%

Renováveis 46,4%
Não Renováveis 53,6%

- Petróleo e derivados
- Gás Natural
- Carvão mineral e derivados
- Urânio e derivados
- Hidroeletricidade
- Lenha e carvão vegetal
- Produtos de cana-de-açúcar
- Outros renováveis

Matriz Energética Mundial - 2006



Hidroeletricidade 2,2%
 Lenha e Carvão Vegetal 9,5%
 Biomassa Moderna e Outras 2,2%

Renováveis 13,9%
Não Renováveis 86,1%

- Petróleo e derivados
- Gás Natural
- Carvão mineral e derivados
- Nuclear
- Hidroeletricidade
- Lenha e carvão vegetal
- Biomassa Moderna e Outras *

* Biomassa moderna: inclui derivados da cana-de-açúcar.
 Fonte: Empresa de Pesquisa Energética – EPE e ANEEL .

POLÍTICA EXTERNA

País defende seus interesses, amplia influência na política global e contribui para avançar processo de integração regional

Crise Financeira Internacional

- Pronunciamento do Senhor Presidente no G-20 em SP – Ver pág. 64.
- Mercosul: reunião sobre a crise (27out/08) ressaltou que turbulência financeira teve origem nos países desenvolvidos. Arquitetura financeira internacional precisa de reforma profunda e abrangente, e medidas adotadas por países desenvolvidos não podem acarretar custos adicionais para os países em desenvolvimento.

Relações multilaterais

- Conselho de Segurança da ONU: participação ativa no processo de reforma, a favor de maior representatividade. Apoio oficial manifestado pela Rússia e China.

América do Sul, Mercosul e União de Nações Sul-Americanas – Unasul

- Sistema de Pagamentos em Moeda Local do Mercosul é exemplo de medida que aprofunda integração financeira regional.
- Programa Mercosul Social e Participativo¹ promove interlocução entre o Governo Federal e organizações da sociedade civil sobre políticas públicas para Mercosul.

Cooperação Sul-Sul

- Brasil, Índia e África do Sul (IBAS) analisam agenda internacional, com ênfase na crise financeira, energia e segurança alimentar (15out/08). Ver pág. 73.
- **África (Moçambique, Zimbábue e Zâmbia): laços intensificados** com escritório da Fundação Oswaldo Cruz, duas unidades móveis do Sesi e anúncio de implantação de fábrica de anti-retrovirais e outros medicamentos (Maputo, 16out/08).

Parceiros tradicionais (EUA e Cúpula Ibero-Americana)

- Brasil e EUA aprofundam cooperação econômico-comercial, em especial com o êxito na parceria em biocombustíveis (30out/08).
- **XVIII Cúpula Ibero-Americana defende necessidade de acomodar interesses dos países emergentes na reforma do sistema financeiro internacional** (29 a 31out/08).

Oriente Médio

- Visita ao Brasil do Rei da Jordânia, Abdullah II, e do Ministro do Exterior da ANP² (23 a 24out/08) ressaltam participação brasileira no processo de paz no Oriente Médio e atividades relacionadas à Cúpula América do Sul-Países Árabes - ASA.

Europa

- Brasil e Rússia celebram 180 anos de relações diplomáticas (3out/08).
- Brasil e Espanha reforçam laços diplomáticos bilaterais. Presidente da República recebe Prêmio Internacional “Don Quijote de La Mancha” (Toledo e Madri, 13out/08).
- 9ª Cúpula Brasil-Portugal: acordos em energia e biocombustíveis (Salvador, 28out/08).

Outros

- ABC³ reforça cooperação técnica internacional baseada na parceria do Brasil com a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa - CPLP (13 a 17out/08).

1 Decreto 6.547/2008 de 6out/08.

2 Autoridade Nacional Palestina.

3 Agência Brasileira de Cooperação.

DEMOCRACIA

Estado promove transparência, fortalece órgãos de fiscalização e consolida participação social na implementação e execução de políticas públicas

Transparência e controle sobre gastos governamentais

- Portal da Transparência: mais de 720 milhões de registros sobre gastos de R\$ 4,8 tri, referentes a beneficiários de programas sociais (17,8 milhões); recebedores de crédito (344 mil pessoas jurídicas e 1,79 milhão de pessoas físicas); portadores de cartão de pagamento (12,4 mil); programas sociais (413) e ações de governo (4,9 mil) em out/08. Acesse: www.portaltransparencia.gov.br
- Transparência: 378 órgãos e entidades têm páginas de transparência pública¹.
- CGU² mobilizou mais de 46 mil cidadãos em 958 municípios; capacitou 7,7 mil alunos nos cursos de educação a distância; sensibilizou mais de 180 mil estudantes sobre a importância do exercício da cidadania e do controle social. Acesse a cartilha: www.cgu.gov.br/Publicacoes/CartilhaOlhoVivo/index.asp
- CGU realizou 1.461 fiscalizações em municípios e 77 em estados, definidos por sorteio, envolvendo R\$ 17 bi em recursos federais (até out/08).
- Combate à impunidade: 1.910 agentes punidos por envolvimento em práticas ilícitas – 1.654 demissões, 140 destituições de cargos em comissão e 116 cassações de aposentadorias, além de outros penalizados com suspensão ou advertência (2003 a out/08).
- Ouvidorias: instrumento para fortalecimento da cidadania na Administração Federal. Em 2008, com supervisão técnica da CGU, criadas sete novas unidades. Total: 148 unidades. Em 2003, eram apenas 40. Média de 1,9 milhão de manifestações anuais a todas as ouvidorias da Administração Federal. Acesse: www.cgu.gov.br/AreaOuvidoria/Arquivos/RelacaoOuvidoriasSetembro2008.pdf
- Obras do PAC³: CGU, em ago/08, sorteou 50 municípios para fiscalização nas áreas de saneamento e habitação (recursos da ordem de R\$ 320 mi).

Ampliação e aprimoramento de mecanismos de fiscalização e controle

- Realização de parcerias entre CGU, Ministério Público e Polícia Federal.
- Criação do Laboratório de Tecnologia contra a Lavagem de Dinheiro LAB-LD.
- RFB⁴: unifica dados e arrecadação; reduz sonegação.
- Decreto 6.370/08: aprimoramento do uso do Cartão de Pagamento do Governo Federal.
- Decreto 6.428/08: **convênios e contratos de repasse com recursos voluntários da União somente serão celebrados e operacionalizados no Portal de Convênios⁵.**

Participação social e controle Social

- Criação, recriação e consolidação de conselhos nacionais. Realização de conferências nacionais para aprimorar políticas públicas (ver pág. 78).
- Realização de Fóruns de Debates: www.brasil.gov.br/participacao_popular/forum/
- Pluralidade social na agenda do Excelentíssimo Senhor Presidente da República: diálogo permanente com organizações da sociedade civil.

1 Dado de out/08.

2 Controladoria-Geral da União.

3 Programa de Aceleração do Crescimento.

4 Receita Federal do Brasil.

5 www.convenios.gov.br/portal/

Fique atualizado; consulte também:

em questão

http://www.brasil.gov.br/noticias/em_questao

2 – PROGRAMAS 2007 E 2008

Índice

Tema	Página
Programa de Aceleração do Crescimento – PAC 22jan/07	18
Cidadania e Inclusão Social	20
Bolsa Família – Agenda Social	21
Plano de Desenvolvimento da Educação – PDE. 24abr/07	22
Plano Nacional de Turismo – PNT. 13jun/07	24
Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania – Pronasci. 20ago/07	25
Prog. Nacional de Inclusão de Jovens – ProJovem – Agenda Social. 5set/07	26
PAC Funasa. 19set/07	27
Povos Indígenas – Agenda Social. 21set/07	28
Pessoas com Deficiência – Agenda Social. 26set/07	29
Mais Cultura – Agenda Social. 4out/07	30
Criança e Adolescente – Agenda Social. 11out/07	31
Plano de Ação em Ciência, Tecnologia e Inovação. 20nov/07	32
Quilombolas – Agenda Social. 20nov/07	33
Mais Saúde. 5dez/07	34
Registro Civil de Nascimento e Doc. Civil Básica – Agenda Social. 6dez/07	35
Territórios da Cidadania – Agenda Social. 24fev/08	36
Reforma Tributária – enviada ao Congresso Nacional. 28fev/08	38
Mulheres – Agenda Social. 5mar/08	39
PAC Embrapa – 23abr/08	40
Plano da Amazônia Sustentável – PAS. 8mai/08	41
Política de Desenvolvimento Produtivo – PDP. 12mai/08	42
Mais Alimentos. 3jul/08	43
Mais Pesca e Aqüicultura. 29jul/08	44

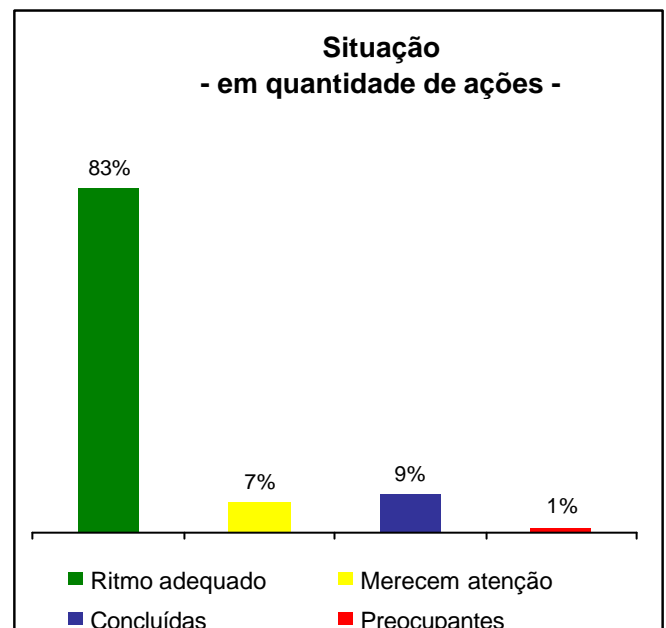
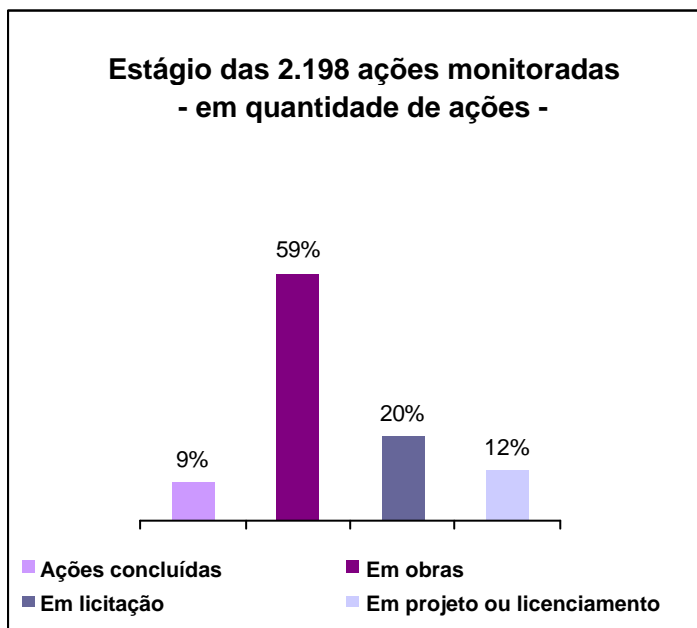
PAC – CRESCIMENTO ACELERADO

Balanço de 20 meses aponta 193 ações concluídas (9% do total)

Programa de Aceleração do Crescimento

- Prevê investimentos de R\$ 503,9 bi até 2010, divididos em três eixos: logística (R\$ 58,3 bi), energia (R\$ 274,8 bi) e social e urbano (R\$ 170,8 bi).
- Garante significativas desonerações de tributos e medidas fiscais de longo prazo para incentivar investimentos. Desonerações previstas para 2007 e 2008 ultrapassam R\$ 16 bi.

Balanço de 20 meses – 30set/08¹



Recursos

- Destinados R\$ 32,27 bi (2007-2008):
 - R\$ 26,4 bi empenhados até 23out/08: 3,4 vezes maior que o mesmo período em 2007).
- Pagos R\$ 15,6 bi até 23out/08.

Monitoramento junto ao TCU, Ibama/Funai

- 117 empreendimentos monitorados pelo Tribunal de Contas da União - TCU.
- Ibama/Funai² emitiu 43 licenças em 2008.

Mais informações: www.brasil.gov.br/pac

¹ Ritmo adequado: com cronograma em dia e riscos administrados. Merecem atenção: cronograma em dia e risco potencial ou com pequeno atraso e/ou com significativo atraso no cronograma. Preocupantes: com elevado risco, independentemente do cronograma ou com significativo atraso no cronograma. Não inclui Saneamento e Habitação.

² Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Fundação Nacional do Índio.

PAC – AÇÕES CONCLUÍDAS

193 ações concluídas – R\$ 30,6 bi – até 30set/08

Logística: 87 ações, R\$ 6,4 bi

- Rodovias: 3.353 Km, R\$ 4,7 bi.
- Ferrovias: 240 km, R\$ 780 mi.
- Marinha Mercante: 54 embarcações, R\$ 740 mi.
- Portos: R\$ 12,7 mi.
- Hidrovias: dois terminais, R\$ 2,5 mi.
- Aeroportos: R\$ 178 mi¹.
- Recursos Hídricos: R\$ 12,5 mi.

Energia: 106 ações, R\$ 24,2 bi

- Geração de Energia: 1.314 MW, R\$ 2,3 bi.
- Transmissão de Energia: 2.824 km, R\$ 1,9 bi.
- Programa de Incentivo a Fontes Alternativas: 19 usinas, 568,5 MW.
- Campos de Petróleo e Gás Natural: R\$ 9,9 bi.
- Petroquímica: R\$ 610 mi.
- Combustíveis renováveis: 40 bilhões de litros/ano, R\$ 5,6 bi.
 - Biodiesel, 22 usinas; etanol, 29 usinas.
- Gasodutos: 1.389 km, R\$ 1,7 mi.
 - Cabiúnas/RJ-Vitória/ES: 303 km – fev/08.
 - Malha Nordeste BA RN SE AL: 501 Km – out/08
 - Campinas-Rio: 257 km – jul/08.
 - Vitória/ES - Cacimbas/ES: 130 km – nov/07.
- Gás Natural Liquefeito - GNL: R\$ 990 mi.
 - Terminal de GNL Pecém/CE – concluído em out/08.
 - Terminal de GNL – Baía de Guanabara/RJ – 93% realizado.
 - Gasoduto Campinas/SP-Rio de Janeiro/RJ – concluído em jul/07.
- HBIO: 256 mil m³/ano, R\$ 88,2 mi. Concluídas as obras na Regap, Repar, Refap e Replan² – jul/08.
- Refinarias: R\$ 1,1 bi.

Veja o balanço completo: <http://www.brasil.gov.br/pac/balancos/5balanco/>

1 Há diferença entre o que foi divulgado na edição anterior (R\$ 212 mi), pois houve redução no valor gasto para a reforma do Aeroporto Santos Dumont em relação ao inicialmente previsto.

2 Regap: Refinaria Gabriel Passos. Repar: Refinaria Presidente Getúlio Vargas. Refap: Refinaria Alberto Pasquali. Replan: Refinaria do Planalto Paulista.

CIDADANIA E INCLUSÃO SOCIAL

Novas políticas públicas reafirmam compromisso de levar dignidade e uma vida melhor para mais brasileiros

Políticas Sociais

- Em 2007, a partir da experiência acumulada com as políticas desenvolvidas na área social, foram elaborados e apresentados à sociedade:
 - Plano de Desenvolvimento da Educação – PDE – lançado em 24abr/07.
 - Programa Nacional de Segurança com Cidadania – Pronasci – lançado em 20ago/07.
 - Agenda Social adotada na reunião ministerial de 30ago/07.
 - Programa Mais Saúde – lançado em 5dez/07.

Agenda Social – objetivos

- Consolidar política garantidora de direitos.
 - Reduzir ainda mais as desigualdades sociais e promover oportunidades às famílias pobres.
- Buscar a gestão integrada das políticas.
- Aprofundar a pactuação federada entre União, estados e municípios.

Eixos

- 1. Redução das desigualdades:
 - Bolsa Família – geração de oportunidades às famílias beneficiárias – lançado em 2003.
 - Territórios da Cidadania – combate à pobreza rural – lançado em 24fev/08.
- 2. Juventude:
 - ProJovem – lançado em 5set/07.
- 3. Direitos da Cidadania:
 - Mulheres – lançado em 5mar/08.
 - Quilombolas – lançado em 20nov/07.
 - Povos Indígenas – lançado em 21set/07.
 - Criança e Adolescente – lançado em 11out/07.
 - Pessoas com Deficiência – lançado em 26set/07.
 - Registro Civil de Nascimento – lançado em 6dez/07.
 - Povos e Comunidades Tradicionais – a ser lançado.
- 4. Cultura:
 - Mais Cultura – lançado em 4out/07

BOLSA FAMÍLIA

Abertas inscrições em cursos de qualificação profissional para famílias selecionadas do programa

Características

- Criado em out/03, beneficia 11,1 milhões de famílias em todos os municípios.
- Foco prioritário em grupos mais vulneráveis: indígenas, quilombolas, libertos de situação similar à escravidão e famílias com crianças no trabalho. Revisão permanente do cadastro.
- Mais de 14 milhões de alunos beneficiários (6 a 17 anos) com frequência escolar informada (85% do total) e mais de 6 milhões de famílias acompanhadas pela saúde.
- Contribuiu com 21% da queda da desigualdade entre 2003-05.
- Contribui para reduzir desnutrição e mortalidade infantis; promove segurança alimentar e nutricional.
- Benefício gera dinamismo nas economias locais.
- Mais poder às mulheres, pois são elas que recebem o benefício.
- Estudos demonstram não haver acomodação das famílias beneficiárias¹.

2007-2010

- Recomposição do valor do benefício: 18,25% em ago/07 e mais 8% em jul/08. Benefício médio passou de R\$ 62 para R\$ 85; o máximo, de R\$ 95 para R\$ 182.
- A partir de mar/08, expandido para adolescentes de 16 a 17 anos, desde que freqüentem escola: 1,87 milhão já atendidos.
- Inclusão bancária: ampliação de pontos de pagamento em regiões longínquas e de difícil acesso. 784 mil famílias recebem benefícios em contas bancárias².
- 622 mil benefícios bloqueados em set/08 após auditoria anual que comparou renda informada pelas famílias com a registrada na Rais³. Até dez/08, municípios revisarão cadastro dessas famílias.
- Mais de dois milhões de famílias deixaram programa (aumento na renda ou auditoria).
- R\$ 193 mi repassados aos municípios em 2008 para apoiar boa gestão descentralizada, por meio do Índice de Gestão Descentralizada⁴.
- Prêmio Boas Práticas de Gestão: inscritas 691 experiências em estados e municípios, sendo 35% delas na área de ações complementares.
- Prêmio e Mostra de Estudos lançados para conhecer, sistematizar e divulgar o que vem sendo produzido sobre o programa. Inscritos mais de 70 trabalhos.

Geração de oportunidades às famílias

- Plano Setorial de Qualificação Profissional Bolsa Família – PlanseQBF⁵: qualificação e inserção profissional para membros de famílias do programa em obras do PAC. Na construção civil serão atendidos 185 mil beneficiários. Famílias convidadas para inscrição no Sistema Nacional de Emprego – Sine, a partir de out/08
- Prioridade nos programas Brasil Alfabetizado e Educação de Jovens e Adultos.

Mais informações: www.mds.gov.br/bolsafamilia; www.ibase.br/modules.php?name=Conteudo&file=index&pa=showpage&pid=2482

1 Ver: Repercussões do Programa Bolsa Família na segurança alimentar e nutricional: Relatório síntese/Ibase, 2008.

2 Houve diminuição em relação ao mês anterior (812 mil famílias) devido ao bloqueio de beneficiários em set/08.

3 Rais – Relação Anual de Informações Sociais.

4 Indicador sintético que mede qualidade da gestão municipal do programa e garante repasse mensal de recursos.

5 Executado pelo MTE e MDS com empresários, trabalhadores e três esferas de governo.

PDE – EDUCAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO

Ampliação de vagas gratuitas no ensino técnico de nível médio por meio da alteração dos regimentos do Sesc, Senac, Senai e Sesi

Educação Básica

- Adesão federativa ao Plano concluída: DF e todos os estados e municípios.
- Professores: plano estratégico cria Sistema Nacional de Formação.
 - Piso nacional para professores de escolas públicas: R\$ 950 (Lei 11.738/08).
 - UAB¹: expansão e interiorização da oferta de cursos de educação superior a distância, de graduação e cursos de formação continuada.
 - Pibid²: bolsas para alunos de cursos presenciais que se dediquem ao estágio nas escolas públicas e, após graduados, atuem no magistério.
- Avaliação de alunos:
 - Educacenso: de escolas públicas e privadas, docentes, auxiliares e estudantes.
 - Ideb³: qualidade da educação, considerando indicadores de fluxo escolar e médias de desempenho nas avaliações do Inep⁴ (Saeb⁵ e Prova Brasil).
 - Provinha Brasil: alfabetização nos anos iniciais do ensino fundamental.
 - Prova Brasil: 4ª e 8ª séries (5º e 9º ano) do ensino fundamental de escolas públicas urbanas com mais de 20 alunos.
- Apoio ao aluno e à escola pública:
 - Fundeb⁶: financia educação básica, da creche ao ensino médio.
 - Ensino fundamental de nove anos (Lei 11.274/06).
 - ProInfância: construção e reestruturação de creches e pré-escolas.
 - Caminho da Escola: renovação, ampliação e padronização de frota escolar.
 - Proinfo: laboratórios de informática, internet banda larga e Gesac⁷.
- Olimpíadas: melhoria do ensino e aprendizagem de leitura, escrita e matemática.
- Ampliação do atendimento educacional especializado (Decreto 6.571/08)⁸. Dotação orçamentária de 2008: R\$ 78,5 mi.

Alfabetização e Educação Continuada

- Brasil Alfabetizado: para brasileiros de 15 anos ou mais.

Educação Profissional e Tecnológica

- Expansão da Rede Federal: implantação de novas escolas.
- Institutos Federais: reorganização enfatiza oferta em nível médio e licenciaturas.
- **Ampliação de vagas gratuitas no ensino técnico de nível médio, por meio da alteração dos regimentos do Sesc, Senac, Senai e Sesi (Decretos nºs 6.632, 6.633, 6.635 e 6.637/08).**

Educação Superior – expansão

- Criação de novos campi e universidades. Reuni⁹: melhor aproveitamento de instalações e recursos humanos das federais. Prouni: bolsas parciais e integrais a estudantes de baixa renda. Fies¹⁰: financia ensino superior para estudantes de instituições privadas.
- Mais informações: mecsrv04.mec.gov.br/pde1ano

1 – UAB: Universidade Aberta do Brasil. 2 – Pibid: Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência. 3 – Ideb: Índice de Desenvolvimento da Educação Básica. 4 – Inep: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. 5 – Saeb: Sistema de Avaliação da Educação Básica. 6 – Fundeb: Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação. 7 – Gesac: Governo Eletrônico– Serviço de Atendimento ao Cidadão. 8 – Alunos da rede pública com deficiência, transtornos globais de desenvolvimento e superdotação. 9 – Reuni: Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais. 10 – Fies: Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior.

PDE – METAS E RESULTADOS

Programas e Ações	Metas	Realizado (out/08)
Educação Básica		
UAB	850 pólos (2011)	555 pólos
Pibid	9.200 bolsas/ano	23 projetos de universidades federais e CEFETs aprovados (com previsão de 2.800 bolsas em 2008)
Ideb	Médias 6,0 (até 4ª série), 5,5 (5ª a 8ª séries) e 5,2 (ensino médio) até 2021	2007: já alcançadas médias previstas para 2009 (4,2; 3,8 e 3,5)
Fundeb	União participa com 10% do fundo de 2010 a 2020	Investimento de R\$ 3,2 bi (2008)
Ensino Fundamental de 9 anos (rede pública e privada)	Alcançar todos estados, municípios e DF até 2010	2007: 44% de matrículas nesse regime
ProInfância	500 creches/ano	2007 e 2008: 955 creches conveniadas
Caminho da Escola (ônibus escolar)	15 mil veículos até 2011	2.107 veículos: 635 com recursos MEC, 387 dos municípios e 1.085 do BNDES
Proinfo (laboratórios de informática e conexão à internet)	29 mil laboratórios em 2008, 40 mil em 2009 e 45 mil em 2010; 22 mil conexões em 2008, 22 mil em 2009 e 11 mil em 2010	9.721 laboratórios de informática instalados (2.400 rurais e 7.321 urbanos); 9.130 escolas conectadas (banda larga)
Olimpíadas 2008		Matemática: 18,3 milhões de estudantes inscritos; Português: 6,1 milhões
Alfabetização e educação continuada		
Brasil Alfabetizado	1,5 milhão alunos/ano	2003-2007: 8 milhões de alunos
Educação Profissional e Tecnológica		
Expansão do ensino técnico	214 novas escolas técnicas (2010)	2003-2007: 64 criadas (53 em funcionamento); 2007-2008: 150 criadas: 83 em ação preparatória; 45 com obras em andamento e 22 com obras concluídas (20 em funcionamento)
Educação Superior		
Novas universidades	16 universidades federais (uma em cooperação com países africanos de língua portuguesa e outra com latino-americanos)	12 já em funcionamento; quatro em tramitação no Congresso Nacional
Novos campi	95 campi	61 em funcionamento; 34 em preparação
Reuni	Ampliar de 124 mil vagas/ano (2002) para 229 mil (2012)	100% de adesão das federais
Prouni	720 mil bolsas até 2011	434 mil bolsas ocupadas desde 2005
Fies	400 mil contratos até 2011	49 mil contratos em 2007

PNT – PLANO NACIONAL DE TURISMO

Mais de R\$ 30 mi para obras de infra-estrutura nos municípios, parques nacionais e museus, inserindo-os no roteiro turístico do país

2º Plano Nacional de Turismo – PNT (2007-2010)

- Lançado em 13jun/07 para melhorar qualidade dos produtos turísticos, promover inclusão social no turismo e competitividade do Brasil no setor.
- Investimentos: R\$ 5,63 bi para infra-estrutura (exemplo: pavimentação; melhoria de rodoviárias e aeroportos; construção de centros de atendimento ao turista) e R\$ 1 bi para promoção de destinos turísticos no Brasil e no exterior.
- Metas até 2010: promover 217 milhões de viagens/ano no mercado interno; gerar US\$ 7,7 bi/ano em divisas e 1,7 milhão de novos empregos e ocupações; e estruturar 65 destinos turísticos, indutores do desenvolvimento turístico regional, com padrão de qualidade internacional.

Realizações

- Lançada mundialmente, em 22set/08, em Nova Iorque (EUA), a campanha “Brasil, Sensacional!”: R\$ 88 mi¹ até junho de 2010 para publicidade e divulgação turística em 12 países prioritários².
- Diagnóstico dos 65 destinos prioritários e sua competitividade turística.
- Obras de infra-estrutura turística em todos os estados: R\$ 888,9 mi empenhados em 2008 para atender 1.862 municípios.
- Lançada, em 25ago/08, primeira fase do Programa de Qualificação de Museus para o Turismo (Ministérios do Turismo e da Cultura): R\$ 2 mi para capacitação de profissionais, divulgação e melhoria da infra-estrutura de sete museus³.
- Lançado, em 3set/08, Programa Turismo nos Parques (Ministérios do Meio Ambiente e Turismo): serão investidos, na primeira fase, R\$ 28 mi para obras de infra-estrutura turística de seis parques nacionais⁴.
- Prodetur⁵ Nacional: linha de crédito de US\$ 1 bi do BID⁶ aberta aos governos estaduais para projetos de desenvolvimento local do turismo.

1º Plano Nacional de Turismo – PNT (2003-2007)

- Desembarques domésticos: de 30,7 milhões em 2003 para 50 milhões em 2007, somando quase 207 milhões nos últimos cinco anos.
- Entrada de divisas: de US\$ 2,5 bi em 2003 para US\$ 4,9 bi em 2007, totalizando cerca de US\$ 19 bi desde a criação do PNT.

Outros destaques do setor

- Lei Geral do Turismo: sancionada pelo Presidente da República em 17set/08.
- Programa Viaja Mais Melhor Idade, 2ª fase: pacotes especiais para pessoas com 60 anos ou mais, aposentados ou pensionistas, e desconto de 50% em hospedagem⁷: 140 mil pacotes vendidos em 2008.

Mais informações <http://www.turismo.gov.br/>

1 Errata: na edição anterior, este valor foi citado, equivocadamente, em dólar (US\$).

2 EUA, Reino Unido, Canadá, Argentina, Chile, Peru, Alemanha, Portugal, Espanha, França, Holanda e Itália.

3 Museu de Arte Sacra da UFBA (BA), Casa das Artes do Divino (Pirenópolis, GO), Museu da Inconfidência (Ouro Preto, MG), Museu Emílio Goeldi (Belém, PA), Museu do Homem do Nordeste (Recife, PE), Museu Nacional de Belas Artes (Rio de Janeiro, RJ) e Museu Oceanográfico (Rio Grande, RS).

4 Parque Nacional da Serra dos Órgãos (RJ), Aparados da Serra (RS), Chapada dos Veadeiros (GO), Lençóis Maranhenses (MA), Jaú (AM) e Serra da Capivara (PI).

5 Programa de Desenvolvimento do Turismo.

6 Banco Interamericano de Desenvolvimento.

7 Modalidade do “Portal de Hospedagem” (parceria com o Sebrae): um completo guia on-line: www.portaldehospedagem.com.br

PRONASCI

Articula políticas de segurança com ações sociais, prioriza a prevenção e busca atingir causas que levam à violência

Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania – Pronasci

- R\$ 6,7 bi até 2012 para combate ao crime e apoio a jovens ameaçados de cair na delinqüência. Prevê participação das comunidades. **Investidos R\$ 938 mi até out/08.**
- Prioridade a 19 regiões¹ com mais altos índices de homicídio e criminalidade juvenil: regiões metropolitanas de Belém (PA), Belo Horizonte (MG), Brasília e entorno (DF e GO), Curitiba (PR), Maceió (AL), Porto Alegre (RS), Recife (PE), Rio de Janeiro (RJ), Salvador (BA), São Paulo (SP), Vitória (ES), Fortaleza (CE); estados do MA, AC, PI, RN, SE e TO.

Modernização das instituições

- Força Nacional de Segurança Pública articulada com polícias estaduais:
 - Batalhão Especial de Pronto Emprego criado com 550 homens aquarterlados.
 - Oito mil homens atuaram em oito estados². Atualmente: 696 em atuação.

Formação e valorização de profissionais

- Cursos de formação para profissionais de segurança pública:
 - **Bolsa Formação de R\$ 400 mensais. Beneficiados: 37.471 (out/08). R\$ 14 mi.**
 - Expansão da Rede Nacional de Altos Estudos em Segurança Pública (Renaesp). Cadastradas 81 instituições superiores; 2,4 mil alunos em cursos.
 - Ensino a distância. Meta 2008: capacitação de 240 mil profissionais. 272 mil policiais já cursaram (set/08). 130 mil inscrições na 4ª turma.
- **Plano Nacional de Habitação para Profissionais de Segurança Pública. Unidades entregues: RS (155), AL (20), RJ (1.000).**

Programas locais

- **Território de Paz:** Dos 84 municípios prioritários, 73 já contam com Gabinetes de Gestão Integrada Municipais (GGIM) em funcionamento. Destes, 55 têm videomonitoramento e observatório. R\$ 51,3 mi investidos.
- Polícia Comunitária: capacitação de policiais para atuarem em núcleos locais.

Acesso dos jovens e da família às políticas sociais

- **Protejo⁴:** assistência, por meio de programas de formação e inclusão social, a jovens expostos à violência doméstica ou urbana ou que vivam nas ruas, com bolsa de R\$ 100, durante um ano: 68 mil jovens a serem beneficiados até 2011.
- Projeto Mulheres da Paz: capacitação de lideranças femininas para abordagem de jovens em risco e encaminhamento a programas sociais e educacionais do Pronasci, com bolsa de R\$ 190, durante um ano: 12 mil mulheres até 2011.

Recuperação de equipamentos, espaços seguros e urbanização

- PAC: infra-estrutura, habitação e saneamento nas comunidades do Pronasci.

Mais informações: www.mj.gov.br/data/Pages/MJF4F53AB1PTBRIE.htm

¹ Estão contados separadamente como regiões: DF e GO.

² RJ, MA, AL, PA, DF, MS, RR e RO.

⁴ Projeto de Proteção dos Jovens em Território Vulnerável.

PROJOVEM

Mais de um milhão de vagas em 2008 para elevar o nível educacional e a qualificação profissional e promover a inclusão social de jovens

Desafio

- Brasil: 50,5 milhões de jovens entre 15 e 29 anos. Cerca de 4,5 milhões fora da escola, não concluíram ensino fundamental e desempregados (PNAD 2005).

ProJovem – Programa Nacional de Inclusão de Jovens¹

- Oferece oportunidade de elevação da escolaridade, qualificação profissional e desenvolvimento humano; articula, integra e amplia programas para juventude.
- Recursos: R\$ 5,2 bi até 2010. Em 2008, previstos cerca de R\$ 1,2 bi (LOA 2008). Meta até 2010: oferecer 3,5 milhões de vagas, em quatro modalidades.

ProJovem – Vagas por Modalidade

Modalidades	Vagas até 2010 ²	Vagas 2008 ³
Adolescente	1.000.400	600.000
Urbano	763.930	332.980
Campo	em definição	35 mil (meta)
Trabalhador	em definição	147 mil (meta)

1 – ProJovem Adolescente

- Público: 15 a 17 anos, de famílias beneficiárias do Bolsa Família, egresso ou em cumprimento de medidas socioeducativas ou de proteção, ou de programas de erradicação do trabalho infantil (Peti) ou de combate a abuso e exploração sexual.
- Oferece atividades socioeducativas durante 24 meses. Adicional de até dois benefícios de R\$ 30 por família.

2 – ProJovem Urbano

- Público: 18 a 29 anos que lê e escreve, mas não concluiu o ensino fundamental.
- Oferece curso com currículo inovador que integra ensino fundamental, formação profissional e atividades de participação social e cidadã, via projeto de intervenção social dos jovens em sua comunidade.
- Já aderiram 105 municípios com mais de 200 mil habitantes e 23 estados⁴. **Aulas iniciadas em set/08 em 24 municípios.**

3 – ProJovem Campo/Saberes da Terra

- Público: agricultores familiares de 18 a 29 anos.
- Objetivo: elevar escolaridade, com conclusão do ensino fundamental e qualificação social e profissional, formação para desenvolvimento sustentável e solidário, em regime de alternância entre tempo-escola e tempo-comunidade e calendário adaptado a ciclo agrícola. Benefício: R\$ 100 a cada dois meses, durante 24 meses.

4 – ProJovem Trabalhador

- Público: 18 a 29 anos, desempregado, de família com renda per capita de até um salário mínimo. Prepara jovem para o trabalho. Benefício: R\$ 100/mês, por seis meses.

Mais informações: http://www.presidencia.gov.br/estrutura_presidencia/sec_geral/Juventude/ProJ

1 Lei 11.692, de 10jun/08.

2 Vagas já pactuadas com estados e municípios.

3 Houve ampliação de vagas em relação ao informado na edição anterior (850 mil).

4 Adesão direta com estados ocorre para municípios com menos de 200 mil habitantes.

PAC FUNASA

R\$ 4 bi para saneamento básico em pequenas comunidades, áreas quilombolas, indígenas, assentamentos e de interesse epidemiológico

Resumo das realizações

- Até 31out/08, selecionados 5.929 projetos (R\$ 3,4 bi); 3.755 contratados (R\$ 2,3 bi).
- **Redes de água, esgoto, coleta de lixo e limpeza urbana: 229 obras concluídas (áreas indígenas); 344 em andamento; 3.182 em preparação.**
- Abastecimento de água, esgoto, melhoria sanitária e resíduo sólido: R\$ 1,8 bi contratados (692.942 famílias, 834 municípios).

Comunidades quilombolas

- Metas: entre 2007-10, 380 comunidades (R\$ 170 mi, cerca de 50 mil famílias). Contratado: 120 comunidades em 54 municípios (R\$ 31,3 mi, 10.682 famílias).

Áreas indígenas

- Metas: elevar cobertura de abastecimento de água em 2.100 aldeias, de 62% para 90%, e dobrar a de esgoto, de 30% para 60%.
- Entre 2007-10: R\$ 200 mi. Executado: em 2007, R\$ 33,8 mi (183 municípios, 16.450 famílias). Contratado em 2008: R\$ 9,8 mi.

Áreas de interesse epidemiológico

- Doença de Chagas – meta: 622 municípios (R\$ 280 mi). 2007: 190 municípios (R\$ 79,3 mi). 2008: 317 municípios (R\$ 143,1 mi).
- Malária – meta: 31 municípios da Amazônia. 2007-08: 31 municípios (R\$ 114,8 mi, 101.504 famílias).

Municípios de até 50 mil habitantes

	2007		2008		Meta até 2010	
	Municípios	Valor (R\$ mi)	Municípios	Valor (R\$ mi)	Municípios	Valor (R\$ mi)
Água	252	164,4	595	487,6	1.326	1.000
Esgoto	120	309,2	185	487,8	488	1.200
Melhoria sanitária domiciliar	185	109,4	247	135,7	500	280
Resíduos sólidos¹	-	-	3	1,7	8	4,3

Programa Nacional de Saneamento Rural (pequenas comunidades)

- Água e esgoto para 75 mil famílias em comunidades de até 2.500 habitantes, assentamentos da reforma agrária, reservas extrativistas e 889 escolas.
- Executado: em 2007, 289 escolas (R\$ 12,9 mi) e 656 comunidades (R\$ 53,9 mi). Total: 33.049 famílias beneficiadas.

Apoio ao controle da qualidade da água para consumo

- Objetivo: melhorar qualidade com adoção de boas práticas de operação, manutenção e monitoramento de sistemas de abastecimento.
- Meta: implantar 25 unidades regionais de controle. Investimentos previstos: R\$ 70 mi.
- Executado: em 2007, quatro unidades (R\$ 6,7 mi).

Mais informações: www.funasa.gov.br/

¹ Apenas municípios da bacia do Rio São Francisco.

POVOS INDÍGENAS

Resgate cultural, proteção das terras e inclusão social levam cidadania e dignidade para mais índios

Características

- Orçamento: R\$ 114 mi para triênio 2008-10¹.
- Ações para garantir direitos, proteção das terras e promoção social dos índios, consideradas as especificidades culturais e territoriais. Estruturam-se em torno de três programas, sob a coordenação da Funai:
 1. Proteção das Terras Indígenas: regularização fundiária, implantação de territórios indígenas da cidadania (Alto Rio Negro/AM, Cone Sul/MS e Raposa Serra do Sol-São Marcos/RR²), gestão ambiental e territorial, recuperação de áreas degradadas e proteção de povos isolados³.
 2. Promoção dos Povos Indígenas: documentação e valorização da língua e do patrimônio cultural, implantação de três pontos de cultura e auto-sustentação econômica.
 3. Qualidade de vida: incluir índios (aldeados e de zonas urbanas) em programas sociais do Governo Federal⁴, observando especificidades culturais da cada povo; promover exercício do controle social.

Metas 2008 e realizações

- **Demarcação de 41 terras: 25 concluídas, três iniciadas, dez em processo de licitação e três impedidas por processos judiciais e/ou conflito agrário.** Meta até 2010: demarcação de 127 terras.
- Território da Cidadania do Alto Rio Negro (AM): implantado.
- Indenização e reassentamento de três mil famílias.
- Fomentar projetos econômicos auto-sustentáveis em todas as regiões do país.
- Constituir parcerias com órgãos apoiadores para documentar e fortalecer 20 línguas indígenas ameaçadas de desaparecimento.
- Aprovar projeto de lei do Conselho Nacional de Política Indigenista (CNPI). Enviado ao Congresso em 12jun/08; em tramitação na Câmara dos Deputados.
- Iniciar implementação do sistema de indicadores de qualidade de vida dos povos indígenas e gestão governamental.

Cenário atual

- Indígenas aldeados: 440 mil (estimativa).
- Etnias: 220; línguas: 180; referências de povos indígenas isolados: 63.
- Terras indígenas: 654 (12,5% do território nacional e 22% da Amazônia Legal).

Raposa Serra do Sol

- Iniciado julgamento no Supremo Tribunal Federal. Interrompido em virtude de pedido de vista ao processo.

Mais informações: www.funai.gov.br/

1 Orçamento inicial de R\$ 305 mi foi alterado devido a contingenciamento.

2 Raposa Serra do Sol e São Marcos são terras indígenas vizinhas e, por isso, compõem o mesmo território.

3 Povos que não têm contato com a sociedade e são preservados.

4 Bolsa Família, Benefício de Proteção Continuada (BPC), Cesta de Alimentos, Carteira Indígena, Cisternas, Luz para Todos e Salário-Maternidade.

PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

Equiparação de oportunidades e ampliação de acessibilidade a serviço da inclusão social e da promoção da cidadania

Contexto

- 25 milhões de pessoas com alguma deficiência; 70% abaixo da linha da pobreza; 33% analfabetos ou com até três anos de escolaridade; 90% sem trabalho¹.
- Orçamento 2008-2010: R\$ 1,7 bi.

Realizações

- Comitê Gestor em funcionamento; adesão formal de 18 estados e 83 municípios.
- Financiamento da Caixa: até R\$ 10 mil para recursos tecnológicos de uso pessoal².
- Concessão de órteses e próteses³:
 - Implantação de oficinas ortopédicas e capacitação de profissionais em instituições de ensino e de pesquisa.
 - R\$ 31,5 mi para a ampliação do atendimento no Sistema Único de Saúde, priorizando concessão de órteses, próteses e meios auxiliares de locomoção⁴.
 - Elevada a remuneração da tabela de procedimentos, medicamentos e materiais relacionados à implantação de órteses, próteses no SUS⁵.
- Acessibilidade nos transportes: veículos, estações, terminais e entorno de escolas:
 - Estações metroferroviárias: três em adaptação (CE, PE e BA). Meta 2008: 30.
 - Definidas as especificações técnicas para fabricação de veículos acessíveis de características urbanas para transporte coletivo de passageiros⁶.
- Acessibilidade nas escolas públicas de educação básica:
 - Implantadas, em 2007, 625 salas de recursos multifuncionais⁷ em escolas públicas. Meta: mais 4.300 em 2008.
 - Projeto Livro Acessível⁸: R\$ 1,5 mi contratados pelo MEC.
 - Programa BPC⁹ na Escola: inclusão escolar de crianças e adolescentes beneficiários do BPC (já aderiram 2.633 municípios). Iniciada capacitação de agentes sociais para identificação de barreiras de acesso à escola do beneficiário do BPC (RJ, PA, SC, MS, MG, PR, MT, PE, GO e DF).
 - Decreto 6.571/08: permitida matrícula, na educação regular, de alunos que recebem atendimento educacional especializado.
- Inserção no mercado de trabalho¹⁰:
 - Preenchidas 22.314 vagas para pessoas com deficiência em 2007 e 15.138 até ago/08. Aprovada Lei do Estágio (10% das vagas).
 - Pactuada linha de financiamento do BNDES para adequação de empresas.

Mais informações: http://www.mj.gov.br/corde/arquivos/pps/APRES_PLANALTO26-9.ppt

1 Fonte: Censo IBGE 2000.

2 Aparelho ortopédico, cadeiras de roda e banho, aparelho auditivo, prótese, impressora em braile, camas motorizadas, inaladores, andadores, calculadora especial, relógios em braile e falados, teclado especial, adaptação de veículos.

3 Prótese: dispositivo que substitui um membro, órgão ou parte dele; órtese: dispositivos ortopédicos de uso externo, destinado a alinhar, prevenir ou corrigir deformidades ou melhorar função das partes.

4 Portaria 2.381 de 13out08, do Ministério da Saúde.

5 Portaria 2.297 de 13out/08, do Ministério da Saúde.

6 Resolução do Conselho Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial (Conmetro) nº 6, de 16set/08.

7 Máquina de escrever em braile, computador com software leitor de tela, scanner e dicionário digital em libras.

8 Livros com conteúdo e recursos adaptados a pessoas com deficiência.

9 Benefício de Prestação Continuada.

10 Lei 8.213, de 24jul/91, determina reserva de 2% a 5% dos postos de trabalho em empresas com 100 ou mais empregados.

MAIS CULTURA

Promover acesso à cultura e à diversidade, por meio da ampliação de recursos, e a valorização das manifestações regionais

Características

- Objetivo: dar acesso a bens culturais e meios de expressão artística; promover diversidade e produção cultural local; gerar emprego e renda.
- Orçamento 2007-2010: R\$ 4,7 bi: R\$ 2,2 bi da União e R\$ 2,5 bi em parcerias, contrapartidas, financiamentos e patrocínios.
- Prioridade: 2.615 municípios com menores IDH e Ideb¹ e beneficiários do Bolsa Família; regiões do Pronasci com maiores índices de homicídios; quilombolas; indígenas; comunidades tradicionais; Territórios da Cidadania; regiões do semi-árido e da bacia do Rio São Francisco; BR-163; e 1.790 escolas.

Metas e realizações

- Pontos de Cultura: 742 pontos já implantados. Convênios com 23 estados e quatro municípios² para instalação de mais 1.298 pontos. Publicados sete novos editais para a seleção de mais 467 pontos. Meta 2008: dois mil pontos.
- Pontinhos de Cultura: lançado em 30set/08 edital inédito de seleção de espaços públicos que desenvolvam atividades lúdicas, culturais e de lazer para público infanto-juvenil. R\$ 3,6 mi para 200 unidades (R\$ 18 mil cada).
- Bibliotecas públicas
 - Zerar municípios sem biblioteca: entregues 300 kits para implantação de bibliotecas.
 - Modernização: Biblioteca do Pará (em andamento) e Estadual do RJ. Meta 2008: atender 299 municípios dos Territórios da Cidadania.
- Pontos de Leitura: lançado edital de seleção de projetos comunitários de incentivo à leitura. 500 títulos, computador e mobiliário para as 600 melhores iniciativas.
- Microprojetos Culturais: projetos culturais de até 30 salários-mínimos. Meta 2008: atender municípios do semi-árido.
- Espaços Culturais Multiuso em áreas de reurbanização do PAC Infra-estrutura, em parceria com o Ministério das Cidades: 17 propostas em análise.
- Lançadas linhas de crédito, microcrédito e patrocínio para financiar produção cultural:
 - Amazônia Mais Cultura: parceria com o Basa³ nos estados da Amazônia Legal.
 - Banco do Nordeste: duas linhas. Cresce Nordeste Cultura, para micros, pequenas, médias e grandes empresas culturais; e Crediamigo Cultural, pequenos empréstimos (até R\$ 2 mil) a empreendedores.
- Pontos de Memória⁴: mais de R\$ 2 mi para implantação de 12 unidades em 2008, um para cada região priorizada pelo Pronasci, pelo alto índice de criminalidade.
- Lançado o Mais Cultura Audiovisual: R\$ 2,5 mi para produção de conteúdos para TV's públicas voltados à juventude das classes C, D e E da população.
- Assinados acordos de cooperação para a implementação do programa com 16 estados: MA, SP, BA, AP, AC, PA, RN, PE, PI, CE, RJ, SE, AL, MG, SC e PB.

Mais informações: www.cultura.gov.br/site/2008/07/11/mais-cultura-para-o-brasil-e-o-povo-brasileiro-5/

1 Índice de Desenvolvimento da Educação Básica.

2 São Vicente (SP), Curitiba (PR), Campina Grande (PB) e Goiânia (GO).

3 Banco da Amazônia.

4 Museus comunitários.

CRIANÇA E ADOLESCENTE

Enfrentamento da violência contra crianças e adolescentes prioriza soluções comunitárias e respeito a direitos humanos

Agenda Social – criança e adolescente

- Orçamento 2008-10: R\$ 2,1 bi para implantação de quatro projetos e 47 ações, envolvendo 14 ministérios e cinco empresas estatais.
- Implantado Comitê Gestor¹ com reuniões periódicas.
- **Brasil sede do III Congresso Mundial de Enfrentamento da Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes (25 a 28 nov/08): primeira vez em país latino-americano.**

Três grandes projetos

- Bem-me-quer: enfrentamento da violência contra crianças e adolescentes. Meta: atender as 19 regiões metropolitanas do Pronasci.
 - Pair (Programa de Ações Integradas Referenciais): implantado em 92 municípios, sendo 11 nas regiões metropolitanas do Pronasci.
 - “Depoimento sem dano”²: implantado em quatro municípios; e capacitação em 11.
 - Programa de Proteção de Crianças e Adolescentes Ameaçados de Morte: implantado em oito estados³.
 - Escolas de Conselhos de Direitos e Tutelares⁴: assinados convênios para criação de seis escolas, em 45 municípios. Em PE e PA, já em funcionamento.
 - Campanha “Não bata, Eduque” (parceria com Caixa e Instituto Pró-Mundo).
- Caminho para Casa: promover direito à convivência familiar e comunitária, re-inserindo crianças e adolescentes abrigados em famílias.
 - Lançado Cadastro Nacional de Adoção, em parceria com o CNJ⁵.
 - Lei Nacional da Adoção: facilitará adoção. Em tramitação no Congresso.
 - Implantação de serviços de Famílias Acolhedoras⁶.
 - Auxílio financeiro de R\$ 1,5 mil às famílias para retorno de filhos abrigados.
 - Moradias coletivas para adolescentes abrigados em transição à autonomia.
- Na Medida Certa: implantar Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (Sinase) para adolescentes em conflito com a lei.
 - Construir unidades de internação que minimizem sensação de confinamento.
 - Inaugurada unidade em Ponta Porã (MS). Meta 2008: mais duas (Formosa/GO e Vitória/ES) prontas; iniciar construção de mais cinco⁷ e reformar outras dez.
 - Seis ambulatórios de saúde nos Centros Socioeducativos em construção.
 - Financiamento de construção de quadras esportivas em 56 unidades.

Perspectivas

- Observatório: portal sobre políticas de direitos humanos de crianças e adolescentes⁸.

Mais informações: www.presidencia.gov.br/estrutura_presidencia/sedh/arquivos/spdca/agenda_social.pdf

1 Secretarias: Especial de Direitos Humanos (coord.), Políticas de Igualdade Racial, Políticas para Mulheres e Juventude. Ministérios: Cidades, Cultura, Desenvolvimento, Social e Combate à Fome, MEC, Esporte, Justiça, Planejamento, Saúde e Trabalho e Emprego.

2 Metodologia de depoimento à Justiça específica para criança/adolescente vítima de violência.

3 Incluindo cinco implantados anteriormente ao lançamento da Agenda Social.

4 Formação dos conselheiros de direitos e tutelares.

5 Conselho Nacional de Justiça.

6 Abrigam crianças vítimas de violência doméstica ou negligência, enquanto pais recebem atenção social e psicológica.

7 PE, PB, SE, RJ e AC já contratadas.

8 Lançamento, previsto inicialmente para set/08, adiado por motivos operacionais.

CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO

Investimentos no setor fortalecem as instituições de pesquisa, a capacidade inovadora das empresas e a inclusão social

Prioridade I – expansão e consolidação do Sistema Nacional de C,T&I¹

- Investimentos aprovados do FNDCT² para 2009: R\$ 3,1 bi, 52% maior que 2008.
- Institutos Nacionais de Ciência e Tecnologia: em julgamento, 260 propostas apresentadas para formação de redes de pesquisa. Investimento: R\$ 475 mi³.
- Lançados quatro editais de cooperação internacional (Comunidade dos Países de Língua Portuguesa – CPLP; Europa; e dois com Américas do Norte, Central e do Sul) para implementação de projetos conjuntos de C,T&I: R\$ 3,8 mi.
- Instalado núcleo da Rede Universitária de Telemedicina no Hospital da Universidade Federal do Pará (UFPA): teleducação de profissionais da área médica, discussão de casos e atendimento a distância.

Prioridade II – promoção de inovação tecnológica nas empresas

- Aprovados 209 projetos por chamada pública de subvenção econômica à inovação para áreas de tecnologia da informação (52), biotecnologia (30), saúde (38), programas estratégicos (31), energia (20) e desenvolvimento social (38): R\$ 452 mi.

Prioridade III – P,D&I⁴ em áreas estratégicas

- Lançado edital conjunto Mapa/MCT⁵: R\$ 120 mi para projetos nas áreas de saúde animal; sanidade vegetal; qualidade e inocuidade de produtos de origem animal e vegetal; e de insumos agropecuários.
- Lançada chamada pública de apoio a pesquisas de caracterização e controle de qualidade do biodiesel: R\$ 4 mi.
- Divisão de Satélites e Sistemas Ambientais, do Inpe⁶, certificada como centro de excelência na América Latina para a formação e treinamento de especialistas para o uso de dados de satélites meteorológicos e ambientais.
- Lançado foguete de testes Orion pelo Centro de Lançamento da Barreira do Inferno (CLBI), no Rio Grande do Norte, voltado para treinamento das estações do CLBI e da Unidade Móvel de Lançamento de Foguetes do Centro Espacial Alemão.

Prioridade IV – C,T&I para o desenvolvimento social

- Realizada a 5ª Semana Nacional de Ciência e Tecnologia. Tema: “Evolução e Diversidade”. Envolvidos 438 municípios e 749 instituições.
- Divulgados os vencedores do 23º Prêmio Jovem Cientista. Tema: “Educação para reduzir as desigualdades sociais”⁷.
- Apoio à realização de oito Olimpíadas de Ciências⁸ selecionadas pelo Edital 49/2008 (MCT/MEC⁹): investimento total de R\$ 1,5 mi.

Mais informações: www.mct.gov.br/index.php/content/view/66448.html

1 Ciência, Tecnologia e Inovação.

2 Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico.

3 Foram incorporados novos acordos com os estados, aumentando o valor do edital dos institutos após o lançamento.

4 Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação.

5 Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento/Ministério da Ciência e Tecnologia.

6 Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais.

7 Lista dos vencedores em: <http://premiojovemcientista.cnpq.br/>

8 1ª Olimpíada Nacional em História do Brasil; Programa Nacional Olimpíadas de Química; 1ª Olimpíada Internacional de Química e Biotecnologia a Distância; Olimpíada Brasileira de Física; XII Olimpíada Brasileira de Astronomia e Astronáutica; Programa Nacional de Olimpíadas de Matemática; V Olimpíada Brasileira de Biologia; e Olimpíada Brasileira de Robótica.

9 Ministério da Educação.

QUILOMBOLAS

Melhoria da qualidade de vida e valorização da cultura afro-brasileira por meio de incentivos ao desenvolvimento das comunidades quilombolas

Objetivos

- Articular ações visando ampliar direitos e melhorar condições de vida de pessoas que vivem em comunidades quilombolas¹.

Metas até 2010

- Atender 1.739 comunidades em 22 estados, 330 municípios e 120 Territórios da Cidadania, beneficiando cerca de 50% do universo de 1,7 milhão de quilombolas.
- Concluir 713 relatórios, determinantes para regularização fundiária², de 1.170 certidões de auto-reconhecimento expedidas. 2008: finalizar 220 relatórios.
- Água potável encanada e melhorias sanitárias domiciliares para 548 comunidades. Meta 2008: atender 137 comunidades.
- Material didático: 280 mil exemplares sobre história e cultura africana e afro-brasileira.
- Capacitação de 5.400 professores da rede pública do ensino fundamental.
 - “A Cor da Cultura”: três mil educadores já capacitados.
- Construção de 950 salas de aula. 2008: construção de 296 salas.
- Acesso a programas sociais. Meta 2008: Luz para Todos em 15 mil domicílios, e Saúde da Família e Saúde Bucal em 137 comunidades.
- Recuperação ambiental das 55 comunidades ribeirinhas atingidas pelas obras de integração de bacias do Rio São Francisco.
- Fomento à inclusão produtiva: ações de desenvolvimento local e etno-desenvolvimento. Meta 2008: atender 390 comunidades.

Realizações

- Terras quilombolas em Alcântara (MA) reconhecidas pelo Incra: 78 mil ha.
- Sete Comitês Gestores instalados (AP, GO, MA, PA, PI, RJ, SE).
- 190 Relatórios Técnicos de Identificação e Delimitação em andamento.
- R\$ 3 mi para 28 projetos selecionados por edital de apoio ao fortalecimento institucional e desenvolvimento local para comunidades quilombolas³.
- Projetos de saneamento da Funasa⁴ (2007): 120 comunidades beneficiadas em 14 estados. Previsão 2008: mais R\$ 34 mi em novos projetos.

Ações afirmativas

- Cotas raciais em 23 universidades federais, 25 estaduais e três Cefets⁵.
- Parceria com Pronasci para atender jovens em situação de vulnerabilidade social nos centros urbanos. Previsão: R\$ 5,4 mi até 2010, sendo R\$ 1,8 mi em 2008.
- Parceria com Ministério do Trabalho e Emprego: qualificação profissional e escolarização de empregadas domésticas. Projeto-piloto atendeu 210 mulheres em sete cidades. Meta: 2.100 mulheres em 30 cidades.

Mais informações:

www.presidencia.gov.br/estrutura_presidencia/seppir/copy_of_acoes/Principal.2007-11-18.0317/principalfolder_view/

1 Remanescentes de escravos refugiados em aldeias.

2 Título definitivo é expedido pelo Incra.

3 O valor disponibilizado para o edital foi de R\$ 5 mi, mas os projetos selecionados totalizaram R\$ 3 mi.

4 Fundação Nacional de Saúde.

5 Centros Federais de Educação Tecnológica.

MAIS SAÚDE

Melhoria no acesso, modernização da gestão, promoção de pesquisa e capacitação profissional

Promoção da saúde

- **Campanha "Ajude a salvar as nossas crianças. Cuide delas no trânsito"**. Lançada em 12out/08 em parceria com Ministério das Cidades. Objetivo: redobrar cuidados de pais e responsáveis ao volante. Acidentes de trânsito são responsáveis por 29,3% das mortes de crianças de um a nove anos de idade.
- **Campanha nacional contra a dengue¹ – "Brasil Unido Contra a Dengue"**. Lançada em 20out/08. Investimento de R\$ 1,08 bi. Dividida em três momentos de alerta com ações de mobilização, prevenção e reativas. Envolve parcerias interministeriais, capacitação de multiplicadores e distribuição de material informativo.
- **Caderneta de Saúde do Adolescente**. Lançada em 28out/08, com informações sobre cuidados de saúde e temas como a evolução do corpo e vida sexual. Serão distribuídas 3,5 milhões de cadernetas em todos os municípios.

Atenção à saúde

- **Estratégia de Saúde da Família**: 29.149 equipes, 92,4 milhões beneficiados em 5.233 municípios. Agentes comunitários de saúde: 228.412 agentes, 112,5 milhões beneficiados em 5.350 municípios.
- **Farmácia Popular do Brasil**: implantadas, de dez/04 a out/08, 485 unidades em 379 municípios, atingindo 97% da meta de 500 farmácias até 2011.
- **Saúde Bucal**: 17.588 equipes, 84 milhões beneficiados em 4.567 municípios.
- **Samu²**: 1.066 Unidades de Suporte Básico (USB) e 295 Unidades de Suporte Avançado (USA) em 1.184 municípios, mais de 100 milhões de beneficiados.
- **Construção de 13 Unidades de Pronto Atendimento (UPA) no Rio de Janeiro (RJ)** desde jan/08, atendendo mais de 750 mil pessoas. Funcionam 24h/dia.
- **Vacinação contra rubéola³**: 63 milhões de pessoas imunizadas; 90% da população-alvo; 2.658 municípios, sendo 11 capitais, cumpriram meta de cobertura de 95%.

Força de trabalho em saúde

- **Programa Nacional de Formação de Cuidadores de Idosos**. Lançado em 7out/08, em parceria com Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Meta: formar 65 mil cuidadores até 2011 em 36 escolas técnicas do SUS, nas cinco regiões do país.

Cooperação Internacional

- **Moçambique**: inaugurado (17out/08) escritório de representação da Fundação Oswaldo Cruz – **Fiocruz na África**. Localizado no Centro Cultural Brasil-Moçambique, em Maputo, representa o início da atuação internacional da Fundação.

Mais informações: <http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/pacsauade/>

1 Mais informações: <http://www.combatadengue.com.br/index.php>

2 Serviço de Atendimento Móvel de Urgência – finalidade: prestar socorro à população em casos de emergência.

3 Ao atingir a meta, Brasil poderá solicitar à OMS certificado de erradicação da doença.

DOCUMENTAÇÃO CIVIL BÁSICA

Ampliação e aprimoramento do acesso à documentação básica garantem o exercício da cidadania

Agenda Social – Registro Civil de Nascimento e Documentação Básica

- Objetivo: erradicar sub-registro de nascimento¹ e expandir acesso à documentação básica (CPF, RG e carteira de trabalho).
- Orçamento 2008-2010: R\$ 101,6 mi.
- Prioridade: Amazônia Legal; povos indígenas e populações tradicionais (quilombolas, ciganos, ribeirinhos); trabalhadores rurais, moradores de rua, catadores de materiais recicláveis; pessoas de baixa renda, idosos e crianças em abrigos; municípios com índice de sub-registro acima de 25%, municípios sem cartórios ou com postos de atendimento muito distantes.
- Ações dão continuidade ao Plano Nacional para o Registro Civil de Nascimento, lançado em 2004: em quatro anos, índice nacional de sub-registro diminuiu de 20,9% em 2002, para 12,7% em 2006.

Realizações

- Já aderiram ao compromisso nacional 19 estados².
- Mobilização³ para registro civil e campanhas de TV e rádio.
 - Amazônia Legal e PI: realizada em 300 municípios dos Territórios da Cidadania.
 - Iniciadas junto aos povos indígenas de MS e AM.
- Ampliação da rede de emissão de documentos e aprimoramento da infra-estrutura.
 - **Expresso Cidadã** – Programa Nacional de Documentação da Trabalhadora Rural (PNDTR): duas unidades móveis em funcionamento (PA e PI). 28 em licitação.
 - **Mutirões do PNDTR: 355 mutirões em 368 municípios, 185.054 documentos emitidos, sendo 70.871 para trabalhadoras, entre jan/08 e out/08.**
 - Iniciado o serviço itinerante fluvial de registro civil⁴ para indígenas e ribeirinhos.
 - Implantados 435⁵ pontos de emissão de Carteira de Trabalho. Outros 65⁶ serão implantados até o final de 2008.
- Criação de Sistema Informatizado de Registro Civil e do Banco de Dados Nacional de Pessoas Registradas.
 - Criado Grupo de Trabalho Intersetorial – GTI que envolve a SEDH⁷; Conselho Nacional de Justiça; Arpen⁸; Anoreg⁹; IBGE; Ministérios da Justiça, do Planejamento, da Saúde e da Previdência Social; INSS e Dataprev.
 - Concluído estudo do Projeto de Informatização do Sistema de Registro Civil, a partir da atuação do GTI.

Mais informações: www.presidencia.gov.br/estrutura_presidencia/sedh/promocaodh/ld_rcn/

1 Situação das crianças com até um ano de idade, sem registro de nascimento.

2 AC, AP, AM, PA, RO, RR, TO, AL, BA, CE, MA, PB, PE, PI, RN, SE, MT, MS e PR.

3 Série de atividades que busca identificar pessoas sem documentação.

4 Em parceria com a Secretaria Estadual de Assistência Social e Cidadania do Amazonas.

5 Errata: na edição anterior foram informados, equivocadamente, 436 pontos.

6 Houve um acerto de meta para 2008 e este número foi alterado em relação à edição anterior (128).

7 Secretaria Especial dos Direitos Humanos.

8 Associação dos Registradores de Pessoas Naturais.

9 Associação dos Notários e Registradores do Brasil.

TERRITÓRIOS DA CIDADANIA

Maior programa focado em áreas rurais pobres já implementado no país combina políticas de geração de oportunidades e políticas sociais

Características

- Dois milhões de beneficiários: agricultores familiares, assentados da reforma agrária, quilombolas, indígenas, pescadores e comunidades tradicionais.
- Meta: 120 territórios até 2010 (60 em 2008).
- Em 2008: previstos investimentos de R\$ 12,9 bi em 170 ações de 19 ministérios e órgãos, nos 60 territórios implantados, envolvendo 958 municípios.
- Comitê Gestor Nacional aprovou inclusão dos 60 territórios restantes a partir de 2009¹. Com isso, programa passará a atender 1.808 municípios, onde vivem 41,4 milhões de pessoas, das quais 12,7 milhões em áreas rurais.

Objetivos

- Combater a pobreza rural; inclusão produtiva; planejamento e integração de políticas públicas; universalização de programas básicos de cidadania; ampliação da participação social.

Eixos estruturantes

- Apoio a atividades produtivas: assistência técnica, crédito, seguro, comercialização, programa de biodiesel.
- Cidadania e direitos: educação, saúde, cultura, documentação.
- Infra-estrutura: saneamento básico, habitação, cisternas, estradas, eletrificação rural, licenciamento ambiental.

CrITÉRIOS de seleção

- Menor IDH²; maior concentração de agricultores familiares, assentamentos da reforma agrária e comunidades tradicionais; maior número de beneficiários do Bolsa Família; maior número de municípios com baixo dinamismo econômico; maior organização social; pelo menos um território por estado.

Implantação

- Participação de nove mil pessoas, entre representantes dos governos federal, estaduais e municipais e da sociedade civil, em eventos de lançamento do programa e 13.758 pessoas em 236 eventos territoriais³ para apresentação e debate nos 60 primeiros Territórios (fev-mai/08).
- Comitês de articulação estadual implantados em todos os estados.
- Protocolos de cooperação federativa, de pactuação com governo estadual e municípios, assinados em 21 estados⁴.
- Planos Territoriais de Ações Integradas – ações concretas que o governo federal executa nos Territórios da Cidadania (obras, serviços públicos e projetos de fomento à produção) – apresentados aos Colegiados Territoriais⁵.

Mais informações: www.territoriosdacidadania.gov.br

¹ Utilizaram-se os mesmos critérios de seleção, com a inclusão do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb).

² Índice de Desenvolvimento Humano.

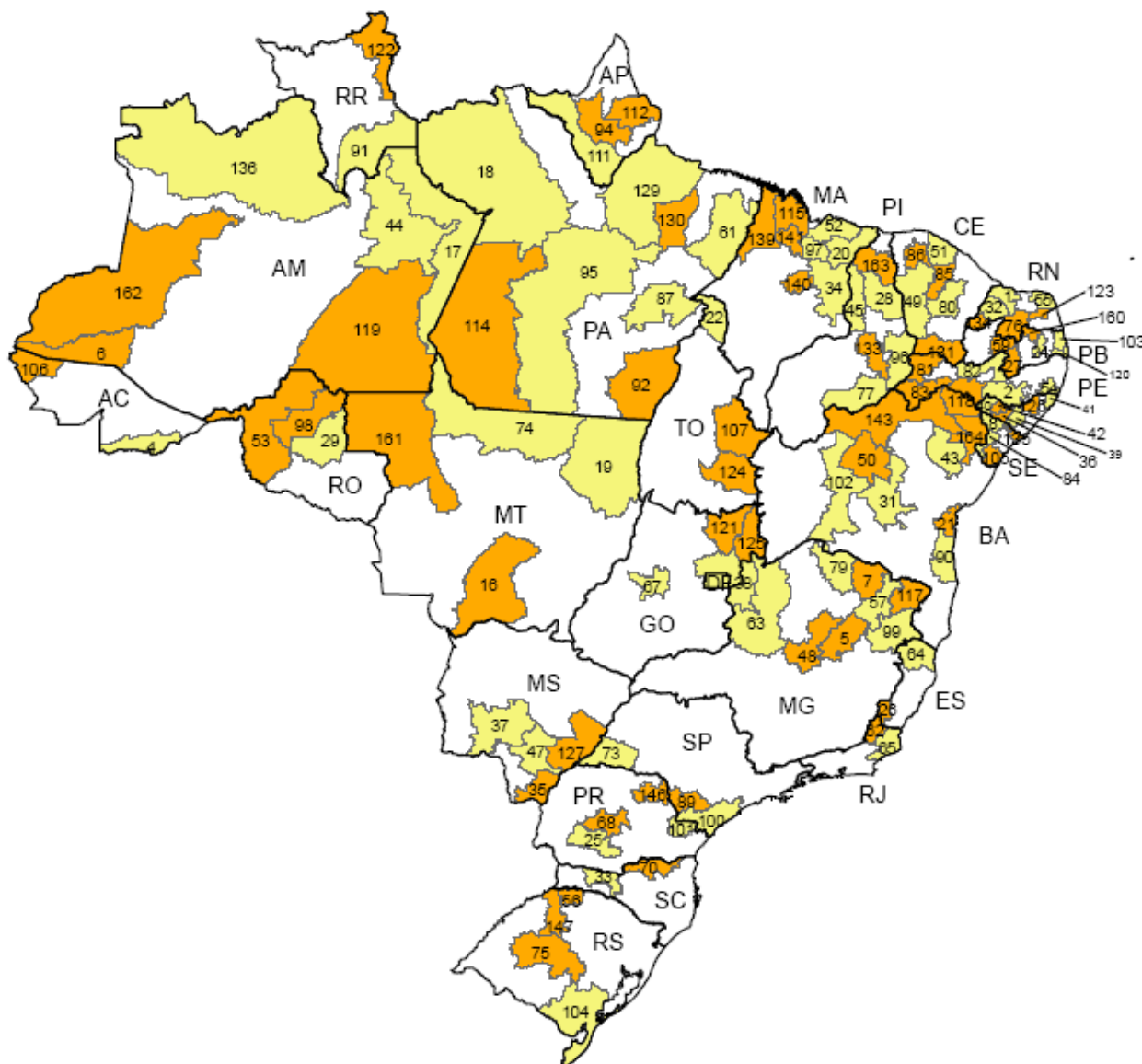
³ Tipos de eventos: plenárias dos colegiados; temáticos; setoriais; municipais e outros.

⁴ Faltam: AC, GO, MA, RO, RR e SP.

⁵ Formados por representantes dos governos federal, estadual e municipal e representantes da sociedade.

TERRITÓRIOS DA CIDADANIA

Localização dos 120 territórios¹



Abrangência dos 120 territórios

- Municípios: 1.808 (32,49% do total do país).
- População: 41,4 milhões de habitantes (22,62%).
- População rural: 12,7 milhões (44,91%).
- Agricultura familiar: 1,8 milhão de agricultores (44,87%).
- Assentados da reforma agrária: 505,6 mil famílias (64,39%).
- Comunidades quilombolas: 768 (64,97%).
- Terras indígenas: 313 (51,14%).
- Pescadores: 208,3 mil famílias (53,32%).

Legenda

- Divisa Estadual
- Territórios da Cidadania 2009 - 2010
- Territórios da Cidadania 2008

¹ Listagem completa disponível em: serv-sdt-1.mda.gov.br/sit/images/mapas/tc/mapa_120_tc_2008_2010.jpg

REFORMA TRIBUTÁRIA

Parecer do relator deverá ser votado na Comissão Especial da Reforma Tributária da Câmara dos Deputados; em seguida, será apreciado pelo Plenário

Principais medidas propostas

- Extinção, no segundo ano após aprovação, de cinco tributos federais. Quatro (Cofins, PIS/Pasep, Cide-Combustíveis e Contribuição para o Salário-Educação) serão substituídos por novo imposto sobre o valor adicionado (IVA-F) e o quinto (CSLL) incorporado ao IR de pessoas jurídicas.
- Unificação das 27 legislações estaduais de ICMS, com extinção do atual imposto e criação do “Novo ICMS”.
- Fim da guerra fiscal: cobrança do Novo ICMS no estado de destino. Redução progressiva da alíquota na origem, completando-se o processo no 8º ano após aprovação da reforma. Será mantida alíquota de 2% para estado de origem.
- Criação do Fundo de Equalização de Receitas (FER) para compensar estados por eventuais perdas de receitas decorrentes da reforma.
- Redução de 20% para 14% da contribuição de empregadores para Previdência Social – queda de 1 pp/ano, a partir do 2º ano após aprovação da reforma.
- Redução gradual, até eliminação completa, do prazo para apropriação dos créditos de impostos pagos na aquisição de bens de capital.
- Ampliação da desoneração da cesta básica.
- Aperfeiçoamento da Política de Desenvolvimento Regional, com criação do Fundo Nacional de Desenvolvimento Regional e aumento de recursos.
- Financiamento de programas públicos com porcentagem da receita do IR, IPI e IVA-F para cada área cuja fonte de financiamento for extinta.
- Ampliação da base de partilha federativa para base ampla de tributos, que inclui o IR, o IVA-F e o IPI¹.
- Novo critério de partilha municipal do ICMS, por lei complementar.

Impactos

- Melhores condições de crescimento e competitividade das empresas, com desoneração de investimentos e exportações, simplificação do sistema e desoneração da folha de salários.
- Aumento da formalidade, desoneração da cesta básica e maior transparência.
- Aumento de receita de estados e municípios e fim da guerra fiscal. Com mecanismos de compensação, nenhum estado será prejudicado.
- Impacto sobre PIB estimado em, no mínimo, 10% após transição. Espera-se que PIB brasileiro cresça 0,5 p.p./ano a mais do que cresceria sem a reforma.

Tramitação da proposta no Poder Legislativo

- PEC 233/2008 encaminhada ao Congresso Nacional em 28fev/08.

Mais informações: www.fazenda.gov.br/portugues/documentos/2008/fevereiro/Cartilha-Reforma-Tributaria.pdf

¹ A despeito de neutra em relação ao montante de recursos transferidos a estados e municípios, medida melhora qualidade das relações federativas, ao deixar claro que qualquer aumento de receita da União será partilhado, ao contrário do que ocorre hoje com as contribuições sociais.

MULHERES

Mais cidadania para mais brasileiras: mobilização social e ações articuladas para enfrentar a discriminação e a violência

Pacto Nacional pelo Enfrentamento à Violência contra a Mulher

- Lançado em ago/07, na II Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres. Articula ações de 13 ministérios e secretarias especiais para implementação entre 2008 e 2011. Investimento total: R\$ 1 bi.
- Estados prioritários em 2008: AM, BA, CE, ES, PA, PE, RJ, RS, SP, MA, DF, MG e MS.
- Lançamento da campanha "Homens Unidos pelo Fim da Violência contra a Mulher" em 31out/08. Ver: www.homenspelofimdaviolencia.com.br
- Pacto em andamento:
 - Central de Atendimento à Mulher – Ligue 180: serviço de utilidade pública para orientar mulheres em situação de violência. De jan-set/08, recebeu 134 denúncias de cárcere privado. Aumento de 91,4% das denúncias desse crime em relação ao mesmo período de 2007.
 - Enfrentamento ao tráfico de mulheres: realizado III Seminário sobre Tráfico de Pessoas, em Belém/PA, em 29 e 30set/08, preparatório para encontro bilateral entre o Brasil e Suriname. Instalação de Centros de Acolhimento a vítimas em fronteiras secas com países do Mercosul: negociação em andamento.
 - Mutirão Nacional de Revisão Processual nos estabelecimentos penais femininos: primeira etapa lançada em 3nov/08, em São Paulo. Meta 2008: atingir 12 estados¹ e 20,3 mil detentas – cerca de 78% do total do país.

II Plano Nacional de Políticas para as Mulheres – PNPM

- Lançado em mar/08. Resulta da II Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres, de ago/07, cuja elaboração envolveu diretamente cerca de 200 mil mulheres em conferências municipais e estaduais em todos os estados.

II PNPM, em andamento

- Lançada campanha “Mais Mulheres no Poder” (set/08)²:
 - Sítio www.maismulheresnopoder.com.br: informações sobre participação das mulheres nos espaços de poder e decisão; 17.636 acessos em set-out/08.
 - V Seminário “A Mulher e a Mídia”, que analisa tratamento da mídia às candidaturas femininas nas eleições de 2008, realizado em 1º e 2nov/08.
- Programa Mulher e Ciência:
 - 4ª edição do Prêmio Construindo a Igualdade de Gênero (concurso de redação para estudantes do ensino médio e de artigos científicos para universitários), lançada por edital do CNPq³. Inscrições prorrogadas até 5dez/08.
 - Lançado 2º edital SPM/CNPq/MDA⁴ de apoio a pesquisas sobre gênero, mulheres e feminismo: R\$ 5 mi (aumento de 316% em relação à 1ª edição – R\$ 1,2 mi): concorrem 364 projetos.

Mais informações: www.spmulheres.gov.br/

1 SP, TO, AC, SE, MS, MT, CE, GO, SC, PR, PE e RJ.

2 Iniciativa do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (CNDM) e Fórum Nacional de Instâncias de Mulheres dos Partidos Políticos, com o apoio da Secretaria de Políticas para Mulheres – SPM.

3 Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico.

4 Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, CNPq e Ministério do Desenvolvimento Agrário.

PAC – EMBRAPA

Mais investimentos em pesquisa promovem fortalecimento da produção agrícola e ampliação do conhecimento em áreas estratégicas

Objetivos

- Diminuir desigualdades regionais por meio do fortalecimento da produção agrícola, com sustentabilidade econômica, social e ambiental.
- Contribuir para país consolidar posição de líder em agricultura tropical na produção de alimentos, fibras e energia.
- Estabelecer novos paradigmas para conhecimento agrícola em áreas estratégicas, como biotecnologia, mudanças climáticas e nanotecnologia.

Recursos

- Até 2010: R\$ 913,6 mi para pesquisa agropecuária, dos quais R\$ 650 mi investidos diretamente na Embrapa e R\$ 263,6 mi repassados, mediante contrapartida, às organizações estaduais que integram o Sistema Nacional de Pesquisa Agropecuária (SNPA)¹, coordenado pela Embrapa.
- R\$ 119,1 mi em 2008, já liberados em jul/08, dos quais R\$ 88,7 mi diretamente para a Embrapa e R\$ 30,4 mi para organizações estaduais de pesquisa. Dos recursos programados para a Embrapa, 100% foram alocados nos centros de pesquisa: R\$ 51,8 mi em custeio e R\$ 36,8 mi em investimento.

Metas

- Até 2010: dez projetos com 88 metas tecnológicas e institucionais.
- Para 2008, 37 metas de Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação.

Projetos	Metas 2008	Até 2010	Centros de pesquisa executores
Agricultura amazônica sustentável	5	11	15
Segurança alimentar e alimento seguro	12	34	29
Aproveitamento dos recursos naturais	5	12	22
Competitividade da agricultura familiar	5	17	24
Avanço da fronteira do conhecimento	2	6	17
Competitividade em agroenergia	8	8	27

- Metas institucionais:
 - Três novos centros de pesquisa em macropólos de desenvolvimento regional (MA, TO e MT);
 - Braço privado da empresa, a Embrapa Participações.
 - Ampliação da Embrapa Internacional.

Realizações

- Criadas unidades da Embrapa na África (2006) e na Venezuela (2008).
- Ampliação de presença em laboratórios nos EUA e Europa (Inglaterra em 2008).

Ampliação do quadro de pesquisadores

- Contratação de 750 pesquisadores e 460 profissionais de suporte à pesquisa em três anos.

Mais informações: www.embrapa.gov.br/

¹ Consulte: http://www.embrapa.br/a_embrapa/snpa

PLANO AMAZÔNIA SUSTENTÁVEL

Novo modelo de desenvolvimento para região busca superar exploração predatória dos recursos naturais

Características

- Beneficiários: todo o Brasil, especialmente os 24 milhões de habitantes da região.
- Abrangência: estados do AC, AP, AM, MA, MT, PA, RO, RR e TO.
- Elaborado a partir de 2003, de forma interativa entre os governos federal, estaduais e ampla participação da sociedade, por meio de encontros e consultas públicas.
- Comissão Gestora constituída (30mai/08): 13 ministros e governadores da região. Primeira reunião ocorrida em 11set/08.

Objetivo geral

- Elevar nível de vida da população, valorizar patrimônio natural e aportar investimentos em tecnologia e infra-estrutura para viabilizar atividades econômicas dinâmicas e inovadoras, compatíveis com o uso sustentável de recursos naturais e a preservação de biomas.

Eixos de atuação

- Definidos pela Comissão Gestora: 1) regularização fundiária. 2) Conservação e uso sustentável da base de recursos naturais. 3) Agricultura sustentável. 4) Educação, ciência e tecnologia e inclusão digital. 5) Industrialização da produção sustentável da base de recursos naturais. 6) Logística.

Compromissos dos governos federal e estaduais

- Promover desenvolvimento sustentável com valorização da diversidade socio-cultural e ecológica e redução das desigualdades regionais.
- Ampliar presença do Estado; integrar ações dos três níveis de governo, da sociedade e de setores empresariais.
- Garantir soberania nacional, integridade territorial e interesses nacionais.
- Combater desmatamento ilegal, garantir conservação de biodiversidade, recursos hídricos e mitigar mudanças de clima.
- Aumentar a produtividade e recuperar a floresta em áreas desmatadas.
- Implementar o ZEE¹ e acelerar regularização fundiária.
- Aprimorar e ampliar crédito e apoio a atividades e cadeias produtivas sustentáveis.
- Reestruturar, ampliar e modernizar sistema multimodal de transportes, sistema de comunicação e estrutura de abastecimento.
- Promover utilização sustentável de potencialidades energéticas e expansão de infra-estrutura de transmissão e distribuição.
- Incentivar e apoiar pesquisa científica e inovação tecnológica.
- Melhorar e ampliar acesso a serviços públicos em áreas urbanas e rurais.
- Assegurar direitos territoriais de povos indígenas e comunidades tradicionais e equidade social (gênero, geração, raça, classe social e etnia).

Mais Informações: www.mma.gov.br/estruturas/sca/_arquivos/plano_amazonia_sustentavel.pdf

¹ Zoneamento Ecológico-Econômico.

DESENVOLVIMENTO PRODUTIVO

Investir e inovar para crescer: combinação de ações para potencializar e dinamizar setores econômicos de importância estratégica

Eixos: ampliação do investimento, da inovação e das exportações

- Ações sistêmicas da Política de Desenvolvimento Produtivo – PDP: focadas em fatores geradores de externalidades positivas para a estrutura produtiva.
- Programas estruturantes: inicialmente, para 25 setores ou complexos produtivos.
- Destaques estratégicos: micros e pequenas empresas, regionalização, integração com América Latina, Caribe e África, desenvolvimento sustentável, exportações.

Metas para 2010

- Ampliar investimento de 17,6% para 21% do PIB; investimentos privados em Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) de 0,51% para 0,65%; participação no comércio mundial de 1,17% para 1,25%.
- Aumentar em 10% o número de micros e pequenas empresas exportadoras (em 2006 eram 11.792).

Instrumentos

- Incentivos fiscais, crédito e subvenção econômica, poder de compra governamental, regulação técnica, econômica e concorrencial e apoio técnico.

Recursos

- BNDES, R\$ 210,4 bi; PAC C&T¹, R\$ 41,2 bi; desonerações, cerca de R\$ 20 bi (2008-11).

Ações já realizadas

- Subvenção Econômica Finep² (interação PDP e PAC C&T): R\$ 450 mi, 2.664 propostas recebidas e 209 projetos habilitados (out/08).
- Instalado em Goiás o primeiro núcleo Renapi³ de apoio à implementação da PDP. Previstos dois outros em 2008 (RS e MG) e cinco em 2009 (AC, BA, SC, RO e CE).
- 34 medidas de desoneração, inovação e exportações aprovadas e/ou regulamentadas.
- Eventos de divulgação em 23 estados.

Agendas de ação dos programas

- Instalada governança da PDP (secretaria executiva e cinco coordenações); realizada primeira reunião do Conselho Gestor⁴; definidos 32 gestores de comitês executivos (30 instalados); 64 órgãos públicos e 504 servidores envolvidos;
- Estabelecidas 14 agendas de ações (aprovadas); 25 comitês aprovaram prioridades para trabalho imediato (semestral).

Marco legal

- Sancionadas as Leis 11.774 (17set/08) e 11.786 (25set/08).

Mais informações: <http://www.desenvolvimento.gov.br/pdp/>

1 Plano de Ação 2007-2010: Ciência, Tecnologia e Inovação para o Desenvolvimento Nacional e Inovação, também conhecido como PAC da Ciência e Tecnologia (ver página 32).

2 Financiadora de Estudos e Projetos, empresa pública vinculada ao Ministério da Ciência e Tecnologia, apóia o desenvolvimento de produtos, serviços e processos inovadores em empresas com subvenção econômica (recursos não-reembolsáveis), por meio de chamada pública.

3 Rede Nacional de Agentes da Política Industrial. Mais de 3,8 mil participantes até o momento.

4 Composto por Ministros da Casa Civil; Desenvolvimento, Indústria e Comércio; Planejamento; Fazenda e Ciência e Tecnologia.

MAIS ALIMENTOS

Salto de produtividade da agricultura familiar: mais crédito para investimento de longo prazo, comercialização e nova assistência técnica

Oportunidade

- Programa visa enfrentar alta de preços dos alimentos, aumentando produção da agricultura familiar – com mais investimento, conhecimento e comercialização. Meta: produzir mais 18 milhões de toneladas/ano até 2010.
- Brasil é dos poucos grandes produtores mundiais com perspectiva de aumento da produção acima da demanda interna (pode exportar excedentes), seja por aumento de área plantada ou de produtividade.
- Entre as safras 2000-01 e 2007-08, mundo apresentou déficit (diferença entre produção e consumo) de 176,3 milhões de toneladas de grãos, enquanto o Brasil apresentou superávit de 149,4 milhões.

Mais investimento na agricultura familiar

- Linha de crédito especial para investimento de longo prazo (dez anos): até R\$ 100 mil (até três anos de carência), taxa de 2% ao ano e novo seguro pelo PGPAF¹.
- Metas para safra 2008-09: 300 mil produtores e investimento de R\$ 6 bi. Até 2010: um milhão de produtores e investimento de R\$ 25 bi.
- Aumento da mecanização:
 - Acordo com Anfavea² prevê desconto de 15% na aquisição de tratores. Meta: 60 mil tratores em três anos. **Em out/08, foram financiadas 2.427 unidades.**
 - Acordo com Abimaq³: entrega de implementos agrícolas a preços especiais.
- Mais investimentos em melhoria de solo, pastagens, sementes e genética.

Mais conhecimento

- Nova Assistência Técnica e Extensão Rural (Ater): recursos ampliados e sistema reestruturado nos próximos cinco anos.
 - Um milhão de agricultores assistidos, com aumento dos extensionistas para 30 mil profissionais e atendimento sistêmico da propriedade.
 - Organização por cadeia produtiva, focada em gestão e inovação, com flexibilidade para operar com diversos agentes (públicos, cooperados, privados).
 - Disponibilização de tecnologias aos agricultores para produção de leite, milho, cebola, trigo, suínos, frutas, mandioca, café, soja, arroz, feijão e aves. Mais de 268 atividades previstas com a Embrapa e órgãos estaduais de pesquisa.

Mais comercialização

- **Estoques reguladores e de segurança alimentar para antecipar crises de oferta: Companhia Nacional de Abastecimento – Conab já dispõe de R\$ 50 mi para início das operações, pelo Programa de Aquisição de Alimentos – PAA.**
- Correção dos preços mínimos: feijão, arroz, trigo, mandioca, milho e leite.
- Ampliação da estrutura de armazenagem pública e das cooperativas.

Mais informações: www.mda.gov.br/portal/index/show/index/cod/1872

1 Programa de Garantia de Preços da Agricultura Familiar. Agricultores têm bônus no crédito de investimento, sempre que os preços de mercado nas culturas amparadas estiverem abaixo do custo de produção.

2 Anfavea: Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores.

3 Abimaq: Associação Brasileira da Indústria de Máquinas e Equipamentos.

MAIS PESCA E AQUICULTURA

Aumentar o consumo de pescado e estimular a modernização do setor por meio de qualificação e ampliação de crédito

Características

- **Objetivos:** fomentar produção de pescado, gerar emprego e renda, estimular consumo e melhorar condições sociais e de trabalho de pescadores.
- **Metas:** aumentar produção de pescado em 40% (1,4 milhão de ton/ano) e consumo per capita (de 7 para 9 kg/ano). Investimento: R\$ 1,75 bi até 2011.

Programa Águas Produtivas – mais peixes para mais brasileiros

- **Entrega de títulos de Cessão das Águas da União:**
 - Reservatório Castanhão (CE), em 3set/08: 647 famílias;
 - Reservatório de Itaipu (PR), em 20mar/08: 73 famílias.
- **Cessão de águas públicas da União por 20 anos em Ilha Comprida (SP), em 4set/08.** Produção estimada de 5 mil ton/ano e geração de 93 empregos diretos.

Infra-estrutura

- **Fábricas de gelo¹:** 51 propostas² habilitadas e classificadas, de 133 propostas recebidas de entidades interessadas em receber fábricas de gelo (out/2008).
- **Terminais Pesqueiros Públicos – TPP – meta até 2011: 20 TPP novos e/ou reestruturados.**
 - **Aracaju (SE):** contratado, em 6out/08, estudo de viabilidade. Valor: R\$ 198,9 mil.
 - **Recife (PE):** criada, em 20out/08, Comissão Especial de Licitação para contratação de empresa que fará estudo de viabilidade para implantação.
- **Destinados R\$ 2,4 mi para pequenos empreendimentos de pesca artesanal.**

Pesca do Camarão

- **Defeso³** passa a ser unificado: de 1ºmar a 31mai em RS, SC, PR, SP e RJ. No ES, entre 15nov e 15jan e 1ºabr e 31mai. Melhorará manutenção dos estoques.
- **Prorrogado prazo de validade dos Certificados de Registro de Permissão e Pesca para embarcações que capturam camarão sete barbas na modalidade de arrasto.**
- **Divulgada relação de embarcações que tiveram negada permissão para captura de camarão sete barbas nos estados do ES, RJ, SP e PR.**

Estruturação da Secretaria Especial da Aquicultura e Pesca – Seap

- **Divulgado resultado de processo seletivo que preencherá 200 vagas de nível médio e superior do quadro da Seap.**

Mais informações: www.presidencia.gov.br/estrutura_presidencia/seap/

1 O gelo é o principal meio de conservação do pescado, produto altamente perecível.

2 21 propostas do Nordeste, 9 do Norte, 9 do Sudeste, 8 do Sul e 4 do Centro-Oeste.

3 Época do ano em que a pesca é proibida.

3 – TEMAS SETORIAIS E ATUALIDADES

Índice

Tema	Página
Mobilização Social	46
O Brasil e a Crise Financeira	47
Portos	48
Meio Ambiente	49
Emprego	50
Previdência Social	51
Exportações	52
Combustíveis	54
Energia Elétrica	55
Reforma Agrária	56
Mudança no Campo	57
Vigilância Sanitária	58
Agricultura e Pecuária	59
Habitação	60
Esportes	61

MOBILIZAÇÃO SOCIAL

Organização popular: educação e informação para promover autonomia e emancipação na relação com o Estado

Assessoria de Mobilização Social

- Criada em 2003 e vinculada à Presidência da República. Missão: estimular mobilização social em torno do Fome Zero e outros programas sociais.
- Coordena a Rede de Educação Cidadã (“Talher Nacional”) e o Programa Escolas Irmãs. Atua em parceria com o Coep¹ no Programa Pró-Comunidades.

Rede de Educação Cidadã – Talher Nacional

- Promove educação popular e mobilização social com grupos prioritários do Fome Zero (populações de rua, assentados, acampados, indígenas, quilombolas, mulheres, jovens, desempregados) visando assegurar direitos sociais e de cidadania.
- Consolidada nos 26 estados e DF, articula centenas de educadores voluntários e entidades populares, pequenas associações de moradores e movimentos sociais.
- Oficinas e encontros estaduais e microrregionais: 2004 – 35.175 pessoas (1.424 municípios). 2007 – 65.934 pessoas (2.159 municípios). 2008 – cerca de 100 mil pessoas (duas mil oficinas, 100 encontros microrregionais com cinco mil lideranças locais; 27 encontros estaduais; cinco macrorregionais e um nacional com 1.900 lideranças sociais e educadores populares).

Programa Escolas Irmãs

- Implantado em 2005. Promove cidadania, solidariedade e qualidade da educação por meio de intercâmbio cultural e pedagógico entre distintas realidades socioculturais.
- Atividades: intercâmbio entre educadores; promoção de cursos de capacitação, seminários e fóruns entre as escolas irmãs² e encontros anuais em Brasília, com presença de educadores renomados.
- Participam mais de 320 escolas públicas e privadas (duas do exterior: Angola e Moçambique). 121 mil alunos com intercâmbio de cartas; participação em “aulões” de reforço; turismo cívico, feiras, oficinas, palestras e atividades esportivas.
- Servidores públicos incentivados ao voluntariado. Dois projetos-piloto em andamento³.

Programa Pró-Comunidades

- Mobiliza organizações e pessoas para promover desenvolvimento de comunidades de baixa renda. Coordenado pela assessoria da Presidência da República e Coep, com apoio de órgãos do Governo Federal e universidades⁴.
- Beneficia 46 comunidades rurais de sete estados (PE, PB, RN, SE, AL, CE e PI), quase cinco mil famílias. Instalação de telecentros e capacitação para organização comunitária, cotonicultura, tecnologia de convivência com o semi-árido (cisternas, barragens) e caprinovinocultura. Parceria com cinco universidades federais (de SE, Rural de PE, RN, Campina Grande-PB e PI) e Universidade Regional do Cariri-CE.

Mais informações: www.recid.org.br; www.brasil.gov.br/escolasirmas e www.coepbrasil.org.br.

1 Comitê de Entidades no Combate à Fome e Pela Vida.

2 Parceiros: Ministérios da Educação, Cultura, Ciência e Tecnologia, Controladoria Geral da União, Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crimes (UNODC), Organização dos Estados Ibero-Americanos para Educação, Ciência e Cultura (OEI), Instituto Ecofuturo e Fundação Santillana.

3 Um com servidores da Presidência da República e uma escola em Santo Antônio do Descoberto (GO), outro com servidores do Censipam – Centro Gestor e Operacional do Sistema de Proteção da Amazônia/Casa Civil e uma escola de Sobradinho (DF).

4 Ministério da Ciência e Tecnologia, Ministério das Comunicações – Gesac, CNPq, Eletrobrás, Embrapa, Finep, Chesf e UFRJ-Coppe.

O BRASIL E A CRISE FINANCEIRA

Brasil amplia medidas para se proteger da crise e propõe à Cúpula do G-20 nova regulação do sistema financeiro internacional

Medidas mais recentes do governo para enfrentar as incertezas internacionais

- Autorização para BB e Caixa adquirirem participações em instituições financeiras.
- Aumento do crédito de capital de giro para empresas construtoras imobiliárias.
- Linha de crédito do BNDES (R\$ 10 bi) para capital de giro e modalidade de pré-embarque para as vendas externas de médias e grandes empresas.
- Linha de crédito do BB (R\$ 5 bi) para capital de giro de micros e pequenas empresas.
- Liberação de R\$ 4 bi para os bancos das montadoras de automóveis.
- Adiamento do prazo de recolhimento de cinco tributos federais (IRPJ, IPI, Contribuições Previdenciárias, PIS e COFINS).

Outras medidas

- Mais Alimentos: aumento da produção para enfrentar alta de preços (ver pág. 43).
- Elevação do superávit primário em 0,5 p.p. do PIB para constituição do Fundo Soberano Brasileiro visando elevar poupança fiscal.
- Mercado de câmbio: leilões de linha de câmbio, de swap cambial simples¹ e de dólares à vista; empréstimo de reservas internacionais para bancos financiarem exportações; autorização para Banco Central realizar operações de swaps de moeda com outros bancos centrais.
- Mercado monetário: redução do depósito compulsório²; autorização para instituições financeiras abaterem, temporariamente, valor da compra de carteiras de crédito do compulsório sobre depósitos a prazo.
- Empréstimo de longo prazo: manutenção da TJLP (taxa de juros de longo prazo) em 6,25% a.a.; liberação de mais recursos para o BNDES.
- Financiamento da agricultura: aumento do volume de recursos para Plano Safra 2008/09 da agricultura empresarial (R\$ 65 bi) e agricultura familiar (R\$ 13 bi), antecipação de desembolsos do Banco do Brasil (R\$ 3 bi) e ampliação de recursos do FNE e FNO³ (R\$ 1 bi e R\$ 350 mi, respectivamente); aumento do crédito para agricultura de 25% para 30% dos depósitos à vista.

Condições que contribuem para o país enfrentar a crise com êxito

- Combinação de crescimento econômico com redução da desigualdade de renda.
- Reservas internacionais altas (cerca de US\$ 204 bi) reduzem especulação com moeda estrangeira e permitem que Banco Central atue no mercado de câmbio.
- Redução da dívida externa líquida e aumento do volume de reservas internacionais tornaram o país credor em dólares.
- Sistema financeiro robusto: expansão do crédito em base sólida (menos alavancagem) e ativos bancários não expostos a segmentos problemáticos⁴.

Brasil no G-20

- Proposta à Cúpula do G-20 nova regulação do sistema financeiro internacional.

Mais informações: <http://www.fazenda.gov.br/portugues/docs/G20-Financeiro.asp>

1 Swap cambial: contratos que trocam o rendimento em juros pela oscilação do dólar. Se o dólar subir, o mercado ganha; se os juros subirem, quem ganha é o Banco Central.

2 Depósito compulsório é a retirada de circulação de um percentual dos depósitos à vista das instituições financeiras.

3 Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste e Fundo Constitucional de Financiamento do Norte.

4 Por exemplo, hipotecas subprime (crédito imobiliário de segunda linha, de alto risco).

PORTOS

Modernização geral: aumentar competitividade da cabotagem e do transporte de longo curso e valorizar produtos brasileiros

Panorama do setor portuário

- Desde o processo de privatização da operação portuária, iniciado com a Lei 8.630/93, constatou-se a falta de investimentos e a degradação de instalações.
- A partir de 2007, Governo Federal viabiliza novos investimentos e promove a modernização da gestão e da infra-estrutura.

Institucionalização

- Secretaria Especial de Portos (SEP) instituiu (mai/07) modelo de gestão com metas, resultados e desempenho, para reduzir custos dos serviços portuários e valorizar produtos brasileiros.
- Retiradas do Programa Nacional de Desestatização as Companhias Docas, responsáveis pela administração de portos (Decreto 6.413, 25mar/08).
- Recursos para 2008: R\$ 925,5 mi; proposta orçamentária para 2009: R\$ 749,5 mi.
- **Decreto 6.620, de 29out/08: define políticas e diretrizes para desenvolvimento e fomento do setor; disciplina concessão, arrendamento e autorização de instalações portuárias marítimas.**

Programa Nacional de Dragagem

- Objetivo: acesso de navios de porte aos terminais e aumento da competitividade e capacidade de movimentação de cargas. Recursos: R\$ 1,4 bi até 2010.
- Fatores que geram necessidade de dragagem: assoreamento; evolução da movimentação de cargas com aumento da economia de escala; aumento do porte e dimensões dos navios; segurança da navegação.
- Estima-se dragar 74,8 milhões de m³¹ e derrocar² 1,4 milhão de m³ – aprofundamento de 3 a 5 metros em 16 portos: Rio Grande (RS); Itaguaí (RJ); Recife (PE); Santos (SP); Fortaleza (CE); Suape (PE); Aratu (BA); Rio de Janeiro (RJ); São Francisco do Sul (SC); Itajaí (SC); Natal (RN); Cabedelo (PB); Salvador (BA); Paranaguá (PR); Imbituba (SC) e Vitória (ES).
- Projetos básicos dos portos acima em fase de análise.
- Instituída Comissão Especial de Licitação de Dragagem (Portaria 209, 10set/08), responsável pelos processos licitatórios.
- **Publicado primeiro edital do Programa Nacional de Dragagem (29set/08), que contempla porto de Recife (PE), com meta de dragar 2,1 milhões de m³.**
- Obtidas licenças prévias para Recife (PE), Rio Grande (RS), Santos (SP), Fortaleza (CE), Itaguaí (RJ), Aratu (BA), Paranaguá (PR) e Natal (RN).

Plano Nacional Estratégico – PNE

- Objetivo: estudar expansão de 29 portos marítimos em curto, médio e longo prazos.
- Metas: traçar perfil dos portos, apontar vocações e indicar ações específicas e áreas necessárias para instalação de novos complexos portuários.
- Edital publicado em 10jul/08, em fase de análise das propostas; conclusão em dez/08.

Mais informações: www.portosdobrasil.gov.br

1 Volume equivale a cerca de 31 mil piscinas olímpicas (piscina de 50m x 25 x 2m. Volume: 2.500 m³)

2 Remoção de rochas no leito dos rios para desobstrução.

MEIO AMBIENTE

Governo atua na proteção ao meio ambiente: combate à poluição do ar, extinção de espécies ameaçadas, desmatamento e aquecimento global

Programa de Controle da Poluição do Ar por Veículos Automotores (Proconve)

- Instituído em 1986: visa redução gradual da emissão de poluentes, entre os quais o enxofre, para veículos leves (automóveis) e pesados (ônibus e caminhões):
 - Aprovada nova fase (30out/08): antecipado, de 2016 para 2012, S10¹ obrigatório para ônibus e caminhões: emissão 200 vezes menor (padrão europeu e norte-americano).
 - Termo de Ajustamento de Conduta (30out/08) estabeleceu compensações ambientais por descumprimento da utilização exclusiva de S50 em ônibus².

Campanha de proteção à fauna

- Lançado (4nov/08) Livro Vermelho da Fauna Brasileira Ameaçada de Extinção: revela as 627 espécies ameaçadas, onde se encontram e por que podem desaparecer.

Combate ao desmatamento na Amazônia

- De ago/04 a jul/07: queda de 59% (27,4 mil para 11,5 mil km²).
- Fiscalização e controle aprimorados: valor de multas atualizado³; proibido abate de mogno; criados Guarda Ambiental Nacional e Corpo de Guarda-Parques⁴; exigida regularidade ambiental e fundiária para financiamento agropecuário⁵.
- Operação Arco Verde: medidas emergenciais e agenda de transição para sustentabilidade nos 36 municípios que mais desmatam.
- Criado Fundo Amazônia (1ºago/08): doações internacionais e privadas para ações de proteção. Doação de US\$ 1 bi (Noruega) até 2015. Instituído Comitê Orientador do Fundo⁶: diretrizes e critérios de aplicação dos recursos (out/08).
- Operação conjunta⁷ em Altamira (PA): apreensão de 1.200m³ de madeira ilegal retirada de florestas públicas do Plano de Desenvolvimento Sustentável.

Desenvolvimento Florestal

- 2º Plano Anual de Outorga Florestal: cadastrados mais de 210 milhões de hectares de florestas públicas – 25% do território nacional, 98% na Amazônia; quase 60% destinados a uso comunitário pelas populações indígenas e locais.
- Assinados três primeiros contratos de concessão florestal para Unidades de Manejo Florestal da Floresta Nacional do Jamari (RO).

Política Nacional e Fundo Nacional sobre Mudança do Clima

- Primeira versão do Plano Nacional sobre Mudança do Clima⁸ aprovada pelo CIM⁹.

Unidades de Conservação (UCs) na Amazônia

- Expansão de 26,7% (2003-2008): 63 novas unidades (250 mil km²). Ao todo, são 299 UC's federais (755.508 km²), 9% do território brasileiro.

Mais informações em <http://www.mma.gov.br/>

1 Diesel com concentração de 10 partículas de enxofre por milhão. Hoje, o Brasil utiliza S500 e S2000 (500 e 2000 partículas por milhão).

2 Previsto na Res. 315/02 do Conselho Nacional de Meio Ambiente. A partir de 2009, em Curitiba, Porto Alegre, Belo Horizonte, Salvador e regiões metropolitanas de São Paulo, Baixada Santista, Campinas, São José dos Campos, Rio de Janeiro, Belém, Fortaleza e Recife.

3 Lei de Crimes Ambientais e Decreto 6.514/08.

4 Criados pelos Decretos 6.477, de 5jun/08, e 6.515/08, respectivamente.

5 Resoluções 3.545/08, 3.599/08 e 3.618/08 do Conselho Monetário Nacional (1ºjul/08).

6 Composto pelo Governo Federal (nove representantes), estados da Amazônia Legal com Planos Estaduais de Prevenção e Combate ao Desmatamento Ilegal (um de cada) e desejais representantes da sociedade civil a serem nomeados pelo presidente do BNDES.

7 MMA, IBAMA, Polícia Federal e Força Nacional.

8 Em consulta pública desde 1ºout/08 no site do MMA.

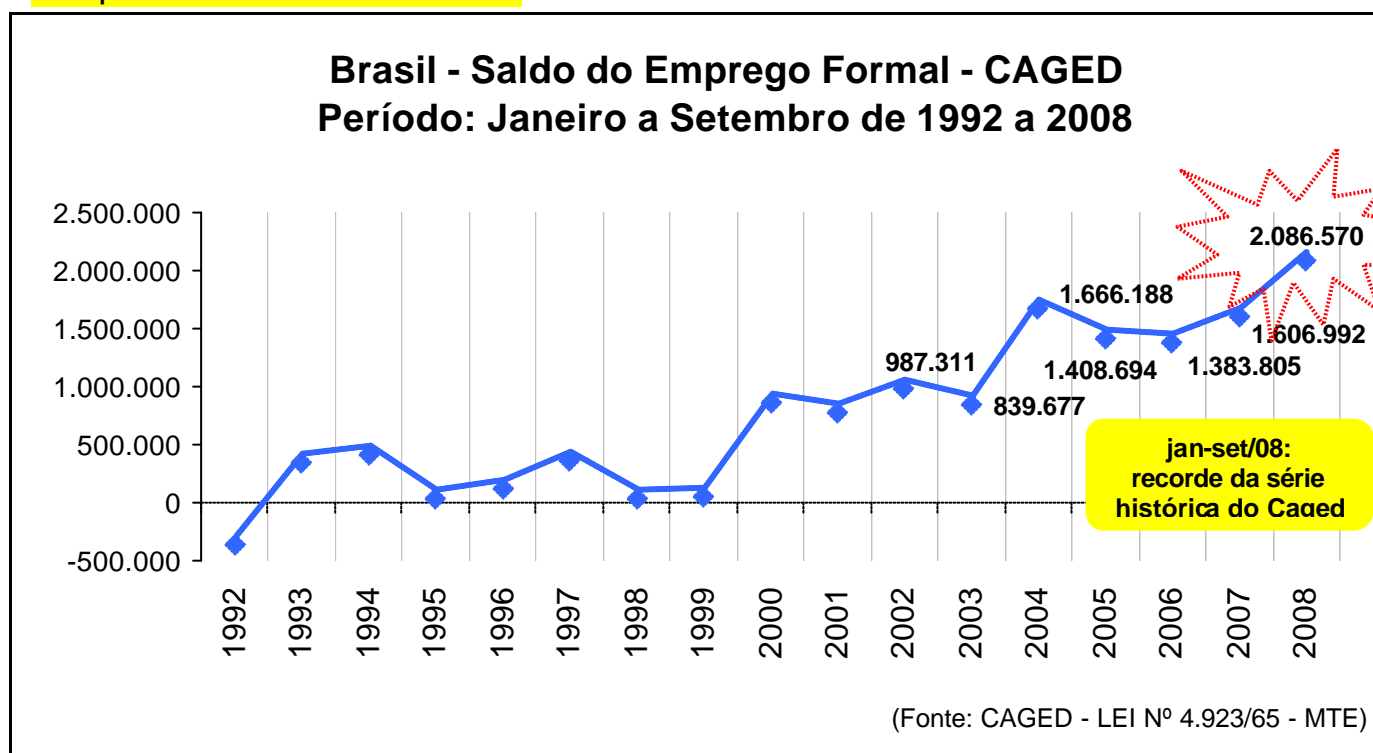
9 Comitê Interministerial sobre Mudança do Clima.

EMPREGO

Mercado de trabalho permanece aquecido e bate recordes históricos de criação de empregos formais

Recordes sucessivos na geração de empregos formais

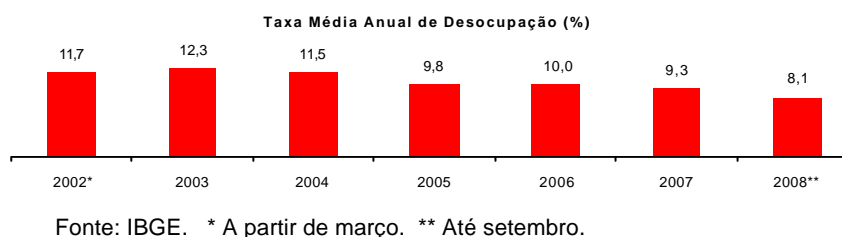
- **Recorde histórico na criação de empregos formais em 2007 segundo a RAIS¹: 2.452.181.**
- **Set/08: criados 282.841 postos de trabalho com carteira assinada. Melhor resultado da série histórica do Caged² para meses de setembro;** 13% superior ao recorde anterior, de set/07 (251.168 postos). Este é o quarto mês consecutivo de recorde mensal.
- **Recorde histórico também em 2008 (de jan-set/08): 2.086.570 novos postos.** 25% acima do recorde anterior verificado em 2004 (1.666.188 postos).
- **É a primeira vez que são gerados mais de 2 milhões de empregos no acumulado dos primeiros 9 meses do ano.**



- **Recorde histórico também no acumulado em 12 meses (out/07-set/08): +2.096.970 empregos formais.**
- **Atual governo (jan/03-set/08): criados 11.010.087 novos postos formais de trabalho³ e 13.913.570 oportunidades de trabalho (ocupações formais e informais)⁴.**

Recorde também na redução do desemprego

- **Taxa média anual de desocupação em 2008 em seis regiões metropolitanas pesquisadas⁵: 8,1%. Menor taxa desde o início da série histórica em 2002.**



1 Relação Anual de Informações Sociais. www.mte.gov.br.

2 Cadastro Geral de Empregados e Desempregados. www.mte.gov.br.

3 Segundo os dados da Rais (2003-2007) e do Caged (2008).

4 Estimativa a partir de dados da PNAD – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (2003-2007) e do Caged (2008).

5 Recife, Salvador, Belo Horizonte, Rio de Janeiro, São Paulo e Porto Alegre. Fonte: IBGE.

PREVIDÊNCIA SOCIAL

Benefícios pagos pelo INSS mantêm milhões de brasileiros acima da linha da pobreza

Realizações e avanços para cidadãos

- Imóveis do INSS: leiloado (R\$ 2,3 mi) prédio de 20,5 mil m² em Recife. Recurso integrará Fundo de Recursos Previdenciários¹. Meta: vender mais de 700 imóveis impróprios para unidades de atendimento.
- Migrantes: Brasil e Japão finalizaram terceira rodada de reuniões que antecedem negociação oficial de acordo previdenciário. Meta: reconhecimento bilateral dos direitos previdenciários de migrantes.
- Amazônia: firmada parceria entre Ministério da Previdência Social – MPS e Secretaria de Assuntos Estratégicos – SAE para melhorar atendimento na Amazônia Legal. Cooperação é parte do Plano Amazônia Sustentável – PAS.
- Pobreza: estudo do MPS, a partir da PNAD² 2007, demonstra que **benefícios previdenciários e assistenciais impediram que 22,2 milhões de brasileiros ficassem abaixo da linha da pobreza**. Sem esses benefícios, 42,4% da população (79 milhões de pessoas) estariam abaixo da linha da pobreza. Com eles, são 30,3%.

Balanco de set/08

- Necessidade de financiamento do Regime Geral de Previdência Social – RGPS mantém tendência de queda: de jan a set/08, déficit de R\$ 32,3 bi (redução de 16,4% em relação ao mesmo período do ano anterior).
- **Arrecadação líquida mensal: R\$ 13,4 bi. Maior resultado da série histórica.** Crescimento de 1,6% sobre ago/08 e de 10,1%, sobre set/07.
- Acumulado 2008 (jan-set): arrecadação de R\$ 115,6 bi (+9,7% em relação a mesmo período de 2007) e despesa de R\$ 147,9 bi (+2,7%).
- Estimativas para 2008: necessidade de financiamento abaixo de R\$ 38 bi (estimativa inicial incluída no orçamento: R\$ 44 bi).

Balanco 2007

- Déficit anual tem 1ª queda desde 1996: necessidade de financiamento caiu de 1,8% do PIB em 2006 para 1,75% em 2007 (R\$ 46 bi)³.
- Receitas cresceram em ritmo maior que despesas: arrecadação líquida cresceu 9,1% (R\$ 143,7 bi); despesas aumentaram 7,4% (R\$ 189,7 bi).
- Ampliação do trabalho formal, esforços na gestão de benefícios (auxílio-doença e censo previdenciário) e intensificação do combate às fraudes favoreceram diminuição do déficit.
- Foram 40 milhões de trabalhadores empregados com carteira assinada e registro de contribuição, contra 37,4 milhões de contribuintes em 2006⁴ (2,7 milhões ou 7,1% a mais do que em 2006).

Mais informações: www.previdencia.gov.br/pg_secundarias/previdencia_social_10.asp

1 Recursos das vendas de imóveis são utilizados no pagamento de benefícios aos segurados, inclusive aposentadorias (Lei Complementar nº 101/00, que instituiu o Fundo).

2 Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio do IBGE.

3 Se descontado o efeito contábil da antecipação do pagamento de parte dos benefícios de jan/08 para dez/07, déficit seria ainda menor, de 1,62% do PIB. Em jan/08, déficit cresceu 30,7% na comparação com o mesmo período do ano anterior, em virtude do pagamento de sentenças judiciais, no valor de R\$ 2,4 bi.

4 Fonte: Anuário Estatístico da Previdência Social 2007.

EXPORTAÇÕES

Vendas externas continuam em expansão; país amplia e diversifica relações comerciais ao mesmo tempo que mantém parcerias tradicionais

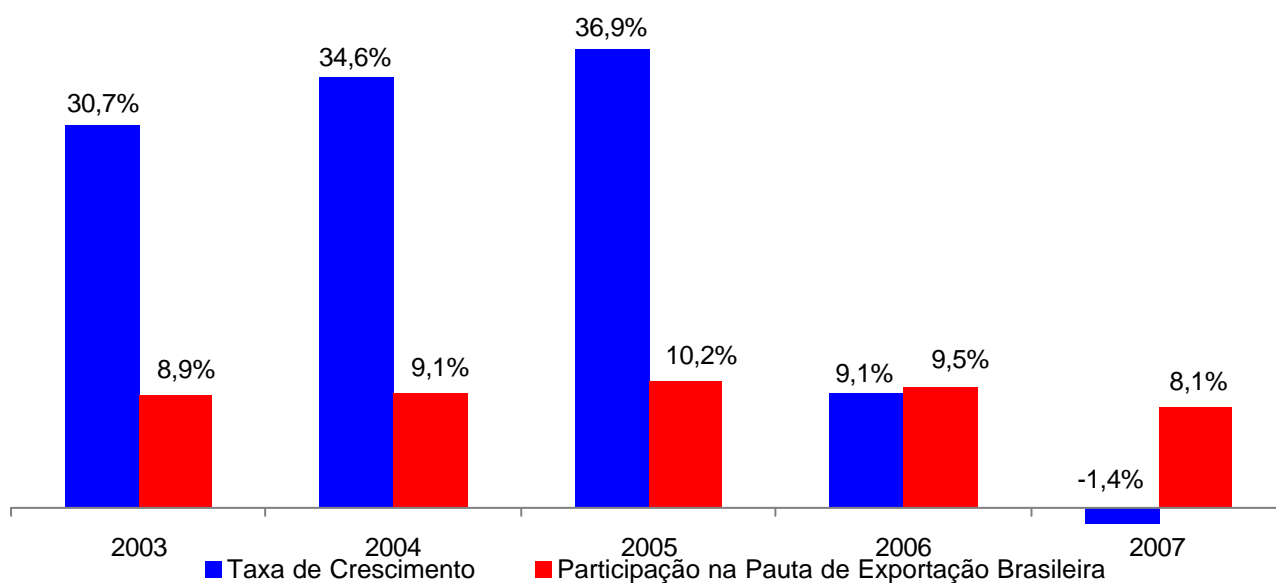
Exportações brasileiras – out/08

- **Recordes históricos:** US\$ 18,5 bi, +17% em relação a out/07. Acumulado jan-out/08: US\$ 169,4 bi, +27% em relação a mesmo período de 2007. Acumulado em 12 meses (nov/07-out/08): US\$ 197,6 bi, +26% em relação a mesmo período de 2007.
- **Recordes sucessivos no acumulado em 12 meses desde out/02 (72 meses).**
- **Destinos com maiores aumentos:** Ásia (+52% no acumulado do ano; +62% só para China); Europa Oriental (+46%) e Mercosul (+34%).
- EUA, parceiro tradicional, teve ampliação de 13% no mesmo período.
- Saldo comercial continua em queda: -65% em relação a out/07 e -39% nos últimos 12 meses em relação a mesmo período do ano anterior.

Exportações de veículos automotores, reboques e carrocerias

- Entre 2003-2007, exportações do setor cresceram à taxa de 21% ao ano (9% da pauta exportadora do país).
- Exportações de automóveis para até seis passageiros representaram, em média, 31% do total das exportações brasileiras do setor.
- **Diversificação de destinos:** diminuição das exportações do setor para EUA (de 23% do total em 2003 para 9% em 2007) e para México (de 22% para 11%) e ampliação para Argentina (de 14% para 30%) e Venezuela e Alemanha que em conjunto absorveram 19% do total em 2007.

Taxa de Crescimento das Exportações Brasileiras de Veículos Automotores, Reboques e Carrocerias e Participação do Setor sobre a Pauta Exportadora - 2003 a 2007



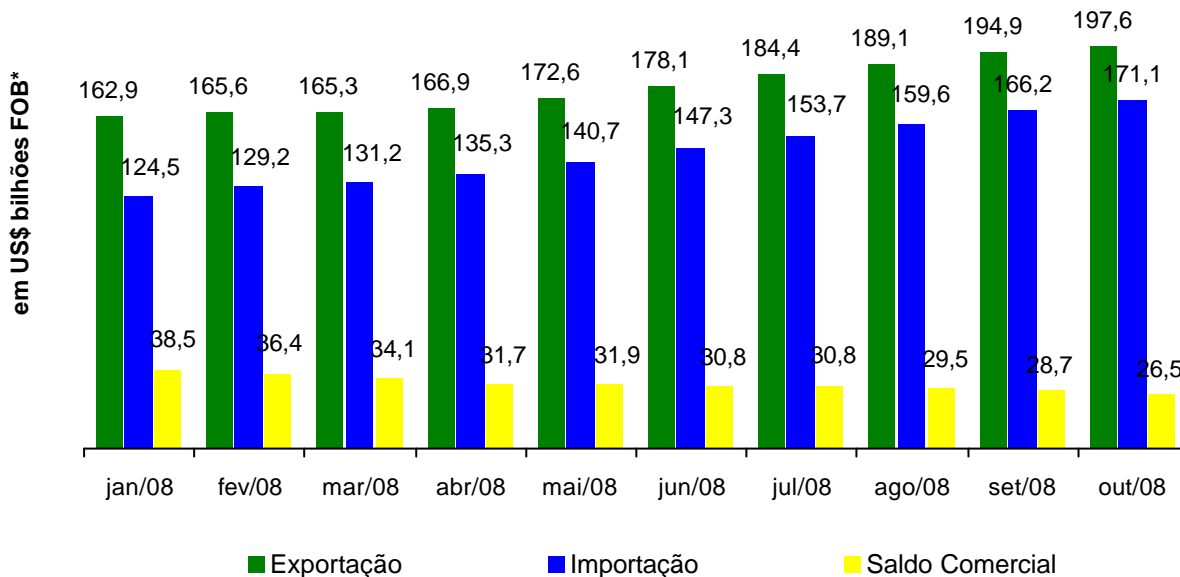
Fonte: Secex/MDIC. Elaboração Apex-Brasil.

Mais informações: www.apexbrasil.com.br/ ; www.desenvolvimento.gov.br

EXPORTAÇÕES

Exportações, importações e saldo comercial

Valor das exportações, importações e saldo comercial do Brasil
Acumulado em 12 meses (nov/07 a out/08)



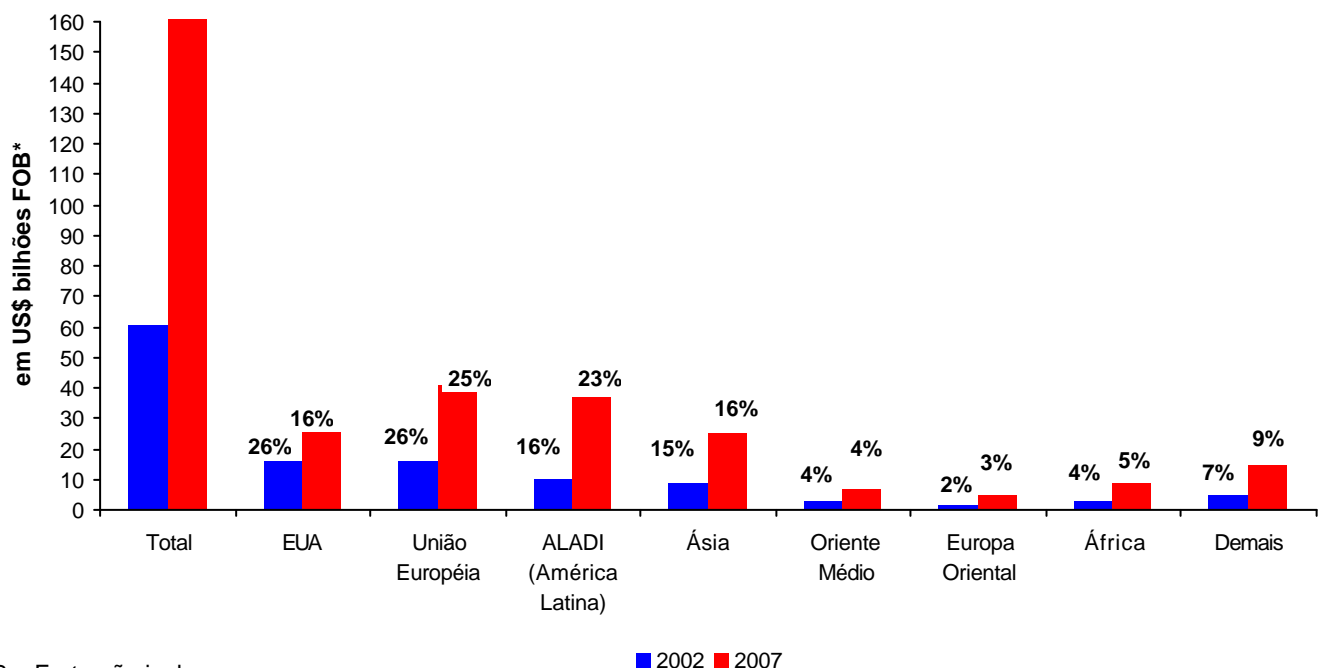
*FOB = Frete não incluso.

Fonte: Secex/MDIC. Elaboração Apex-Brasil.

Exportações por bloco econômico

- Brasil aumenta exportações, mantém parceiros tradicionais e amplia volume de comércio com os demais.

Evolução das Exportações Brasileiras por Blocos Econômicos de Destino
e Participação de cada Bloco em relação ao Total das Exportações



*FOB = Frete não incluso

Fonte: Fonte: Secex/MDIC.

COMBUSTÍVEIS

País prepara-se para explorar reservas de gás e petróleo recém-descobertas no pré-sal, com investimentos em produção e processamento dos produtos

Petróleo – resultados 2008

- Início de obras da P-56 no estaleiro BrasFels – Angra (RJ), em fev/08, e de terraplanagem do Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro – Comperj, em mar/08.
- Conclusão das obras no campo de Espadarte – Módulo 2, em mar/08.
- Entrada em operação da Petroquímica Paulínia, em abr/08.
- Conclusão da Unidade de Coque da Reduc (Reduc Conversão), em jun/08.
- Conclusão das obras do HBio¹: refinarias Regap, Repar, Refap e Replan, em jul/08.
- Descoberta acumulação de óleo leve no bloco BM-S-40, em águas rasas, na parte sul da Bacia de Santos, em mai/08.
- Descobertas novas acumulações de óleo no pré-sal da Bacia de Santos, na área Bem-te-vi, em mai/08; no poço Guará, em área próxima a Carioca, em jun/08; no poço Iara, no bloco BM-S-11, na mesma área exploratória de Tupi, em ago/08.
- **Iniciada produção (P-34) no pré-sal no campo de Jubarte (ES), em set/08.**
- Iniciada a conversão do casco da P-57, em set/08.
- Perspectiva 2008: entrada em operação das plataformas P-51 e P-53 até 4^otri/08².

Gás – resultados 2008

- Descoberta: Júpiter, jazida de gás natural e condensado (Bacia de Santos), em jan/08.
- Conclusão das obras no campo de Manati (BA)³, em jan/08.
- Início da produção do campo de Peroá II (ES), em fev/08.
- Entrada em operação dos gasodutos Cabiúnas (RJ)-Vitória (ES), com 303 km de extensão, em fev/08; Campinas (SP)-Rio (trecho Taubaté-Japeri), com 247 km, em jul/08; Catu-Carmópolis (trecho Catu-Itaporanga), com 197 km, em out/08.
- Início das obras dos gasodutos Cacimbas (ES)-Catu (BA), com 954 km, em mai/08; Japeri-Reduc (RJ), com 45 km, em jun/08; Caraguatatuba (SP)-Taubaté (SP), com 96 km, e Gasduc III (RJ), com 183 km, em jul/08; **Paulínia (SP)-Jacutinga (MG), com 93 km, em out/08.**
- Chegada do navio “Golar Spirit” em Pecém (CE), para operação de regaseificação de gás natural liquefeito – GNL, em jul/08.
- Perspectivas 2008: início da operação do primeiro terminal de regaseificação de GNL – Pecém (CE), em dez/08⁴; e das obras de dois gasodutos⁵ no 4^o trim/08.

Petróleo e gás

- Aprovada a contratação do afretamento de 12 unidades de perfuração para entrega até 2012 (utilização em águas ultra-profundas), em mai/08.
- **Lançamento da licitação de dez sondas para o pré-sal, em set/08.**

Biocombustíveis – ver pág. 12

Mais informações: www.mme.gov.br/ e www.anp.gov.br/

1 HBio ou “diesel verde” é composto com 10% a 30% de óleos vegetais e diesel derivado do petróleo.

2 P-51: a ser instalada no Campo Marlim Sul Módulo 1; e P-53: no Campo Marlim Leste, ambos na Bacia de Campos.

3 Em operação desde 2007.

4 Inaugurado em 20ago/08. Está em fase de testes (pré-operação).

5 Gasodutos: Pilar-Ipojuca (187 km) e Gasbel II (267 km); gasoduto Paulínia-Jacutinga começou em out/08.

ENERGIA ELÉTRICA

Reestruturação do setor garante fornecimento de energia à sociedade e dá suporte ao crescimento econômico

Medidas para não faltar energia¹

- Novo modelo do setor elétrico: Leis 10.847/04, 10.848/04, 10.871/04 e 11.097/05².
- Retomada do planejamento: criação da Empresa de Pesquisa Energética – EPE e elaboração de planos nacionais e decenais de energia e da Matriz Energética Nacional.
- Criação do Comitê de Monitoramento do Setor Elétrico – CMSE³.
- Instituição de leilão para contratação de energia, com celebração de contratos de 15 anos de duração para UTE e de 30 anos para UHE.
- Promoção do 1º leilão de energia reserva⁴ em 14ago/08: contratação de 31 UTEs movidas a biomassa, para início de suprimento em 2009 e 2010.
- **Dois leilões de energia nova, em set/08, contrataram, respectivamente, 1.076 MW médios⁵ para 2011 e 3.125 MW médios para 2013⁶.**

Geração e transmissão

- Resultados: desde 2005, comercializados 17.557 MW médios, incluindo fontes alternativas, reserva e projetos estruturantes. Em 2008, feitos quatro leilões.
 - Geração: **em 2008, agregados 1.601,9 MW ao sistema (até 31out/08).** 2007: 4.028 MW. Transmissão: concluídos 2.252 km de linhas até 31out/08.
- Perspectivas – geração: mais 1.363,8 MW agregados ao sistema em 2008 (2.966 MW no ano), 5.566,2 MW em 2009 e 5.398,5 MW em 2010.
 - Linhas de Transmissão (LT) monitoradas: seis ações (1.202 km) a serem concluídas até 31dez/08. Em 2009, 24 ações (5.657 km).

Reservatórios

- Atendimento energético do SIN⁶ dentro dos limites de segurança estabelecidos pelo ONS: volumes acumulados acima da Curva de Aversão a Risco – CAR (out/08).

Argentina e Uruguai

- Argentina: desde 2004, Brasil supre energia de UTE. Em 2008, excepcionalmente, acordado suprimento de energia hidráulica, limitado a 500 MW médios e cláusula de devolução. Envio: de mai a ago/08; devolução: de set a nov/08. Em 30set/08 foi concluído processo de devolução.
- Uruguai: desde 2004, Brasil também supre energia de UTE. Em 2008, acordado envio de energia hidráulica, limitado a 72 MW médios e cláusula de devolução. Envio: jul e ago/08; devolução: de set a nov/08. **Devolução: 77% até 31out/08.**

Luz para Todos

- 8,9 milhões de pessoas beneficiadas (out/08).

Mais informações: www.mme.gov.br/

1 Principais siglas utilizadas: UTE – Usina termelétrica; UHE – Usina hidrelétrica; MW – Megawatt.

2 Lei 10.847/04 “autoriza a criação da Empresa de Pesquisa Energética – EPE”; Lei 10.848/04 “dispõe sobre a comercialização de energia elétrica”; Lei 10.871/04 “dispõe sobre a criação de carreiras e organização de cargos efetivos das autarquias especiais denominadas Agências Reguladoras”; e Lei 11.097/05 “dispõe sobre a introdução do biodiesel na matriz energética brasileira”.

3 Ministro de Minas e Energia coordena. Participam: Operador Nacional do Sistema (ONS), EPE, Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE), Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) e Agência Nacional de Petróleo (ANP).

4 Para utilização quando nível dos reservatórios das UHEs estiver baixo.

5 A geração de energia de uma usina varia em função dos níveis dos reservatórios ao longo do ano. MW médios são, portanto, a média dos períodos de maior e menor geração de energia.

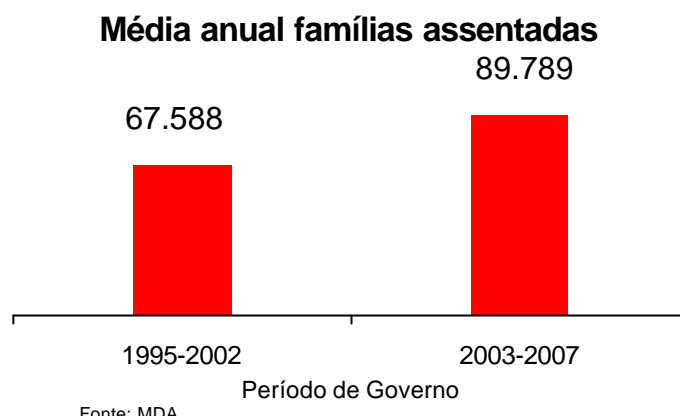
6 Para incorporação ao Sistema Interligado Nacional – SIN.

REFORMA AGRÁRIA

Apoio, crédito e assistência estimulam produção familiar e aumento da renda de assentados

Renda e cidadania

- De 2003 a 2007, criados 2,8 mil projetos de assentamento; incorporados cerca de 39 milhões de hectares e assentadas quase 450 mil famílias.
- Acesso a várias modalidades de crédito de até R\$ 23,3 mil por família.
- Assistência técnica chegou a mais de 555 mil famílias assentadas¹.
- Habitação: de 2003 a 2007, construídas 216 mil casas. Meta 2008: construção de 60 mil casas e reforma de 40 mil.
- Educação: orçamento do Pronera² passou de R\$ 9 mi (2003) para R\$ 38 mi (2007). Resultado: 286 mil assentados alfabetizados, escolarizados e graduados no período.
- Em 2008, 24.730 assentados estudam.
 - Em projetos de alfabetização e ensino fundamental: 19.320.
 - No nível médio profissionalizante: 3.354.
 - Na graduação (Pedagogia, Geografia, História, Direito, Agronomia, etc.): 2.056.



Meio Ambiente

- Meta 2008: solicitação de mais de duas mil licenças de imóveis para fins de reforma agrária e projetos de assentamentos.
- Obtidas 1.152 licenças prévias e de instalação e operação em 2008 (até set/08).

Regularização fundiária

- Até final de 2008, mais de 30 mil pequenos agricultores receberão títulos: dez mil no CE (cinco mil entregues em ago/08); seis mil em MG; dez mil na área do canal de integração do Médio São Francisco e cinco mil na faixa de fronteira, em 11 estados.
- Amazônia:
 - Retomados pela União 227 mil hectares na região de Manicoré/AM.
 - Georeferenciados 12,7 milhões de hectares de terras da União até out/08. Meta 2008: 21,7 milhões de hectares.
 - Operação com Exército, a partir de jul/08, na área da BR-163 (sul do PA), iniciou levantamento do número de posseiros com direito legítimo às terras: 2.094 posses levantadas e 240 vistoriadas, até out/08.
- R\$ 40 mi para regularizar áreas quilombolas (Programa Territórios da Cidadania).

Fortalecimento do Incra

- Mais de 1.300 servidores concursados ingressaram no Incra em 2006 e 2007.

Mais informações: www.mda.gov.br; www.incra.gov.br

1 Inclui ações de consolidação de assentamentos do "PAC Incra" (Programa de Consolidação e Emancipação de Assentamentos Resultantes da Reforma Agrária), Projeto Dom Helder Câmara e Pronaf "A".

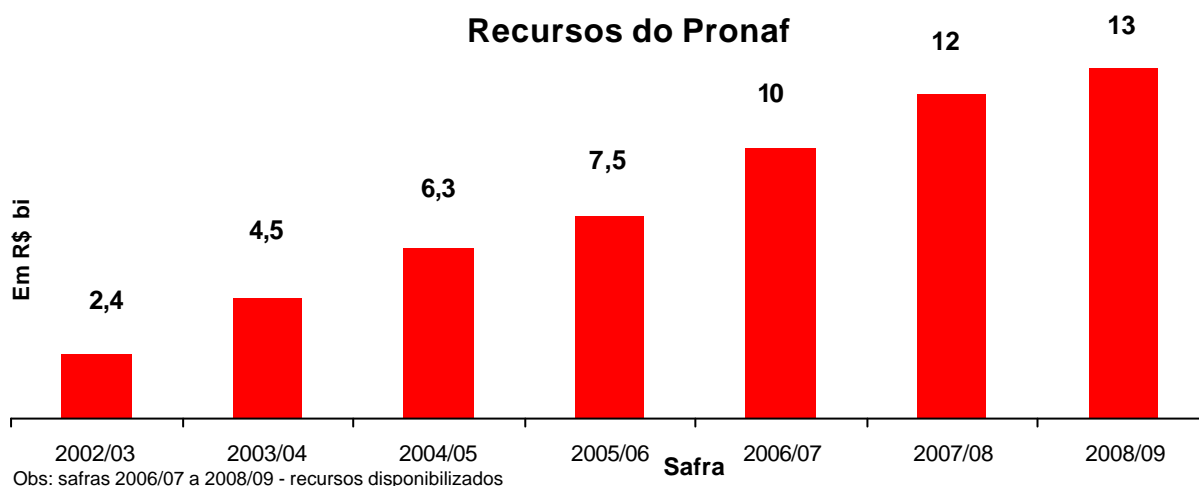
2 Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária.

MUDANÇA NO CAMPO

Agricultura familiar, que já responde por 70% dos alimentos dos brasileiros, tem mais crédito, assistência e garantia para produzir

Agricultura familiar

- Recursos para Agricultura Familiar, por meio do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), cresceram mais de cinco vezes desde safra 2002/03: de R\$ 2,4 bi para **R\$ 13 bi em 2008/09**.



- Assistência técnica: de 107 mil em 2003 para 1,2 milhão de agricultores em 2007.
- Criado o Seguro da Agricultura Familiar e ampliado o Garantia-Safra no semi-árido.
- Políticas de comercialização: Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) com R\$ 1,6 bi entre 2003-07 e implantação da linha Pronaf Comercialização.
- **Repactuação das dívidas de produtores já é lei (11.775/08): há medidas específicas para agricultores familiares e assentados da reforma agrária¹.**

Destaques do Plano Safra 2008-09 da Agricultura Familiar

- Grupos C, D e E do Pronaf foram agrupados em categoria chamada “agricultura familiar”. Para financiamento de custeio, taxas de juros caíram para 1,5% a 5,5% ao ano (antes: de 3% a 5,5%). Nas operações de investimento, caíram para faixa de 1% a 5% (antes: de 2% a 5,5%).
- Seguro da Agricultura Familiar (Seaf) para a produção de arroz, feijão, milho, trigo e mandioca – ampliado de R\$ 1,8 mil para até R\$ 2,5 mil por família.
- Programa de Garantia de Preços da Agricultura Familiar (PGPAF): criado em 2006, cobre operações de crédito de custeio; estabelece preço de garantia de alguns produtos, com base em custo de produção. Ampliado de 11 para 15 produtos²; adotará preços mais elevados para trigo, arroz, feijão, milho, mandioca e leite, para proteger produtor contra queda de preço.
- Linha de crédito específica para recuperação e manejo do solo: financiamento de até R\$ 7 mil e juro de 1% ao ano.
- Recursos para a Assistência Técnica e Extensão Rural (Ater): R\$ 397 mi, contra R\$ 168 mi em 2007.

Mais informações: www.mda.gov.br

¹ Prazo de adesão à renegociação prorrogado para 14nov/08 pelo Conselho Monetário Nacional (CMN).

² Arroz, café, cará, castanha de caju, feijão, inhame, leite, mandioca, milho, tomate e soja; incluídos pimenta-do-reino, trigo, cebola e mamona.

VIGILÂNCIA SANITÁRIA

Consolidação de ações de proteção da saúde e de promoção da qualidade de vida para a sociedade nas três esferas de governo

Programa Análise de Resíduos de Agrotóxicos em Alimentos

- Iniciado em 2001 para avaliar qualidade do alimento *in natura* em relação aos resíduos de agrotóxicos.
- O programa tem possibilitado: avaliar qualidade e segurança dos alimentos consumidos pela população; identificar fontes de contaminação e uso inadequado e não autorizado de agrotóxicos; estimular adoção de boas práticas agrícolas e subsidiar estudos de resíduos para reavaliação de registros de agrotóxicos.
- Parceria com vigilâncias sanitárias dos estados e municípios; laboratórios públicos de análises de agrotóxicos; Departamento de Proteção e Defesa do Consumidor do Ministério da Justiça; Ministério Público; Coordenação Geral da Política de Alimentação e Nutrição do Ministério da Saúde; Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento; secretarias estaduais de Agricultura; Associação Brasileira de Supermercados.

Projetos de educação nas escolas públicas de ensino fundamental e médio

- Lançado em set/06. Público: 45 mil alunos. Total de 1.262 capacitados, sendo: 1.118 professores, 136 profissionais de vigilância sanitária, oito técnicos do Procon, em dez estados (RS, MG, BA, SP, PB, PA, SE, RN, GO, SC) e DF.
- Temas: uso racional de medicamentos; riscos da automedicação; vigilância sanitária; alimentação saudável; influência da propaganda de medicamentos e alimentos no consumo desses produtos.

Projeto de educação em Instituições de Ensino Superior – IES

- Lançado em 2002. Público: 1.000 alunos, entre bolsistas e voluntários; 50 professores; 22 IES; 2.000 profissionais de saúde e acadêmicos.
- Ações informativas e educativas promovidas junto à comunidade acadêmica sobre propaganda e uso racional de medicamentos.

A informação é o melhor remédio

- Campanha informativa nacional, lançada em set/08, para alertar população sobre riscos da automedicação, uso indiscriminado de medicamentos e influência da publicidade no consumo desses produtos.

Promoção da saúde nas ondas do rádio¹ (abr/08)

- Produção de guia com orientações e dicas para esclarecer dúvidas mais comuns dos comunicadores de rádio e profissionais do setor de radiodifusão sobre legislação, publicidade e propaganda de produtos sujeitos à vigilância sanitária.
- Realização de seminários sobre promoção da saúde por meio do rádio, em parceria com associações e entidades do setor de radiodifusão.

Mais informações: www.anvisa.gov.br

¹ Acesse Guia de Orientações : www.anvisa.gov.br/propaganda/educacao_saude/guia_orientacoes_Radio_final.pdf

AGRICULTURA E PECUÁRIA

Projeções das exportações apontam para expressiva ampliação da participação do agronegócio brasileiro no mercado mundial

Projeções do Agronegócio do Brasil de 2008-09 a 2018-19¹

- **Produção:** estimativa de aumento de 29% dos principais grãos (soja, milho, trigo, arroz e feijão) nos próximos dez anos, passando de 139,7 milhões de toneladas para 179,8 milhões de toneladas (+40 milhões). Da mesma forma, carnes (bovina, suína e aves), deverão crescer 51%, de 24,6 milhões para 37,2 milhões de toneladas (+12,6 milhões).
- **Exportações:** soja deve passar de 36% para 40% de participação no comércio mundial; óleo de soja: de 63% para 73,5%; milho: de 13% para 21,4%; açúcar: de 58,4% para 74,3%; carne bovina: de 31% para 60,6% e aves, de 44,6% para 89,7%.
- Mercado interno: deverá crescer significativamente.
- **Produtividade:** marcará o crescimento da produção agrícola na próxima década, com mais incremento da produção do que expansão de área. O país deverá ter, nos próximos dez anos, acréscimo de 15,5 milhões de hectares em sua área plantada.

Crédito rural

- Volume triplicou: de R\$ 25 bi em 2002-03 para R\$ 78 bi em 2008-09. Destes, R\$ 65 bi destinados ao Plano Agrícola e Pecuário – PAP (agricultura empresarial), que contempla, entre outras medidas, custeio, investimento, seguro rural e política de preços mínimos – especialmente de alimentos como arroz, feijão, milho e trigo.
- Reestruturação das dívidas de R\$ 75 bi já é Lei (11.775/08). Total estimado: R\$ 87,5 bi. Medida tem potencial de atender 2,8 milhões de contratos.
- **Medidas para agricultura para enfrentar crise financeira internacional: ver pág. 47.**

Recordes da balança comercial do agronegócio

- 2007: exportação de US\$ 58,4 bi e saldo de US\$ 49,7 bi². Recorde histórico.
 - Carne bovina: US\$ 11,3 bi exportados em 2007, 30,7% superior a 2006 (*in natura* foram US\$ 3,5 bi em 2007, valor 11,2% superior a 2006).
- 2008: estimativa de US\$ 74 bi de exportação e saldo de US\$ 62 bi (+25% ante 2007).

Estimativas de safras³

- Safra 2008 (IBGE): 145,6 milhões de toneladas de grãos (+9,4% em relação a 2007).
- Safra 2009 (IBGE)⁴: 140,8 milhões de toneladas (-3,3% em relação a 2008). Área de colheita: 47,2 milhões de hectares (+1,2% em relação a 2008).
- Safra 2008/2009 (Conab)⁵: produção entre 139,7 e 141,8 milhões de toneladas (queda entre 2,9% e 1,4% em relação à estimativa anterior). Área plantada: entre 47,3 e 47,9 milhões de hectares: +1,2%, se confirmado o intervalo superior da estimativa.

Mais informações: <http://www.agricultura.gov.br>

1 Fonte: Pesquisa da Assessoria de Gestão Estratégica – AGE / Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA.

2 Desempenho decorreu do crescimento da economia mundial e aumento de preços de importantes commodities exportadas.

3 IBGE e Conab utilizam metodologias diferentes para estimar a safra agrícola. O IBGE utiliza o “ano civil” (de jan a dez de um mesmo ano), enquanto a Conab utiliza o “ano agrícola”, período entre a sementeira e a colheita, não necessariamente coincidente com o período de 12 meses entre jan e dez.

4 1º. prognóstico divulgado em 6nov/08.

5 2º. levantamento, divulgado em 6nov/08.

HABITAÇÃO

Novos programas e ampliação de financiamentos beneficiam população de baixa renda e classe média

Evolução dos recursos

- R\$ 82 bi em investimentos habitacionais de 2003 a 2007:
 - R\$ 44,3 bi de recursos federais, que beneficiaram cerca de 2,4 milhões de famílias, sendo 74,6% com renda até cinco salários mínimos.
 - R\$ 37,8 bi de investimentos privados: aumento de 700% no período.
- De jan-out/08, alocados até R\$ 32,2 bi, sendo R\$ 9,3 bi de programas geridos pelo governo federal¹, que beneficiarão aproximadamente 750 mil famílias.

Execução de jan/07 a out/08

Fonte dos recursos*	Famílias beneficiadas	Valor alocado (R\$ mi)
FAR	23.290	735
FAT	52.048	622
FDS**	6.300	135
FGTS	640.405	17.522
OGU	538.167	6.010
OGU/FNHIS	139.688	2.012
SBPE	423.075	41.085
Total	1.822.973	68.121

* FAR – Fundo de Arrendamento Residencial; FAT – Fundo de Amparo ao Trabalhador; FDS – Fundo de Desenvolvimento Social; FGTS – Fundo de Garantia por Tempo de Serviço; OGU – Orçamento Geral da União; OGU/FNHIS – Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social; SBPE – Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimo.

** **Errata**: valores revistos e corrigidos em relação ao mês anterior.

Programas para famílias de baixa renda

- Programa de Aceleração do Crescimento – PAC (PPI² e FNHIS):
 - Em 2007 e 2008, selecionados 320 projetos em 27 estados e 117 municípios. Valor de R\$ 8,4 bi: R\$ 5,4 bi do OGU e R\$ 3 bi do FGTS/FAT.
 - FNHIS: em 2007 e 2008, selecionadas 3.068 ações em 27 estados e 1.853 municípios, com repasse total de R\$ 1,85 bi.
 - Iniciado processo de seleção pública de entidades privadas sem fins lucrativos, para acesso a recursos para adquirir ou produzir moradias e lotes urbanizados, no âmbito da Ação de Apoio à Produção Social da Moradia (Resolução 20, de 17set/08, do Conselho Gestor do FNHIS).

Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimo – SBPE³

- Em set/08, operações atingiram R\$ 2,9 bi. Financiadas 29,4 mil unidades: +64,5% em relação a set/07.
- Acumulado do ano (set/08): R\$ 22,8 bi contratados e 227,2 mil unidades financiadas: +89,3% e +68,2%, respectivamente, na comparação com igual período do ano anterior.

Mais informações: <http://www.cidades.gov.br/secretarias-nacionais/secretaria-de-habitacao>

1 Programa de Arrendamento Residencial (PAR); Programa Crédito Solidário; Carta de Crédito FGTS (individual e associativa); Apoio à Moradia; FNHIS; Programa de Subsídio à Habitação de Interesse Social (PSH) e Pró-Moradia. Foram somados os valores da seleção do Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social– FNHIS e do Pró-Moradia para 2008.

2 Programa Prioritário de Investimento.

3 Fonte: Abecip – Associação Brasileira das Entidades de Crédito Imobiliário e Poupança. Dados sujeitos a alteração em função de ajustes dos agentes financeiros junto ao Banco Central.

ESPORTES

Políticas públicas e incentivos fiscais favorecem massificação do desporto e qualificam país para sediar grandes eventos internacionais

Esportes de alto rendimento

- Bolsa-A atleta (desde 2005) – auxílio financeiro a atletas de alto rendimento sem patrocínio: em três anos, 7.256 atletas¹. Orçamento 2008: R\$ 21,1 mi. 2009: R\$ 42 mi.
 - Olimpíadas: 227 atletas, 33 bolsistas, sete medalhistas.
 - Paraolimpíadas: 188 atletas, 79 bolsistas, 12 medalhistas.

Lei de Incentivo ao Esporte – 11.438/06

- Benefícios fiscais a pessoas físicas e jurídicas em contrapartida ao patrocínio de projetos esportivos: aprovados, desde a regulamentação da lei, R\$ 172 mi para 122 projetos desportivos e paradesportivos de um total de 1.021 protocolados.

Brasil – sede de grandes eventos esportivos

- Jogos Olímpicos e Paraolímpicos de 2016, no Rio de Janeiro: pela primeira vez cidade brasileira passa à segunda fase. Definição: 2out/09. Congresso Nacional aprovou crédito de R\$ 85 mi para ações pela candidatura.
 - Criado Comitê de Gestão das Ações Federais, presidido pelo Ministro do Esporte e composto por 27 órgãos da administração federal.
- Copa do Mundo 2014: assinado acordo de cooperação com Abdib² e CBF³ para mapear investimentos necessários em 18 cidades e respaldar decisão final da Fifa.

Infra-estrutura esportiva

- Construção, modernização de quadras, ginásios e espaços esportivos; aquisição de equipamentos para instituições de ensino e comunidades.
 - “Praça da Juventude”: complexos esportivos⁴ em regiões de vulnerabilidade social. Uma em construção (SE) e quatro em licitação (RS, PE, RJ e PA).

Inclusão social do Esporte

- Segundo Tempo (desde 2003): democratiza prática esportiva. Atividades no contraturno escolar. Público: crianças, adolescentes e jovens expostos a risco social. Até out/08, beneficiados 3,2 milhões de jovens em 2.115 municípios.
- Pintando a Liberdade (desde 1999): ressocialização de 12,7 mil detentos (desde 2003), em 73 unidades, com a confecção de 1,76 milhão de materiais esportivos.
- Pintando a Cidadania (desde 2004): inclusão social e ingresso no mercado de trabalho de 1.873 pessoas. 3,49 milhões de itens produzidos em 23 unidades.
- Esporte e Lazer na Cidade (desde 2003): gestão compartilhada e ações educativas. Em 2008, 157 processos aprovados e 3,5 milhões de pessoas beneficiadas.
- Lançado o Prêmio Brasil de Esporte e Lazer de Inclusão Social (25ago/08).

Timemania

- Loteria criada para ajudar clubes de futebol a pagarem dívidas com União. Entre mar/08 (primeiro sorteio) e nov/08 (37º sorteio):
 - Previsão inicial = R\$ 370 mi (R\$ 10 mi/sorteio); arrecadação efetiva = R\$ 102 mi.
 - Previsão inicial de repasse aos clubes = R\$ 81,4 mi; repasse efetivo = R\$ 22,4 mi (27,6%).

Mais informações: portal.esporte.gov.br

1 Em 2005, 925 atletas; em 2006, 846; em 2007, 2.172 e em 2008, 3.313.

2 Associação Brasileira de Infra-Estrutura e Indústria de Base.

3 Confederação Brasileira de Futebol.

4 Quadras poliesportivas e de futebol, pistas de corrida e skate, área de ginástica, centro de convivência e da terceira idade.

Fique atualizado; consulte também:

em questão

http://www.brasil.gov.br/noticias/em_questao

4 – BIBLIOTECA: ESTUDOS, ARTIGOS, PESQUISAS E ANEXOS

Índice

Tema	Página
Pronunciamento do Excelentíssimo Senhor Presidente no G-20 em SP	64
PNAD 2007	68
PNAD 2007 – Raça	69
PNAD 2007– Relações de gênero	70
Resultado das eleições municipais	72
IBAS – Índia, Brasil e África do Sul	73
Ambiente de Negócios	74
Conselhos e Conferências Nacionais – 2003 a 2008	78

REUNIÃO DO G-20

**Reunião Plenária dos Ministros da Fazenda do G-20 Financeiro,
em São Paulo/SP, 8nov/08**

Pronunciamento do Excelentíssimo Senhor Presidente da República

Senhoras e senhores ministros das Finanças e presidentes de Bancos Centrais, senhoras e senhores membros das delegações,

Quero dar as boas-vindas a todos que comparecem a esta importante reunião que temos a honra de presidir.

A economia mundial atravessa seu momento mais grave em décadas. Medidas tomadas por governos impediram o pior, mas ainda há muito o que fazer. Persistem riscos e incertezas sobre o comportamento da economia, sobre o impacto da crise nos países em desenvolvimento, no comércio e nas finanças internacionais.

Uma coisa é, no entanto, evidente: a desordem que se instaurou nas finanças mundiais nos últimos anos ameaça o funcionamento da economia real. O preço a pagar por essa irresponsabilidade se pode medir de várias formas.

Para nós, o que importa é a ameaça de uma recessão generalizada e, na sua esteira, a perda de milhões e milhões de empregos, o aumento da pobreza e da exclusão. Não podemos permitir que o pânico que se instalou em muitos lugares atinja os setores produtivos. Cabe aos líderes mundiais, com serenidade e responsabilidade, não nos deixarmos contaminar pelo medo.

Mas **esta é uma crise global, e ela exige soluções globais**. Este é o momento de formular propostas para uma mudança substantiva na arquitetura financeira mundial.

A crise nasceu nas economias avançadas. Ela é consequência da crença cega na capacidade de auto-regulação dos mercados e, em grande medida, na falta de controle sobre as atividades de agentes financeiros. Por muitos anos especuladores tiveram lucros excessivos, investindo o dinheiro que não tinham em negócios mirabolantes. Todos estamos pagando por essa aventura. Esse sistema ruiu como um castelo de cartas e com ele veio abaixo a fé dogmática no princípio da não intervenção do Estado na economia.

Muitos dos que antes abominavam um maior papel do Estado na economia passaram a pedir desesperadamente sua ajuda. Em meu discurso na abertura da Assembléia Geral da ONU, afirmei que era chegada a hora da política. Me associo, agora, aos que pensam ter chegada a hora da mudança.

Temos de trazer para a esfera pública decisões antes tomadas por supostos “especialistas”, mas que só serviam interesses privados. É amplamente reconhecido que o G-7 sozinho não tem mais condições de conduzir os assuntos econômicos do mundo. A contribuição dos países emergentes é também essencial.

Precisamos de uma nova governança, mais aberta e participativa. O Brasil está pronto a assumir sua responsabilidade. Esta não é a hora de nacionalismos estreitos, de soluções individuais. **É hora de um pacto entre governos para a criação de uma nova arquitetura financeira mundial, capaz de promover segurança e desenvolvimento em bases eqüitativas para todos.**

Essas reformas devem ser norteadas pelos seguintes princípios:

- **Representatividade e legitimidade:** as instituições financeiras globais devem se adequar à nova realidade econômica. Devem abrir-se à maior participação dos países emergentes e em desenvolvimento;

REUNIÃO DO G-20

- **Ação coletiva:** situações de risco e custos compartilhados exigem respostas coletivas, tanto para a elaboração de soluções, quanto para a implementação de políticas nacionais coordenadas.
- **Boa governança nos mercados domésticos:** a importância do crédito, os crescentes riscos e complexidade dos mercados financeiros impõem o aperfeiçoamento dos mecanismos de regulação, supervisão, governança corporativa e de avaliação de riscos. Nestas atividades, o Estado deve buscar o equilíbrio entre a eficiência dos mercados financeiros, a estabilidade de todos os mercados e a promoção do desenvolvimento econômico.
- **Responsabilidade:** as políticas de cada país não podem transferir riscos e custos a outros países. Cada país deve assumir suas responsabilidades. Nacionalmente, setores cujas políticas expõem a sociedade a riscos desproporcionais devem contribuir, inclusive financeiramente, para a solução das crises e para o retorno à estabilidade.
- **Transparência:** os agentes financeiros privados devem observar regras internas de governança corporativa e de transparência de informações relevantes ao mercado e à sociedade, em especial aquelas relacionadas a riscos e ativos.
- **Prevenção:** as políticas nacionais e as instituições financeiras internacionais devem incorporar o sentido de prevenção de crises financeiras em suas políticas e mecanismos de supervisão e acompanhamento dos mercados. Nesse contexto, o G-20 tem muito a contribuir. É um foro de diálogo representativo que congrega países ricos e emergentes. A superação da atual crise passará pela cooperação desses dois grupos de nações, ouvindo o conjunto da comunidade mundial.

Afinal, se a riqueza ainda se concentra nos chamados países desenvolvidos, o crescimento econômico está sendo mais robusto nas economias emergentes e em desenvolvimento. O próprio Fundo Monetário Internacional estima que, nos últimos anos, os países emergentes responderam por 75% do crescimento da economia mundial. Essa tendência se manterá em 2009.

Senhoras e senhores,

Nenhum país está a salvo da crise financeira. Todos estão sendo contagiados pelos problemas originados em países avançados. O colapso da confiança nos mercados financeiros dos países desenvolvidos gerou escassez de crédito para o resto do mundo. A crise fez os bancos dos Estados Unidos e da Europa pararem de emprestar.

Para os menos capitalizados, a falta de financiamento externo poderá levar a problemas de balanço de pagamentos. Mesmo para os países mais preparados, como o Brasil, os empréstimos ficaram mais caros. Fundos de investimento estrangeiros estão sacando suas aplicações no mercado acionário dos países emergentes para cobrir os prejuízos que tiveram nos mercados avançados. Essa perda de recursos afeta balanços de pagamentos e dificulta o financiamento das empresas.

Os países desenvolvidos e instituições como o Fundo Monetário Internacional devem adotar medidas para restaurar a liquidez nos mercados internacionais.

Um dos efeitos mais preocupantes da crise ocorre no comércio. Com a já anunciada recessão, os países ricos vão reduzir suas importações, o que afetará a

REUNIÃO DO G-20

balança comercial dos países pobres. Essa redução na corrente de comércio mundial não interessa a ninguém.

O Brasil acredita que os países devem evitar a tentação de utilizar o protecionismo financeiro e comercial como artifício para superar a crise.

As lições da crise de 1929 devem servir de alerta para todos. Naquela ocasião, medidas unilaterais apenas prolongaram a depressão econômica e alimentaram a desconfiança. Ao contrário, é hora de uma ação coordenada. Mas o exemplo deve partir dos países ricos. É deles que se espera a adoção das principais medidas nesse sentido.

No dia 27 de outubro, reunimos no Brasil chanceleres, ministros da Fazenda e presidentes de bancos centrais do Mercosul e dos países associados – na prática, toda a América do Sul. Chegamos à conclusão de que é preciso mais integração, mais comércio, menos distorções e menos protecionismo.

Entendemos que este é o momento para o impulso final das negociações da Rodada Doha. A maior abertura do comércio mundial é um excelente antídoto contra a crise. Uma das melhores medidas contracíclicas que poderemos tomar. A conclusão da Rodada deixou de ser uma oportunidade e passou a ser uma necessidade. Já há um bom conjunto de propostas sobre a mesa. Temos de resolver uns poucos problemas. Temos de enfrentá-los com grandeza. Os países desenvolvidos não devem, neste momento, aumentar as exigências sobre os países em desenvolvimento.

Senhoras e senhores,

Esta crise não colhe o Brasil desprevenido. Nossos fundamentos econômicos são consistentes. Meu governo e a sociedade fizemos sacrifícios e agora começamos a colher os resultados de nosso trabalho.

Em 2007, nosso PIB cresceu 5,4% e esperamos que cresça 5% este ano. Esse crescimento está sendo feito com justiça social. Nos últimos anos, tiramos 9 milhões de pessoas da miséria e outras 20 milhões se incorporaram aos contingentes da classe média no Brasil. Ampliou-se nosso mercado interno, o que nos protege em muito contra a turbulência internacional. Diversificamos nossos mercados de exportação.

O aprofundamento da integração regional e o aumento do comércio com outros países em desenvolvimento tiveram, e continuarão a ter, papel fundamental. A inflação permanece em níveis baixos. As contas públicas estão em ordem. O Brasil vem mantendo superávit primário em torno de 4% desde 2004 e nossa dívida pública hoje está na casa dos 37% do PIB, e continua a cair.

Desde 2007, o Brasil passou de devedor a credor nominal no mercado internacional. Nossas reservas internacionais somam mais de US\$ 200 bilhões, um aumento de US\$ 143 bilhões desde março de 2006.

Este cenário positivo nos permite navegar pela crise com responsabilidade e confiança. Mas estamos atentos. Não estamos paralisados. O governo não permitirá que nosso crescimento seja comprometido. Manteremos todas as obras de infraestrutura de nosso Plano de Aceleração do Crescimento.

O Ministério da Fazenda e o Banco Central do Brasil estão tomando as medidas necessárias para aumentar o financiamento interno e facilitar o crédito ao

REUNIÃO DO G-20

comércio exterior. Estamos assegurando que nosso sistema bancário continue a apresentar níveis adequados de liquidez.

Senhoras e senhores,

Esta reunião tem como tarefa iniciar o desenho de uma nova arquitetura financeira mundial. Ela prepara o encontro de Washington, no próximo sábado, no qual procuraremos avançar mais no diagnóstico e na formulação de alternativas globais e de outras reuniões que se seguirão. Para logarmos verdadeiras soluções precisamos realizar um esforço concertado, vencendo a tentação de tomar medidas unilaterais.

Enfatizo o que disse antes. Precisamos aumentar a participação dos países em desenvolvimento nos mecanismos decisórios da economia mundial. Devemos revisar o papel dos organismos existentes ou criar novos, de forma a fortalecer a supervisão e a regulação dos mercados financeiros.

É imperioso aumentar a transparência com novos mecanismos universais de revisão de políticas domésticas para os mercados financeiros. Afinal, é a vida de seres humanos que está em jogo!

As crises são também momentos em que a história abre grandes oportunidades para as verdadeiras mudanças. Nelas se evidenciam não só os erros do passado, mas as promessas do futuro.

Bilhões de seres humanos – sobretudo os mais vulneráveis - esperam que estejamos à altura dos desafios que a realidade nos colocou por diante. Não podemos, não devemos e não temos o direito de falhar.

Muito obrigado e bom trabalho para todos vocês.

Redução da pobreza e melhora nas condições dos domicílios

- A pobreza caiu de 38,2% da população em 2002 para 28% em 2007¹. Declínio recente na extrema pobreza foi três vezes mais rápido do que o necessário para atingir a primeira Meta de Desenvolvimento do Milênio.
- Renda familiar per capita cresceu 15,6% (2001-2007)¹.
- Mobilidade social: 13,8 milhões de pessoas subiram de faixa social (2001-2007)¹.
- Aumento do poder de compra ampliou acesso a alguns bens duráveis. Mais domicílios foram providos de alguns serviços públicos, como saneamento básico.
- 98% dos domicílios têm acesso a energia elétrica; 84% a água; 88% a coleta de lixo; 52% a esgotamento sanitário; 77% a telefone; 32% a celular; 27% a computador; 20% a internet; 95% a TV; 40% a máquina de lavar.

Mercado de trabalho apresentou resultados favoráveis

- Aumento contínuo do número de empregos foi acompanhado por maior formalização do mercado de trabalho e crescimento da renda dos trabalhadores.
- Acréscimo, de 2002 para 2007, de cerca de 11,8 milhões de pessoas ocupadas².
- Ganho real de 6,8% no rendimento médio de todos os trabalhadores, e de 7,5% no rendimento médio domiciliar, de 2002 a 2007.
- Proporção das pessoas ocupadas que contribuem para a Previdência ultrapassou a metade dos trabalhadores pela primeira vez, desde o início da década de 1990.
- Trabalho infantil (crianças de 5 a 17 anos) caiu de 12,6% da população ocupada em 2002, para 10,6% em 2007.

Educação

- 97,6% das crianças na faixa de 7 a 14 anos freqüentavam escola em 2007.
- Quatro em cada cinco estudantes do país estão na escola pública.
- Redução de 11,8% para 9,9% na taxa de analfabetismo, entre 2002 e 2007.
- Nível de instrução das mulheres permaneceu mais elevado que o dos homens.

Dados demográficos

- Brasil com padrão de países mais desenvolvidos: redução da fecundidade e maior longevidade da população.
 - Taxa de fecundidade: 5,8 crianças por mulher em 1970, para 1,95 em 2007.
 - Expectativa de vida: 70,4 anos em 2000, para 72,7 anos em 2007.
- São 189,8 milhões de brasileiros: 51,2% mulheres e 48,8% homens; 49,4% brancos, 7,4% pretos, 42,3% pardos e 0,8% outros.

Desafios

- Apesar das quedas recentes, o analfabetismo e o trabalho infantil ainda encontram-se em níveis elevados no país.
- No caso do saneamento, registra-se uma importante melhora dentro de um patamar ainda distante do ideal.

¹ Fonte: Ipea. PNAD 2007: primeiras análises, setembro de 2008.

² Se somados aos 2,1 milhões de postos formais criados em 2008 (até set), tem-se 13,9 milhões de ocupações.

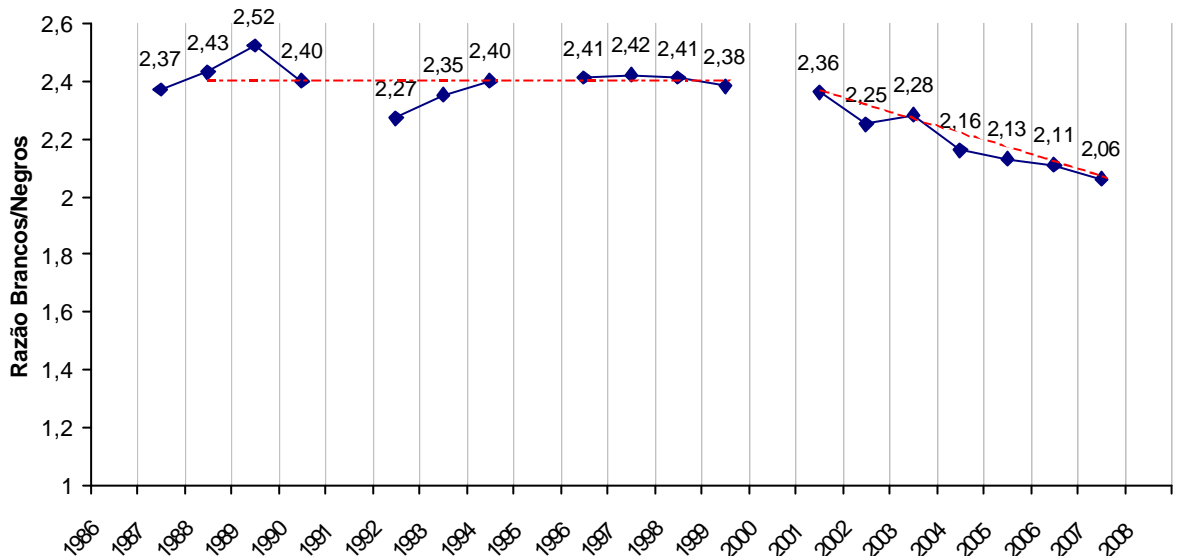
PNAD 2007 – RAÇA

Estudo do Ipea mostra que, embora brancos recebam o dobro dos negros, as diferenças de renda caíram 14% desde 2001

Redução da desigualdade de renda entre brancos e negros

- Estudo do Ipea¹, a partir de dados da PNAD 2007, informa que a razão de renda² entre brancos e negros caiu de forma acelerada a partir 2001, passando de 2,36 para 2,06 em 2007 (queda de 14%).
- O mesmo estudo mostra a estabilidade deste indicador nas décadas anteriores.

Razão de Renda entre Negros e Brancos



Fonte: Microdados PNAD. Elaboração Ipea.
Obs.: 1,0 = igualdade total.

--- - Linha de tendência

Fatores que explicam a redução

- O principal fator que promoveu a redução da razão de renda foi a **melhoria generalizada da distribuição de renda na sociedade brasileira**. Ela respondeu por 72% da queda.
- Os outros 28% se devem à ascensão social de parte das famílias negras ocorrida no período.

Igualdade racial ainda é um grande desafio

- Mesmo com a forte queda na desigualdade de renda observada nos últimos anos, os brancos ainda vivem com mais que o dobro da renda média dos negros.
- Mantido o atual ritmo de queda, haverá igualdade racial na renda domiciliar per capita somente em 2029 (daqui a 21 anos).

1 Ipea: Comunicado da Presidência nº 12 – PNAD 2007: Primeiras Análises – Educação, Juventude e Raça.
http://www.ipea.gov.br/003/00301009.jsp?ttCD_CHAVE=6561

2 Razão de renda é a divisão entre as rendas domiciliares per capita de brancos e de negros.

PNAD 2007 – RELAÇÕES DE GÊNERO

Artigo: Convenções de gênero em transição no Brasil? Uma análise sobre os dados de família da PNAD 2007

Por Natália Fontoura e Alinne Bonetti¹

Como já vem sendo divulgado há alguns anos, o número de famílias chefiadas por mulheres vem aumentando no Brasil. Ao longo da última década, observa-se a manutenção da tendência de aumento na proporção de famílias chefiadas por mulheres, que passou de 24,9%, em 1997, a 33%, em 2007, o que representa, de acordo com os dados da última PNAD, 19,5 milhões de famílias que identificam uma mulher como sua principal responsável.

Este aumento pode ser relacionado a uma série de fatores. O primeiro deles diz respeito à maior longevidade das mulheres, aliada a um envelhecimento geral da população – em quase 27% dessas famílias, a mulher chefe tem 60 anos ou mais. Outro fator importante para se compreender o aumento do número de famílias chefiadas por mulheres diz respeito ao aumento da participação das mulheres no mercado de trabalho, o que permite que muitas mulheres assumam sozinhas o sustento de um lar ou, mesmo com a presença de um companheiro, por aportarem mais renda, sejam identificadas como principais responsáveis.

Embora a participação no mercado de trabalho represente possibilidades de maior autonomia e emancipação para as mulheres, o aumento do número de famílias com chefia feminina, nas quais somente elas são as responsáveis pelo sustento da casa e dos filhos, deve ser lido com cuidado. Tal aumento pode estar relacionado à precarização da vida e do trabalho dessas mulheres. Para além da questão do crescimento do número de famílias chefiadas por mulheres – fenômeno relevante, mas marcado por grande heterogeneidade e interpretações as mais diversas –, chama a atenção o aumento, nos últimos anos, do número de famílias formadas por casais com filhos chefiadas por mulheres.

Neste caso, mesmo com a presença de um homem na família, a pessoa respondente identificou a mulher como principal responsável. Os dados assinalam que, entre 1997 e 2007, esse tipo de família aumentou de pouco mais de 600.000 para quase 3,3 milhões. Em 1997, entre as famílias formadas por casais com filhos – que correspondiam a 57,5% do total de famílias brasileiras – somente 2,4% eram chefiadas por mulheres. Em 2007, esta proporção sobe para 11,2%.

Em vista desses dados, identifica-se a possibilidade de uma transformação nas convenções de gênero, ou seja, nos modelos de feminilidade e masculinidade formados por valores que organizam e constroem expectativas de ação para homens e mulheres na vida social, as quais acompanham as transformações dos arranjos familiares na sociedade brasileira. A questão que se coloca é se estaria em curso um processo de pluralização, democratização e ampliação da igualdade dentro da esfera familiar.

Os dados relativos ao cuidado com afazeres domésticos, no entanto, revelam uma importante e persistente assimetria de gênero. O tempo que as mulheres dedicam aos afazeres domésticos é significativamente maior do que aquele dedicado pelos homens, independentemente da condição na família (chefe ou

¹ Respectivamente gestora pesquisadora e pesquisadora bolsista do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea).

PNAD 2007 – RELAÇÕES DE GÊNERO

cônjuge), da escolaridade, da renda ou da condição de ocupação (ocupado, desocupado ou inativo). Os dados confirmam o que se percebe pela observação da vida social: são, ainda, as mulheres as principais responsáveis pela tarefa de cuidar da casa, dos filhos, dos idosos, da manutenção da família e de todas as atividades relacionadas ao âmbito doméstico.

Tomando-se como foco as famílias formadas por casais com filhos, observa-se que os homens, que nessas famílias estão na posição de chefe, dedicam 10,05 horas semanais aos afazeres domésticos. Poderia se esperar que os homens na posição de cônjuge ocupassem mais tempo da sua semana nessas atividades: de fato ocupam, mas na média não ultrapassa as 10,44 horas semanais.

Contrapondo-se as mulheres chefes ocupadas com os homens cônjuges desocupados, comparação a partir da qual poderia se esperar uma reversão do quadro acima, os dados confirmam a desigualdade: as primeiras dedicam em média 9 horas a mais por semana aos afazeres domésticos, mesmo trabalhando fora de casa e sendo identificadas como responsáveis pela família, do que os últimos, mesmo desempregados.

Os dados do IBGE revelam que, em 2007, 50,5% dos homens ocupados responderam que cuidavam de afazeres domésticos, contrapostos a 89,6% das mulheres ocupadas.

O aumento da chefia feminina em famílias formadas por casais implica numa mudança no plano dos discursos – que representa um ganho simbólico, uma vez que há a identificação da mulher como chefe mesmo com a presença de um homem, tradicionalmente identificado como tal. Esse discurso, no entanto, não se traduz nas práticas cotidianas. O reconhecimento de que a mulher pode ser a responsável pela família não se reflete no compartilhamento das tarefas em casa. Se, por um lado, as mulheres respondem por cada vez mais famílias e se inserem mais no mercado de trabalho, por outro, continuam respondendo majoritariamente pelas tarefas domésticas. Cada vez mais mulheres respondem por exaustivas jornadas de trabalho – remunerado e não-remunerado, o que acarreta uma sobrecarga às mulheres e um recrudescimento das desigualdades de gênero, mesmo entre ganhos simbólicos de reconhecimento do seu lugar de chefe de família que remete a um horizonte potencialmente mais igualitário. Esta ambivalência se deve à forma como as convenções de gênero tradicionais neste campo estão, ainda, fortemente arraigadas e necessitam de uma transformação mais profunda.

ELEIÇÕES MUNICIPAIS – PREFEITOS

Democracia brasileira mostra seu vigor: 128 milhões elegeram 5,5 mil prefeitos e 52 mil vereadores

Resultado da eleição para prefeitos, por partido – 1º e 2º Turnos

Partido	Total dos municípios				Prefeitos eleitos por número de eleitores	
	Total de eleitos	(em %)	Total votos (mil)	(em %)	Até 200 mil eleitores	Mais de 200 mil eleitores
PMDB	1.201	22	22.922	19	1.184	17
PSDB	787	14	16.035	13	774	13
PT	559	10	21.689	18	539	20
PP	554	10	6.476	5	549	5
DEM	500	9	13.215	11	495	5
PTB	413	7	6.292	5	410	3
PR	382	7	4.506	4	380	2
PDT	347	6	6.286	5	342	5
PSB	311	6	7.177	6	307	4
PPS	130	2	2.983	2	130	0
PV	76	1	4.592	4	75	1
PSC	58	1	1.025	1	58	0
PRB	55	1	1.526	1	55	0
PMN	43	1	671	1	43	0
PC do B	41	1	1.982	2	39	2
PSL	16	0	199	0	16	0
PRP	16	0	188	0	16	0
PTN	15	0	180	0	15	0
PTC	13	0	191	0	13	0
PHS	13	0	320	0	13	0
PRTB	11	0	200	0	11	0
PT do B	8	0	213	0	8	0
PSDC	8	0	242	0	8	0
PSTU	0	0	77	0	0	0
PSOL	0	0	795	1	0	0
PCO	0	0	10	0	0	0
PCB	0	0	64	0	0	0
Total	5.557	100	120.055	100	5.480	77

Fonte: TSE. Dados extraídos em 31out/08. Obs.: Total de 5.564 municípios. Em Brasília-DF e Fernando de Noronha-PE não houve eleições. Falta apuração de cinco municípios em situação sub judice.

IBAS – ÍNDIA, BRASIL E ÁFRICA DO SUL

Nações do Sul em desenvolvimento aprofundam diálogo e cooperação sobre temas de interesse comum da agenda global

Fórum de Diálogo Índia, Brasil e África – IBAS

- Objetivo: diálogo Sul-Sul, cooperação e posições comuns por meio de consultas regulares em temas de interesse mútuo e estímulo à interação entre atores de fora do poder executivo (ex.: Parlamntos e segmentos da sociedade civil).
- Iniciativa trilateral, resultado de negociações entre chefes de Estado e Governo dos países, na reunião do G-8, em Evian (França) em 1ºjun/03.
- Lançado em 6jun/03 na reunião entres Ministros de Relações Exteriores dos países, em Brasília.

Ações

- Posições comuns sobre temas de interesse global: reforma do Conselho de Segurança da ONU; desarmamento e não-proliferação nuclear; combate à mudança climática e comércio internacional.
- 16 grupos de trabalho para cooperação setorial, com troca de experiências, visitas técnicas, projetos conjuntos e foros da sociedade civil – espaços de discussão e conhecimento mútuo.
- Fundo IBAS de Combate à Fome e à Pobreza: financia projetos em países de menor desenvolvimento. Desde 2004, Brasil contribuiu com cerca de US\$ 3,5 mi.
- **Concluídas: cooperação em agricultura familiar e pecuária na Guiné-Bissau e em coleta de resíduos sólidos no Haiti.** Em andamento Fase II dos referidos projetos.
- Aprovada implementação de novos projetos:
 - Burundi: combate à Aids.
 - Laos: irrigação e manejo hidrográficos.
 - Cabo Verde: dessanilização de água.
 - Palestina: construção de ginásio esportivo.

III Cúpula do IBAS

- Realizada em Nova Delhi, Índia, em 15out/08. A IV Cúpula está marcada para 8out/09, no Brasil.
- Chefes de Estado aprofundaram convergência em temas globais da atualidade, com ênfase na crise financeira e nas questões energética e alimentar.
- **Assinados sete instrumentos de cooperação trilateral sobre os temas:** desenvolvimento de assentamentos; padronizações para eliminar barreiras técnicas ao comércio; meio ambiente; programas para desenvolvimento da mulher; igualdade de gênero; turismo e transporte aéreo e marítimo.

Mais informações: www.ibsa-trilateral.org; forumibsa.org/interna.php?id=19

AMBIENTE DE NEGÓCIOS

Redução da burocracia, aperfeiçoamento de marcos legais, racionalização de processos e incentivo à poupança potencializam desenvolvimento econômico

Desonerações

- Conjunto de medidas tomadas desde 2004 para estimular investimento produtivo, mercado de consumo de massas, poupança de longo prazo, crédito e inovação resultaram em **desonerações tributárias líquidas¹** estimadas em R\$ 74,2 bi (2004-09).

Medidas para melhorar ambiente de negócios e reduzir burocracia²

- **Nova Lei de Falências** (11.101/05 e LCp 118/05): promove recuperação extrajudicial de empresas como alternativa à falência; permite continuidade de atividades e manutenção de empregos. Possibilita que ativos de massa falida sejam rapidamente alienados, evitando deterioração, sem prejuízo a credores.
- **Lei Geral das Micros e Pequenas Empresas e Simples Nacional** (LCp123/06): aperfeiçoou legislação em vigor, em particular quanto a regime tributário especial aplicável às MPEs, o Simples Nacional. Aprofunda desoneração e simplifica procedimentos relativos a registro e legalização de empresas, acesso a compras públicas, incentivo à inovação tecnológica, acesso à Justiça, entre outros.
- **Lei de Registro e Legalização de Empresas e Redesim** (11.598/07): simplifica processo de registro e legalização de empresas e cria Rede Nacional para Simplificação do Registro e da Legalização de Empresas e Negócios – Redesim.
- **Novo modelo para setor elétrico** (Leis 10.847/04, 10.848/04, 10.871/04 e 11.097/05): autoriza a criação da Empresa de Pesquisa Energética; dispõe sobre a comercialização de energia elétrica; cria carreiras e organiza cargos em agências reguladoras; e introduz biodiesel na matriz energética brasileira.
- **Criação da Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial (ABDI) e Conselho Nacional de Desenvolvimento Industrial – CNDI** (Lei 11.080/04): formulam e promovem políticas ativas de desenvolvimento industrial para geração de empregos.
- **Incentivo à Pesquisa e à Inovação Tecnológica** (Leis 10.973/04 e 11.196/05): facilita cooperação entre instituições tecnológicas e empresas. Cria subvenção a projetos tecnológicos e estabelece incentivos fiscais para inovação tecnológica nas empresas.
- **Patrimônio de Afetação³ nas Incorporações Imobiliárias** (Lei 10.931/04): regime fiduciário simplificado, blinda incorporações imobiliárias contra má-gestão ou fraude; confere mais transparência e segurança jurídica aos adquirentes de imóveis e às instituições bancárias concedentes de crédito imobiliário.
- **PPP** (Lei 11.079/04 e Decretos 5.385/05 e 5.411/05): cria e regulariza normas gerais para licitação e contratação de parceria público-privada.
- **Abertura do Mercado de Resseguro** (LCp 126/07): abre mercado nacional, possibilita surgimento de companhias privadas ou entrada de resseguradoras estrangeiras. Acaba com monopólio público, a fim de permitir oferta de produtos securitários a preços mais baixos e competitivos e maior grau de especialização.

1 Diferença entre os valores decorrentes de medidas de desoneração e valores de medidas que aumentaram tributos. Inclui valor estimado da desoneração da CPMF em 2008 e 2009. Fonte: Ministério da Fazenda.

2 Siglas utilizadas: LCp – Lei Complementar; MPE – Micros e Pequenas Empresas; PPP – Parcerias Público-Privadas; Res. CMN – Resolução do Conselho Monetário Nacional; Port. – Portaria do Ministério da Fazenda; IR – Imposto de Renda; PL – Projeto de Lei; PLP – Projeto de Lei Complementar; PEC – Proposta de Emenda à Constituição.

3 Capacidade de responder por obrigações financeiras.

AMBIENTE DE NEGÓCIOS

- **Reformulação do Sistema de Normas e Demonstrações Contábeis** (Lei 11.638/07, altera Lei das S/A): estende às sociedades limitadas de grande porte normas de elaboração/divulgação de demonstrações financeiras. Permite convergência das práticas contábeis ao padrão internacional.
- **Criação da Receita Federal do Brasil** (Lei 11.457/07): unificou arrecadação de tributos federais e contribuições previdenciárias.
- **Portabilidade Crédito/Informações Cadastrais** (Res. CMN 3.401/06 e Port. 301/06): para maior concorrência entre instituições bancárias, permite transferência de contratos de crédito ou arrendamento mercantil de uma instituição financeira para outra com melhores condições de crédito ao consumidor. Obriga instituição financeira a fornecer informações cadastrais e histórico de crédito ao cliente ou a terceiros autorizados. Permite uso das informações em benefício do consumidor, como colateral de reputação em operações bancárias e creditícias.
- **Obrigatoriedade da Conta Salário** (Res. CMN 3.402/06): prestação de serviço de pagamento de salários, aposentadorias e similares sem cobrança de tarifas; reduz custo do cliente por movimentar salário em instituições bancárias e fomenta concorrência bancária.
- **Mais transparência na cobrança de tarifas bancárias e no custo do crédito (Custo Efetivo Total – CET⁴)** Resoluções CMN 3.516/07, 3.517/07 e 3.518/07: determinam que não haja cobrança de tarifas em serviços essenciais; obrigam instituições financeiras a informar Custo Efetivo Total (CET) anual antes e a qualquer momento da tomada de crédito; facilitam comparação de custo do crédito entre diferentes instituições bancárias, aumentando competição.
- **Zonas de Processamento de Exportações - ZPEs** (Lei 11.058/07): reativa programa das ZPEs, recriando incentivos fiscais, e reestabelece o Conselho das ZPEs, que poderá autorizar a criação de ZPEs nas regiões menos desenvolvidas do país.
- **Implantação do Sistema Público de Escrituração Digital (SPED) e Nota Fiscal Eletrônica** (Decreto 6.002/07): menos burocracia e maior controle da arrecadação. Avanço permitirá contínua redução da carga tributária e simplificação do sistema tributário.
- **Setor de Turismo** (Lei 11.727/08): medidas tributárias destinadas a estimular os investimentos e a modernização do setor de turismo.
- **Política de Desenvolvimento Produtivo** (Leis 11.774/08 e 11.786/08): incentivos fiscais e creditícios para diversos setores industriais brasileiros, estimulando o investimento, a produção e as exportações. Ver pág. 42.

Racionalização do processo judicial e da execução de garantias creditícias

- **Aperfeiçoamento da alienação fiduciária de automóveis** (Lei 10.931/04): facilita execução da garantia; reduz nível da depreciação do bem e concorre para ampliar crédito para aquisição de automóveis, com menores taxas e melhores condições.
- **Execução de sentença judicial** (Lei 11.232/05): agilidade a cumprimento de sentença condenatória; reduz procedimentos protelatórios (devedor tem 15 dias para pagar, senão incide multa de 10% no valor).

4 Cálculo que reflete totalidade dos encargos e despesas das operações de crédito e arrendamento mercantil financeiro.

AMBIENTE DE NEGÓCIOS

- **Súmula impeditiva de recursos** (Lei 11.276/06): reforça sistema jurisprudencial; permite que matérias com entendimento firmado pelos tribunais superiores não motivem recursos de natureza protelatória.
- **Execuções de títulos extrajudiciais** (Lei 11.382/06): agiliza e previne fraude à execução judicial e elimina possibilidade de embargos protelatórios.

Incentivo à poupança de longo prazo e ampliação da oferta de crédito

- **Consignação em folha de pagamento** (Lei 10.820/03): autoriza desconto em folha de pagamento de empréstimos, financiamentos e operações de arrendamento; minimiza riscos e reduz custos de crédito ao consumidor.
- **Cédula de Crédito Bancário⁵, Letra⁶ e Cédula de Crédito Imobiliário⁷** (Lei 10.931/04): instrumentos ágeis e juridicamente seguros para cessão ou securitização de créditos; melhora gestão de risco do segmento; é alternativa de capitalização das instituições concedentes de crédito; amplia volume de recursos ao consumidor.
- **Títulos de securitização de créditos originados no agronegócio** (Lei 11.076/04): cessão e securitização de crédito rural. Melhora gestão de risco e desenvolve alternativa de captação de recursos privados para setor agropecuário.
- **Novo regime de tributação da Previdência Complementar** (Leis 11.053/04 e 11.196/05): introduz regras de tributação para entidades de previdência complementar e seus participantes; incentiva formação de poupança de longo prazo. Isenta de Imposto de Renda aplicações de recursos dos fundos de pensão.
- **Isenção de IR na troca de imóveis residenciais** (Lei 11.196/05): isenta ganhos de pessoa física com venda, quando proprietário compra outro imóvel em até 180 dias. Reduz custo de transação e promove maior giro e liquidez no mercado.
- **Juros prefixados nos financiamentos do SFH⁸** (Lei 11.434/06): autoriza que contratos de financiamento imobiliário no âmbito do SFH utilizem apenas juros pré-fixados; elimina obrigatoriedade de aplicação da TR – o que confere perfil mais adequado a crédito para fins de securitização e oferece a consumidor um contrato sem risco da taxa de juros ou inflação e com maior previsibilidade.
- **Consignado em folha para financiamento imobiliário** (Decreto 5.892/06): estende operação de crédito consignado a financiamento imobiliário.

Em tramitação no Congresso Nacional

- **PL das agências reguladoras** (3.337/04 – Câmara dos Deputados): estabilidade para reduzir custos de transação e melhorar ambiente de investimentos.
- **PL de modernização do Sistema Brasileiro de Defesa da Concorrência** (5.877/05, apensado ao 3.937/04): mais eficiência na proteção de interesses de consumidores; reduz prazo de tramitação e custo administrativo; define papel dos três órgãos⁹ que atuam sobre o tema; garante recursos materiais e humanos e aperfeiçoa legislação anterior, de 1994.

5 Título de crédito emitido por pessoa física ou jurídica, em favor de instituição financeira ou entidade a esta equiparada, representando promessa de pagamento em dinheiro, decorrente de operação de crédito de qualquer modalidade.

6 Lastreada por créditos imobiliários garantidos por hipoteca ou por alienação fiduciária de coisa imóvel, conferindo a seus tomadores direito de crédito pelo valor nominal, juros e, se for o caso, atualização monetária nelas estipulados.

7 Representa os créditos imobiliários.

8 Sistema Financeiro de Habitação.

9 Secretarias de Acompanhamento Econômico – Seae (Ministério da Fazenda), de Direito Econômico – SDE (Justiça) e Conselho Administrativo de Defesa Econômica – Cade, autarquia vinculada ao Ministério da Justiça.

AMBIENTE DE NEGÓCIOS

- **PL de regulamentação de banco de dados de proteção ao crédito – Cadastro Positivo** (5.870/05 – Câmara dos Deputados, apensado ao 836/03): regras sobre atuação de bancos de dados e condições para que cadastrados tenham acesso a informações de crédito e outras, que possam constituir colateral de reputação, a ser utilizado para acesso a melhores condições em operações creditícias. Inovação permite coleta não apenas de informações “negativas” (de inadimplência), mas as “positivas” de empresas/pessoas.
- **PL que cria Fundo de Proteção ao Consumidor de Seguros, Capitalização e Previdência Aberta** (3.498/08 – Câmara dos Deputados): medidas para fortalecer Sistema Nacional de Seguros Privados, Previdência Complementar Aberta e Capitalização; protege consumidor de riscos de liquidação e insolvência de companhias ligadas aos setores.
- **PLP Fundo de Catástrofe do Seguro Rural** (374/08 – Câmara dos Deputados): autoriza seguradoras privadas a constituírem Fundo de Catástrofe para cobertura de operações de seguro rural contra efeitos climáticos.
- **PEC da Reforma Tributária** (233/08 – Câmara dos Deputados): simplifica sistema tributário, confere mais racionalidade a tributos diretos federais e indiretos federais e estaduais; estabelece nova repartição de recursos e cria IVA-Federal e novo ICMS; padroniza alíquotas, elimina cumulatividade e combate guerra fiscal. Ver pág. 38.

CONSELHOS E CONFERÊNCIAS NACIONAIS

Entre 2003 e 2008, mais de 3,4 milhões de brasileiros participaram de 49 conferências para debater e aperfeiçoar políticas públicas

Criação e recriação de conselhos

- Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social – CDES (2003)
- Conselho Nacional dos Direitos do Idoso – CNDI (2003)
- Comissão Nacional de Erradicação do Trabalho Escravo – Conatrae (2003)
- Conselho Nacional das Cidades (2003)
- Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – Consea (2003)
- Conselho Nacional de Aquicultura e Pesca – Conape (2003)
- Conselho Nacional de Promoção da Igualdade Racial – CNPIR (2003)
- Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável – Condrap (2003)
- Conselho Nacional da Juventude (2005)
- Conselho Nacional de Política Cultural (2007)

Consolidação dos conselhos existentes

- Conselho Nacional dos Direitos da Mulher – CNDM
- Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana – CDDPH
- Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente – Conanda
- Conselho Nacional de Combate à Discriminação – CNCD
- Conselho Nacional dos Direitos das Pessoas Portadoras de Deficiência (Conade)

Conferências realizadas

- Conferência Nacional de Direitos Humanos (2003/2004/2006)
- Conferência Nacional de Medicamentos e Assistência Farmacêutica (2003)
- Conferência Nacional das Cidades (2003/2005/2007)
- Conferência Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (2003/2005/2007)
- Conferência Nacional de Aquicultura e Pesca (2003/2006)
- Conferência Nacional do Meio Ambiente (2003/2005/2008)
- Conferência Nacional Infanto-Juvenil do Meio Ambiente (2003/2006)
- Conferência Nacional de Saúde (2003/2007)
- Conferência Nacional de Assistência Social (2003/2005/2007)
- Conferência Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (2004/2007)
- Conferência Nacional do Esporte (2004/2006)
- Conferência Nacional das Políticas Públicas para as Mulheres (2004/2007)
- Conferência Nacional de Saúde Bucal (2004)
- Conferência Brasileira sobre Arranjos Produtivos (2004/2005)
- Conferência Nacional de Promoção da Igualdade Racial (2005)
- Conferência Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação em Saúde (2004/2005)
- Conferência Nacional de Saúde do Trabalhador (2005)
- Conferência Nacional de Cultura (2005)
- Conferência Nacional de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde (2005)
- Conferência Nacional de Saúde Indígena (2006)

CONSELHOS E CONFERÊNCIAS NACIONAIS

- Conferência Nacional dos Povos Indígenas (2006)
- Conferência Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência (2006)
- Conferência Nacional dos Direitos da Pessoa Idosa (2006)
- Conferência Nacional de Economia Solidária (2006)
- Conferência Nacional de Imunodeficiências Primárias (2006)
- Conferência Nacional de Educação Profissional Tecnológica (2006)
- Conferência Nacional da Educação Básica (2008)
- Conferência Nacional da Juventude (2008)
- Conferência Nacional de Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis e Transexuais (2008)
- Conferência Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário (2008)
- Conferência das Comunidades Brasileiras no Exterior (2008)

Versão eletrônica:



www.presidencia.gov.br ou www.brasil.gov.br

Para receber DESTAQUES por correio eletrônico, mande uma mensagem para:
destaques.secom@planalto.gov.br escrevendo “incluir” no campo assunto.

ÍNDICE REMISSIVO

Relação completa de temas que fizeram parte do Caderno Destaques desde a primeira edição (mar/08). Localize os meses em que os temas aparecem

Parte 1 – Brasil Hoje	
Tema	Edição
Biocombustíveis	mar, abr, mai, jun, jul, ago, set, out
Democracia	mar, abr, mai, jun, jul, ago, set, out
Política Externa	mar, abr, mai, jun, jul, ago, set, out
Retrato Econômico	mar, abr, mai, jun, jul, ago, set, out
Retrato Social	mar, abr, mai, jun, jul, ago, set, out
Parte 2 – Programas 2007 e 2008	
Bolsa Família	mai, jun, jul, ago, set, out
Cesta básica e salário mínimo: variação do poder aquisitivo de 2003 a 2008	mar, abr, mai, jun, out
Cidadania e Inclusão Social	jul, ago, set, out
Criança e Adolescente – Agenda Social	jun, jul, ago, set, out
Mais Alimentos	jul, ago, set, out
Mais Cultura – Agenda Social	mar, abr, mai, jun, jul, ago, set, out
Mais Pesca e Aqüicultura	ago, set, out
Mais Saúde	mar, abr, mai, jun, jul, ago, set, out
Mulheres – Agenda Social	mar, abr, mai, jun, jul, ago, set, out
PAC Embrapa	mai, jun, jul, ago, set, out
PAC Funasa	mar, abr, mai, jun, jul, ago, set, out
Pessoas com Deficiência – Agenda Social	jun, jul, ago, set, out
Plano Amazônia Sustentável – PAS	mai, jun, jul, ago, set, out
Plano de Ação em Ciência, Tecnologia e Inovação	mar, abr, mai, jun, jul, ago, set, out
Plano de Desenvolvimento da Educação – PDE	mar, abr, mai, jun, jul, ago, set, out
Plano Nacional de Turismo – PNT	mar, abr, mai, jun, jul, ago, set, out
Política de Desenvolvimento Produtivo – PDP	abr, mai, jun, jul, ago, set, out
Povos Indígenas – Agenda Social	mai, jun, jul, ago, set, out
Programa de Aceleração do Crescimento – PAC	mar, abr, mai, jun, jul, ago, set, out
Programa Nacional de Inclusão de Jovens – ProJovem – Agenda Social	mar, abr, mai, jun, jul, ago, set, out
Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania – Pronasci	mar, abr, mai, jun, jul, ago, set, out
Quilombolas – Agenda Social	mai, jun, jul, ago, set, out
Reforma Tributária	mar, abr, mai, jun, jul, ago, set, out
Territórios da Cidadania – Agenda Social	mar, abr, mai, jun, jul, ago, set, out
Parte 3 – Temas setoriais e atualidades	
1º de Maio	mai
Agricultura e Pecuária	mar, abr, mai, jun, jul, ago, set, out
Apoio a Exportadores	mar
Aqüicultura e Pesca	mar, abr, mai, jun, jul
Assuntos Estratégicos	mar, abr
Aviação Civil	mar
Brasil e a crise financeira, O	out
Cartão de Pagamento do Governo Federal	mar, abr
Combustíveis	abr, mai, jun, jul, ago, set, out
Comparativo Econômico 2003-2008 ¹	mar, abr, mai, jun, jul
CPMF	mar
Crédito	abr, mai, jun, jul

¹ A partir de agosto, incorporado ao Retrato Econômico, da parte 1.

ÍNDICE REMISSIVO

Desmatamento e Aquecimento	mar, abr, mai, jun, jul, ago, set, out
Emprego	ago, set, out
Energia Elétrica	abr, mai, jun, jul, ago, set, out
Esportes	mar, abr, mai, jun, jul, ago, set, out
Exportações - petróleo, combustíveis nucleares e álcool	set
Exportações - máquinas e equipamentos	out
Fundo Soberano do Brasil	jul, ago
Habitação	mar, abr, mai, jun, jul, ago, set, out
Inclusão Digital	mar, abr, mai, jun, jul
Indústria Naval	jun, jul, ago
Inflação e Alimentos	jun, jul, ago, set
Integração Nacional	mar, abr, mai, jun, jul, ago, set, out
Investimentos e Mobilidade Social	out
Justiça	jul, ago
Marcha dos Prefeitos	abr, mai
Medidas para Setores Médios	mar
Mudança no Campo	mar, abr, mai, jun, jul, ago, set, out
Operações da Polícia Federal	abr
Plano Nacional do Livro e Arca das Letras	abr
Portos	jul, ago
Previdência e Terceira Idade	mar, abr, mai, jun
Previdência Social	jul, ago, set, out
Programa Saúde na Escola – PSE	set, out
Projeto São Francisco	jul, ago
Promoção da Igualdade Racial	mar, abr, mai
Reforma Agrária	jul, ago, set, out
Relação Capital-Trabalho	mai, jun
Relação com Estados	jul, ago, set, out
Relação com Municípios	jun, jul, ago, set, out
Remuneração do funcionalismo	mar
Reserva Indígena Raposa Serra do Sol	jun, jul
Rodada Doha	ago
Saneamento	jun, jul, ago, set
Segurança Energética	mar
Trabalhadores	jun
TV Digital	mar
TV Pública	mar
Vigilância Sanitária	out

Parte 4 – Biblioteca: estudos, artigos, pesquisas e anexos

Ambiente de Negócios	mar, abr, mai, jun, jul, ago, set, out
Artigo. <i>Falso dilema da produção de alimentos</i> , por Hélio Tollini	mai
Artigo. <i>Josué de Castro</i> , por Francisco Menezes	set
Artigo. <i>Mais comida – e muito mais comensais</i> , por Rubens Ricupero	jun
Artigo. <i>O GrameenTupiniquim</i> , por Marcelo Côrtes Néri	mar
Artigo. <i>Os direitos humanos em 2008</i> , por Paulo Vannuchi	mar
Artigo. <i>Política vai parar de ganhar dinheiro com a miséria</i> , por Maria Inês Nassif	mar
Artigo. <i>Produzam biocombustíveis corretos</i> , por Roger Cohen	mai
Artigo. <i>Territórios da Cidadania: evolução ou revolução das políticas públicas no meio rural brasileiro</i> , por Philippe Bonnal	abr

ÍNDICE REMISSIVO

Conselhos e Conferências Nacionais – 2003 a 2008	mar, abr, mai, jun, jul, ago, set, out
Estudo: <i>A queda da desigualdade entre as pessoas ocupadas</i> – Ipea	jul, ago
Estudo: <i>Observador 2008</i> – Ipsos	abr
Estudo: <i>Redução da Pobreza e da Indigência</i> – Ipea	set
Exportações por Bloco Econômico	abr, mai, jun, jul, ago
Lei que instituiu 2008 o Ano Nacional Machado de Assis	mar
Mulheres: 2 anos da Lei Maria da Penha	set
ODM – Relatório 2007	mar, abr, mai, jun, jul, ago, set
Pesquisas do Instituto Datafolha	mar
PNAD – 2006 – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios do IBGE	mar
PNAD 2006 – Suplementos divulgados pelo IBGE em 28mar/08	abr, mai, jun, jul, ago
PNAD 2007	out
PNDS 2006 - Pesquisa Nacional de Demografia e Saúde	jul, ago
Pré-Sal	out
Pronunciamento do Presidente da República na FAO, em Roma, 3jun/08	jun
Pronunciamento do Presidente da República na ONU, 23set/08	out
Pronunciamento do Presidente da República sobre o pré-sal em 7 set/08	set
Resultado das eleições municipais	out
Reunião Ampliada do CDES – 28ago/08	set

Acesso às edições anteriores:

Mar/08	www.presidencia.gov.br/estrutura_presidencia/Subsecretaria/arquivos/destaquemar08.pdf
Abr/08	www.presidencia.gov.br/estrutura_presidencia/Subsecretaria/arquivos/destaques_abril08ultimaversao.pdf
Mai/08	www.presidencia.gov.br/estrutura_presidencia/Subsecretaria/arquivos/destaques_mai08novaversao.pdf
Jun/08	www.presidencia.gov.br/estrutura_presidencia/Subsecretaria/arquivos/destaques_junho08nversao.pdf
Jul/08	www.presidencia.gov.br/estrutura_presidencia/Subsecretaria/arquivos/destaques_julho08.pdf
Ago/08	www.presidencia.gov.br/estrutura_presidencia/Subsecretaria/arquivos/destaques_agosto08.pdf
Set/08	www.presidencia.gov.br/estrutura_presidencia/Subsecretaria/arquivos/caddestaques_setembro2008.pdf
Out/08	www.presidencia.gov.br/estrutura_presidencia/Subsecretaria/arquivos/cadestaques_outubro2008novo.pdf

DESTAQUES

Ações e Programas do Governo Federal

